

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA

**A GARANTIA DE DIREITOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS
FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
GUAIRA-PR**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL**

2016

CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA

**A GARANTIA DE DIREITOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS
FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
GUAIRA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Marechal Cândido Rondon, como requisito parcial para a obtenção do título de grau de mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Prof^a. Dr^a. Marli Renate von Borstel Roesler – Orientador

Prof. Dr. Paulo Humberto Porto Borges -
Coorientador

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PARANÁ - BRASIL

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

O48g

Oliveira, Claudia Regina de

A garantia de direitos das comunidades tradicionais indígenas frente às políticas públicas de desenvolvimento sustentável: Guaira - PR / Claudia Regina De Oliveira. – Marechal Cândido Rondon, 2016.

141 f

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marli Renate von Borstel Roesler

Coorientador: Prof. Dr. Paulo Humberto Porto Borges

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2016.

1. Índios – Guaira (PR) - Vida e costumes sociais. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Políticas públicas. 4. Direitos humanos. I. Roesler, Marli Renate von Borstel. II. Borges, Paulo Humberto Porto. III. Título.

CDD 22.ed. 333.715

630

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL

CLÁUDIA REGINA DE OLIVEIRA

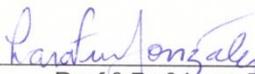
A GARANTIA DE DIREITOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS
FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
GUAÍRA - PR

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - mestrado, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovada** pela seguinte Banca Examinadora:

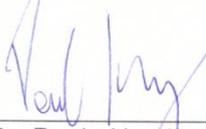
Marechal Cândido Rondon, PR, 13 de junho de 2016.



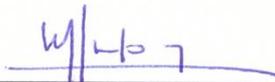
Prof.^a Dr.^a Marli Renate von Borstel Roesler – Presidente
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof.^a Dr.^a Lara Frutos González - Membro
Doutorado na Universidade de São Paulo



Prof. Dr. Paulo Humberto Porto Borges - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof. Dr. Wilson João Zonin - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, que permitiu ter saúde e disposição para execução deste trabalho. A minha mãe Olindrina Alves de Oliveira e os meus irmãos Fabiana de Oliveira, Marcello de Oliveira, Sergio Paulo de Oliveira, Cesar de Oliveira, José Ricardo Alves de Oliveira, esposo Roberto Guerrero Delgado, sobrinhos Gustavo José Oliveira Freire e Caio José Oliveira Freire aos amigos Rita de Cássia Ribeiro e Lauro Ramos, Luciana Portugal Mariano, Cristian Edgar Aguazo a Luana Caroline Friedrich de Carvalho, Roberta Lourenço Gomes e Aldeia Tekoha Marangatu na pessoa do Cacique Inácio Martins e Aldeia Tekoha Porã na pessoa do senhor Cláudio Barros pelo apoio e incentivo em todos os momentos desta caminhada.

A todos os professores do mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável, que contribuíram para meu crescimento profissional e formação intelectual.

A todos os membros da coordenação do mestrado, com destaque para a eficiente Lizete, sempre disposta a auxiliar os acadêmicos.

Aos amigos com os quais compartilhei tantas experiências e momentos inesquecíveis.

A minha orientadora Marli Renate Von Borstel Roesler e ao Paulo Humberto Porto Borges, coorientador, pelo acompanhamento e contribuição neste passo importante que dou na minha vida.

Ao Professor Doutor Unioeste Wilson Zonin e a Professora Doutora USP Lara Frutos González (Banca final).

Sólo Le pido a Dios (Mercedes Sosa).

Que el dolor no me sea indiferente
Que la reseca muerte no me encuentre
Vacía y sola sin haber hecho lo suficiente

Sólo le pido a Dios
Que lo injusto no me sea indiferente
Que no me abofeteen la otra mejilla
Después que una garra me arañó esta suerte

Sólo le pido a Dios
Que la guerra no me sea indiferente
Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente.

RESUMO

OLIVEIRA, Claudia Regina (M. SC); Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Junho/2016; **A garantia de direitos das comunidades tradicionais indígenas frente às políticas públicas de desenvolvimento sustentável**: estudo realizado no município de Guaíra, Paraná, Orientadora: Prof^a. Dr^a Marli Renate von Borstel Roesler; Coorientador: Prof. Dr. Paulo Humberto Porto Borges

Este trabalho é resultado da pesquisa de dissertação realizada junto ao Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Rural Sustentável, da Universidade do Oeste do Paraná de Marechal Cândido Rondon, na linha de pesquisa de Desenvolvimento Rural Sustentável nos anos de 2015 e 2016. Propõe-se a analisar os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais guarani no município de Guaíra, através das formas de organização dos grupos, de serviços sociais prestados a eles e do enfrentamento às violações e vulnerabilidades de acesso aos direitos fundamentais, mediados por políticas públicas e pelo processo de desenvolvimento sustentável. Segundo a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável, o reconhecimento jurídico-formal das denominadas “comunidades tradicionais”, reivindicado por diferentes movimentos sociais e afirmado no texto constitucional de outubro de 1988, conheceu um incremento a partir de 2002 através de uma série de medidas governamentais que tem intensificado sua efetivação. As populações a serem estudadas são: Tekoha Porã e Tekoha Marangatu, localizadas no município de Guaíra, extremo Oeste do Paraná. Conforme página eletrônica do IBGE (2007), até meados do século XVI, a região compreendida na margem esquerda do rio Paraná, apesar de pertencer ao Governo do Paraguai, como de resto toda a área que constitui o território do Estado do Paraná, era habitada exclusivamente por selvagens, distribuídos em numerosas tribos, que foram, até aquela época, os únicos e verdadeiros senhores da terra, cujo domínio incontestável perdurou ainda pelo espaço de longos anos. Na relação da População Indígena Cadastrada no Siasi/Funasa – 2007, a população indígena de Guaíra é decorrente 38 pessoas, resultando em um ICMS Ecológico de R\$ 38.000,00 (BRASIL, Ministério da Saúde, 2007). Tendo em vista as informações e conhecimentos fragmentados sobre a população indígena no município de Guaíra, justifica-se a pesquisa com vista a levantar o perfil dessa população tradicional e a subsidiar os órgãos competentes de ações na execução concreta de apoio e efetivação das políticas nacionais indígenas no processo de desenvolvimento sustentável local. O trabalho está constituído em cinco capítulos. A pesquisa de campo está subsidiada metodologicamente, com entrevistas e acompanhamento destas populações e foi tramitado no comitê de ética da Unioeste, autorizada pela FUNAI (processo nº 08620.021130/2015-85), com parecer de mérito favorável pelo CNPQ.

Palavras-chave: Povos tradicionais indígenas; Políticas públicas; Direitos humanos; Guaíra-Pr.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Claudia Regina (M.SC); Universidade Estadual do Oeste do Paraná; June/2016; **The guarantee of rights of the traditional indigenous communities in the light of public policies**: fieldwork held in Guaíra - Paraná, Advisor: Prof^ª. Dr^ª Marli Renate von Borstel Roesler; Co-advisor: Prof. Dr. Paulo Humberto Porto Borges

This work is a result of a Master's Degree research carried out during the years of 2015/2016 in the Graduation Program of Rural Sustainable Development (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável) of Western Parana State University (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), in the investigation area of Rural Sustainable Development. It analyzes the rights of indigenous peoples and traditional Guaraní communities in Guaira, through the observation of the varied forms of organization of these groups, the social services provided to them e and the confrontation with the violations and vulnerability of fundamental rights, mediated by public policies and the process of sustainable development. According to the National Commission of Sustainable Development (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável), the pledge for legal acknowledgment of the so-called "traditional communities", demanded by different social movements and assured in the Brazilian Constitution/88, increased as of 2012, through a series of governmental measures that have intensified its attainment. The groups analyzed here are: Tekoha Porã and Tekoha Marangatu, located in Guaira, in western Parana. As per the IGBE website (2007), until the second half of the XVI century, the area situated on the left bank of Parana river, which was Paraguayan territory, as well as all the area that constitutes the state of Paraná, was exclusively inhabited by savages, distributed in numerous tribes, and they were, until then, the only and rightful owners of the land. Their unquestionable domination lasted for many years. In the roll of the indigenous population registered in the Siasi/Funasa – 2007, there are 38 people registered in Guaíra, resulting in R\$ 38.000,00 of ICMS Ecológico (environmental tax revenue) (BRASIL. Ministério da Saúde, 2007). Taking into account the lack of information and fragmented knowledge about the indigenous population in Guaira, this research is justified by the objective of gathering information on the profile of this traditional population to provide the relevant authorities with data that can lead to concrete actions of support and in the attainment of national public policies for indigenous peoples concerning local sustainable development. This work is formed by five chapters. The fieldwork methodologies are interviews and visits to these communities, and it is authorized by FUNAI (process no. 08620.021130/2015-85), with a statement of merit from CNPQ and by the ethics committee.

Key Words: Traditional Indigenous Peoples; Public Policies; Human Rights; Guaíra-PR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esboço do Itinerário de Ulrici Schmidt.....	31
Figura 2 - Ocupação Guarani – Arqueologia Chmyz. UFPR	32
Figura 3 - Província do Paraguai Sec. XVII	33
Figura 4 - Província do Prata Paraguai Século XVII.....	34
Figura 5 - Invasão dos Bandeirantes Século XVI	35
Figura 6 – Tratado de Tordesilhas	38
Figura 7 - União Ibérica Portugal e Espanha 1640-1680 os Bandeirantes rompem o Tratado de Tordesilhas.....	38
Figura 8 – Reduções Jesuíticas	42
Figura 9 - Povos Indígenas do Paraná	42
Figura 10 - Cacique Cláudio Barros	48
Figura 11 – Mapa do Paraná.....	50
Figura 12 – Mapa Etno histórico do Brasil apontando a presença tradicional Guarani inclusive na região de interesse desta pesquisa. Oeste do Paraná 1944.....	50
Figura 13– indígenas no Paraná	51
Figura 14 - Localização das Comunidades Indígenas de Guaíra – Paraná 2015.	53
Figura 15- Fotos dos Caciques de Guaíra Paraná	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Distribuição dos guaranis - América do Sul	24
Quadro 2 - Números de Famílias Indígenas de Guaíra - Paraná Atualizados.....	52
Quadro 3 – Aldeias localização/Cacique - Guaíra Paraná	53
Quadro 4 - Levantamento.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos Guaranis no Brasil	24
Gráfico 2 - Faixa Etária Tekoha Marangatu. 2015.....	71
Gráfico 3 – Gênero Tekoha Marangatu. 2015	72
Gráfico 4 - Escolaridade Tekoha Marangatu. 2015	72
Gráfico 5 - Renda na Aldeia Tekoha Marangatu. 2015	73
Gráfico 6 - Utilização dos Recursos do Programa Bolsa Família-Aldeia Marangatu.	73
Gráfico 7 - Fome: Aldeia Tekoha Marangatu. 2015.....	74
Gráfico 8 - Maior Desejo Indígenas Tekoha Marangatu. 2015	74
Gráfico 9 - Acesso Serviço Público Principal Desafio: Aldeia Tekoha Marangatu. 2015.....	75
Gráfico 10 - Moradia Aldeia Marangatu. 2015.....	75
Gráfico 11 - Lixo Aldeia Marangatu. 2015	76
Gráfico 12 - Qualidade de Vida Aldeia Tekoha Marangatu. 2015	76
Gráfico 13 – Mortalidade na Aldeia Marangatu. 2015	77
Gráfico 14 - Água nas casas. Aldeia Tekoha Marangatu. 2015	77
Gráfico 15 - Tecnologia Computador. Aldeia Tekoha Marangatu. 2015.....	78
Gráfico 16 - Tecnologia Internet Aldeia Tekoha Marangatu. 2015.	78
Gráfico 17 - Tecnologia Rádio. Aldeia Tekoha Marangatu. 2015.	79
Gráfico 18 - Tecnologia Geladeira. Tekoha Marangatu. 2015.....	79
Gráfico 19 - Tecnologia Antena Parabólica. Tekoha Marangatu. 2015.	80
Gráfico 20 - Tecnologia Celular. Aldeia Tekoha Marangatu. 2015.	80
Gráfico 21 - Tecnologia TV. Aldeia Tekoha Marangatu. 2015.....	81
Gráfico 22 - Faixa Etária.....	82
Gráfico 23 - Gênero.....	82
Gráfico 24 - Escolaridade.....	83
Gráfico 25 - Principal Renda	83
Gráfico 26 - Bolsa Família.....	84
Gráfico 27 - Fome.	85
Gráfico 28 - Serviço Público.....	85
Gráfico 29 - Moradia.....	86
Gráfico 30 - Banheiro.	86

Gráfico 31 – Coleta de Lixo	87
Gráfico 32 - Transporte escolar	87
Gráfico 33 - Qualidade de vida.....	88
Gráfico 34 - Cesta Básica.....	88
Gráfico 35 - Tecnologias.	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUNAI	Fundação Nacional Indígena
IBGE	Instituto Brasileiro Geográfico
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MPF	Ministério Público Federal
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
USP	Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA	17
1.2	OBJETIVO.....	21
1.2.1	Objetivo Geral.....	21
1.2.2	Objetivos Específicos	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1	POVO GUARANI	23
2.2	TEKO, COSTUMES E TRADIÇÃO GUARANI	26
2.3.1	Populações Indígenas Históricas Paraná.....	28
2.3.1.1	Presença Indígena no Estado Paraná.....	28
2.3.1.2	A População Guarani	28
2.3.2	Comunidades Tradicionais Indígenas Guarani de Guaíra Tekoha Porã e Tekoha Marangatu.....	30
2.3.2.1	História de Guaíra	30
2.3.2.2	A Província do Paraguai	33
2.3.2.3	A Bacia Hidrográfica do Rio da Prata	34
2.3.2.4	A Bacia do Rio Paraná	35
2.3.3	Fragmentação do Território Guarani	37
2.3.3.1	Ontiveiros, Cidade Real do Guairá	39
2.3.3.2	Índios Como Força de Trabalho	39
2.3.4	Província do Guairá.....	40
2.3.4.1	O Guairá.....	40
2.3.4.2	As Reduções do Guairá	41
2.3.4.3	Aldeias de Guaíra-PR.....	43
2.4	COMUNIDADES INDÍGENAS DE GUAÍRA-PR	52
2.4.1	Características de Guaíra	55
2.5	CONCEITUANDO O TERMO SUSTENTABILIDADE	55
2.5.1	Desenvolvimento Sustentável - Conceito	56
2.5.2	Dimensões da Sustentabilidade.....	58
2.5.3	Indicadores de Sustentabilidade.....	59
2.5.4	A Sustentabilidade na Cultura Indígena e o Meio Ambiente	60

2.5.4.1	Sustentabilidade e Satisfação de Necessidades Fundamentais	62
2.5.4.2	Indicadores de um Desenvolvimento Sustentável	63
2.5.5	Os Direitos Humanos em Proteção do Índio e ao Meio Ambiente	65
2.5.5.1	O Direito ao Meio Ambiente Saudável.....	66
2.5.6	Território e Sustentabilidade	67
2.5.6.1	Território e Sustentabilidade das Populações Indígenas e Desenvolvimento	67
3	MATERIAL E METODOS.....	68
3.1	DINÂMICAS DAS ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS	69
4	ANÁLISE DE DADOS.....	71
4.1	ANÁLISE DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO APLICADO NA COMUNIDADE INDIGENA TEKOKHA MARANGATU	71
4.2	ANÁLISES DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO APLICADO NA COMUNIDADE INDIGENA TEKOKHA PORÃ.	81
4.3	DADOS MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL DE GUAIRA PARANA ENTREVISTA E QUESTIONARIO 2015	89
4.4	DADOS DA ENTREVISTA DA ENTIDADE CRAS E AÇÃO SOCIAL DA CIDADE GUAIRA PARANÁ 2015.....	90
4.5	DADOS EM ENTREVISTA FUNAI GUAIRA PR.....	91
5	CONCLUSÃO	92
	REFERÊNCIAS.....	96
	APÊNDICES.....	102
	APÊNDICE A – Roteiro da Pesquisa.....	103
	APÊNDICE B – Questionário– Entrevista Semi-Estrutural	104
	APÊNDICE C – Questionário Entidades – Entrevista Semi-Estrutural ...	107
	ANEXOS	110
	ANEXO A - Fotografias	111
	ANEXO B –Termo de Ciência do Responsável pelo Campo de Estudo	122
	ANEXO C – Parecer de Análise de Mérito Científico da Pesquisa – CNPq.....	123
	ANEXO D –Parecer Consubstanciado do CEP	125
	ANEXO E –Ofício nº 06/2015 - PPGDRS.....	129
	ANEXO F – Ofício nº 07/2015 - PPGDRS.....	130

ANEXO G – Ofício nº 09/2015 – PPGDRS.....	131
ANEXO H – Documentos	132

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma análise de como vem se dando o desenvolvimento das comunidades tradicionais indígenas guarani do município de Guaíra e as diferentes formas de organização dos grupos no enfrentamento da garantia de direito e suas dificuldades e as constantes vulnerabilidades vividas.

Entendemos que no atual cenário faltam informações e conhecimento destes povos, fazendo-se necessário o levantamento do perfil destes núcleos e suas particularidades. A visibilidade destas comunidades depende do conhecimento das mesmas e divulgação dos resultados obtidos na sociedade local, subsidiando os órgãos competentes com informações que possam resultar em ações concretas de apoio.

A pesquisa apresenta como objetivo geral e específico identificar as condições sociais, modo de vida dos indígenas bem como as violações e os processos de garantia dos seus direitos. A pesquisa também pretende diagnosticar o perfil e os principais desafios de ordem econômica, social e ambiental das comunidades tradicionais indígenas na região Oeste, Tekoá Porã e Tekoha Marangatu e disponibilizar dados e informações às entidades ligadas a este segmento de desenvolvimento, contribuindo, desta forma, na elaboração do planejamento das ações municipais e estaduais e, conseqüentemente, na implementação de políticas públicas. A pesquisa pretende, ainda, investigar avanços protetivos das políticas públicas em defesa dos direitos dos povos indígenas (questões fundiária, de saúde, educação, alimentação, cultura, assistência social, meio ambiente) e mapear e georreferenciar as aldeias existentes, com o número atual de famílias.

O estudo pauta-se metodologicamente nas abordagens bibliográficas e documentais de cunho histórico e dialético com base teórica realizada através de técnicas e ferramentas com etapas pré-determinadas, como elaboração do projeto, construção dos referenciais e instrumentos de coletas, análise de dados, atentando-se para as orientações do projeto de pesquisa e submissão ao comitê de ética da Unioeste, respeitando a resolução 466/12, que estabelece normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos no estudo de campo. Destaca-se que a escolha a abordagem das duas aldeias (Tekoha Porã e Tekoha

Marangatu) se deu dentro das oito existentes pela possibilidade de acesso mais efetivo às mesmas e também por representarem a população indígena nos meios urbano e rural do município de Guaíra. A coleta de dados se deu por meio de aplicação de questionários, com questões semiestruturadas, e entrevistas, respeitando o consentimento de todos bem como a autorização da FUNAI, envolvendo reuniões com lideranças indígenas em entrevistas semiestruturadas em 100% da aldeia indígena Tekoha Marangatu (Fundo porto Internacional cidade Guaíra) e 80% da aldeia Tekoha Porã (Vila Alta), território não demarcado e que se encontra em situação de litígio. De acordo Richardson (2009), o método científico é um conjunto de regras para observar fenômenos e inferir conclusões. A escolha foi pela pesquisa do tipo exploratória e descritiva. A pesquisa de ação como estratégia para a sua condução do conhecimento é vista como processual fruto do envolvimento dos participantes com processos de mudanças planejadas.

Segundo a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável o reconhecimento jurídico-formal das denominadas “comunidades tradicionais”, reivindicado por diferentes movimentos sociais e afirmado no texto constitucional de outubro de 1988, conheceu um incremento a partir de 2002, através de uma série de medidas governamentais que tem intensificado sua efetivação.

Conforme página eletrônica do IBGE (2007), até meados do século XVI, a região compreendida na margem esquerda do rio Paraná, apesar de pertencer ao Governo do Paraguai, como de resto toda a área que constitui o território do Estado do Paraná, era habitada exclusivamente por “selvagens”, distribuídos em numerosas tribos, que foram, até aquela época, os únicos e verdadeiros senhores da terra, cujo domínio incontestável perdurou ainda pelo espaço de longos anos.

Atualmente, segundo IBGE (2014), a população do município de Guaíra - Paraná é de 32.394 habitantes no território de 560. 485 km quadrados, tendo uma economia girando em torno do setor de serviço, comércio e turismo. De acordo com o senso do IBGE (2007) a população indígena no município é de 48 índios. Não dispomos de todos os dados, o que requer uma investigação minuciosa e levantamento demográfico, mas acreditamos a partir de nossas investigações que este número ultrapasse 1.010 pessoas em 2015/2016.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA

A condução do diagnóstico da pesquisa de campo induz a um questionário, que é a mola propulsora desta pesquisa; quais são os principais desafios das comunidades indígenas guarani dentre elas, Tekoá Porã e Tekoha Marangatu localizadas no município de Guaira/Paraná, nas esferas econômica e social e ambiental?

A hipótese inicial é de que estas comunidades tradicionais indígenas guarani, além da percepção dos entraves quanto ao reconhecimento as próprias de formas de organização e de acesso aos serviços sociais no enfrentamento as violações e vulnerabilidades de direitos fundamentais, via políticas públicas também reconhece e percebe a importância dos aspectos legais e constitucionais, sociais e ambientais para a manutenção dos direitos dos povos indígenas e a sustentabilidade.

A sistematização das demandas nos eixos econômico e social e ambiental possibilitará o conhecimento das principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades tradicionais indígenas deste município.

A compreensão deste universo poderá subsidiar a ação dos órgãos envolvidos na promoção do desenvolvimento das mesmas, como Ministério Público Federal, FUNAI, Secretaria de Ação Social, facilitando as estratégias de trabalho resultando em maior eficácia na utilização dos programas de governo e políticas públicas voltadas a este setor. Não é de hoje que os povos indígenas e os chamados povos tradicionais possuem direitos confirmados internacionalmente através da:

DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS:

Guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas (2008) e pela boa-fé no cumprimento das obrigações assumidas pelos estados de acordo com a carta.

Afirmando que os povos indígenas são iguais a todos os demais e reconhecendo ao mesmo tempo o direito de todos a serem diferentes, a se considerarem diferentes e a serem respeitados como tais.

Afirmando também que todos os povos contribuem para a diversidade e a riqueza das civilizações e culturas, que constituem patrimônio comum da humanidade.

Afirmando que todas as doutrinas, políticas e práticas baseadas na superioridade de determinados povos ou indivíduo, ou que a defendem alegando razões de origem nacional ou indiferença raciais, religiosas, étnicas ou culturais, são racistas, cientificamente falsas, juridicamente inválidas, moralmente condenáveis e socialmente injustas.

Reafirmando, no exercício de seus direitos, os povos indígenas devem ser livres de toda forma de discriminação.

Preocupado com o fato de os povos indígenas terem sofrido injustiças históricas como resultados, entre outras coisas, da colonização e da subtração de suas terras, território e recursos, os que lhe tem impedido, em exercer em especial, seu direito ao desenvolvimento, em conformidade com suas próprias necessidades e interesses.

Reconhecendo que o direito ao conhecimento, as culturas e a práticas tradicionais indígenas contribuem para o desenvolvimento sustentável e equitativo e para gestão adequada do meio ambiente. (ONU 2008).

Existem as leis que obrigam cada órgão a fazer seu trabalho e a assumir as responsabilidades em relação aos indígenas, conforme esta parte da dissertação abaixo:

A convenção nº 169 sobre os povos indígenas e tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, da qual do Brasil é um dos signatários, estabelece de forma definitiva, nos artigos 8º 9º, 10º e 12º que a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas tem que ser respeitadas em todos seus aspectos, e de obrigar a seus governos a assumirem a responsabilidade de desenvolverem ações coordenadas e sistemáticas de proteção dos direitos dos povos indígenas, e garantia de respeito pela sua integridade, com gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais (OIT, 2011). Ainda segundo esta entidade:

Artigo 21

1. O povo indígena tem direito, sem qualquer discriminação, a melhoria de suas condições econômicas e sociais, especialmente nas áreas de educação, emprego, capacitação e reconversão profissionais, habitação, saneamento, saúde e seguridade social. (DECLARAÇÃO NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS, 2006)

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, no seu art. 3º, considera povos e comunidades como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2008), analisando o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT):

[...] a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, diz que o mesmo é fundamental não somente por propiciar a inclusão política e social dos povos e comunidades tradicionais, como também por estabelecer um pacto entre o poder público e esses grupos, que inclui obrigações de parte a parte e um comprometimento maior do Estado ao assumir a diversidade no trato com a realidade social brasileira. (BRASIL, 2007)

Ainda prossegue, explicitando os objetivos da PNPCT, que é promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantir os seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), esse segmento ocupa 25% do território nacional e inclui, entre outros grupos, 2 milhões de quilombolas, 1 milhão de atingidos por barragens, 735 mil indígenas, 400 mil quebradeiras de coco e babaçu, 37 mil seringueiros e 163 mil castanheiros.

Na sequência, prossegue dizendo que através das suas diferentes práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, desenvolvidas em moldes tradicionais, esses povos têm contribuído significativamente para a preservação do patrimônio genético de plantas e animais existentes em seus territórios.

Apesar da visibilidade gradual que as comunidades tradicionais desfrutam, frente às ações promovidas pelos Programas de Governo, ainda ocorre o descaso e esquecimento das mesmas na esfera federal-estadual-regional-local, sendo necessário provocar a sua inclusão nas discussões e debates promovidos pelos grupos formadores de opinião (FUNAI, MPF, Conselho de Desenvolvimento, Conferências dos setores de saúde, ação social, planos diretores entre outros), pois a pesquisa realizada vem mostrar que os indígenas da cidade de Guaíra vivem em estado de vulnerabilidade social e ambiental, o acesso as políticas públicas não chega até os mesmo ou chega de forma segmentada e precária. Uma das aldeias pesquisadas por este estudo localiza-se às margens do Rio Paraná, na Rua Bandeirantes, aos Fundos do Porto Internacional da cidade de Guaíra - Paraná e abriga cerca de 50 famílias, 202 pessoas de etnia Guarani Tekoha Maranagatu¹. As

¹Os Guarani enquanto povo se diferenciam em basicamente três sub-grupos: Nandeva, Mbya e Kaiowá, na região de Guaira se acredita que o subgrupo Nandeva deve ser hegemônico na maioria das comunidades do município.

dificuldades principais estão relacionadas com a questão territorial, uma vez que a área ocupada é considerada de Preservação Permanente e legalmente pertence a Itaipu Binacional, embora o grupo já tenha o ganho de causa em 2ª Instância(MPF).

A outra aldeia conta com 25 famílias e noventa pessoas (80%) Tekoá Porã e possuem uma problemática de ocupação diversa, uma vez que o terreno é de propriedade de particulares e encontra-se localizada na periferia da área urbana, no bairro Vila Alta.

O sistema produtivo obedece a uma lógica diferente, onde a produção em escala não os interessa à primeira vista, restringindo o plantio ao autoconsumo. O envolvimento dos jovens e crianças é fundamental em todo o processo de condução das culturas.

A aldeia Tekoha Marangatu domina algumas técnicas de plantio de mandioca e feijão de corda. Na Tekoha Porã a experiência na área agrícola é limitada, embora a dedicação às pequenas hortas seja animadora.

A dinâmica do trabalho extensionista muda sensivelmente em uma e outra aldeia, apesar da etnia em comum. A organização dos grupos ocorre de forma diferenciada, o que pode ser observado na aldeia Tekoá Porã, onde não foi possível a implantação de lavouras comunitárias. Apenas trabalhos individuais obtiveram êxito.

O universo da produção e gestão agropecuária nas comunidades tradicionais também é passível de análise, pois à primeira vista difere do ciclo e ritmo produtivo dos agricultores familiares em geral.

No decorrer da pesquisa, será imprescindível a reflexão de como promover o desenvolvimento sustentável, o que é proposto em documento, considerando que estas comunidades continuam invisíveis e possuem diferenças significativas.

É importante afirmar que a diversidade é uma marca da sociedade nacional, tomamos aqui como exemplo a forma de escrever a palavra Tekoha (para comunidade Marangatu) e Tekoa (a escrita da palavra para a comunidade Porã) ambas são guarani, relação às demais, por questões étnicas e culturais e também pela questão do conflito de terra e demarcação. Mello (2009) observa que o Brasil, ao longo de seu processo de construção como Nação, sempre conviveu com diversidades. Nosso país, habitado originalmente pelos indígenas, foi colonizado pelos portugueses e recebeu milhões de negros africanos como escravos e, depois,

grandes levas de imigrantes europeus e asiáticos; o país iniciou sua trajetória sob o regime colonial e aos poucos se foi industrializando e urbanizando, até se tornar hoje uma das dez maiores economias do mundo. Porém, esse processo não foi homogêneo. O desenvolvimento econômico e social não se deu da mesma forma para todos os brasileiros. Sobrevivem inúmeras comunidades que atestam nossa história, mas que não estão integradas ao modo de produção dominante, que têm suas existências regidas por regras próprias. São as chamadas comunidades tradicionais, espalhadas por todo o Brasil. Para a agricultura empresarial, a terra é tão somente uma mercadoria e um meio para se produzir mercadorias visando a obtenção e reprodução do lucro. As comunidades tradicionais têm com a terra uma relação diferente. Elas dependem da terra para sua própria sobrevivência cultural, social e econômica e para a manutenção de suas tradições. Daí a importância da regularização dos territórios ocupados por essas comunidades. Mas a terra não tem uma dimensão econômica absoluta.

Neste trabalho, pretendemos analisar se existem paralelos a serem traçados com o modo de produção e organização da agricultura familiar e como promover o desenvolvimento sem ferir os traços particulares de cada povo.

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais do povo guarani no município de Guaíra, através das formas de organização (dos grupos). De serviços sociais e do enfrentamento às violações e vulnerabilidade de direitos fundamentais através das políticas públicas e do processo de desenvolvimento sustentável.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Diagnosticar o perfil e principais desafios de ordens econômica, social e ambiental das comunidades tradicionais indígenas na região Oeste do Paraná.

2. Disponibilizar dados e informações às entidades ligadas a este segmento de desenvolvimento, contribuindo desta forma na elaboração e planejamento das ações municipais e estaduais e, conseqüentemente, na implementação das políticas públicas.
3. Investigar avanços protetivos das políticas públicas em defesa dos direitos dos povos indígenas (fundiária, saúde, educação, alimentação, cultura, assistência social, meio ambiente);
4. Mapear e georreferenciar as aldeias existentes, número atual de famílias.
5. Compreender as limitações e potencialidades em relação ao desenvolvimento sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POVO GUARANI

No início do século XVI, quando os primeiros exploradores espanhóis cruzaram o oceano Atlântico e adentraram ao Cone Sul Americano através do rio da Prata, seguindo pelo rio Paraguai e desembocando nas baías do rio Paraná e Uruguai, tiveram a surpresa de encontrar em suas margens terra fértil de incrível abundância e produção agrícola.

Essas terras eram cultivadas há muitos anos por um povo guerreiro que se autodenominava *Avá* (que significa homem). Em séculos de contato, inúmeras foram às denominações dadas por seus inimigos, (*Cários, Chandules, Chandris, Landules*), até enfim este povo ser conhecido como povo Guarani, um grande povo vindo de longas caminhadas, a partir da região amazônica, o povo Guarani se estabeleceu em diferentes partes do Cone Sul da América fixando-se especialmente em territórios na Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Segundo um levantamento arqueológico, esta imigração teve início muitos séculos antes da criação dos Estados Nacionais, por volta dos séculos I e II d.C. Historiadores calculam que, no início da invasão europeia, em 1492, a população guarani girava em torno de um milhão e meio a dois milhões de pessoa Changaray:(2006).Ao longo dos últimos 500 anos, o povo Guarani tem criado e recriado suas estratégias de resistências, ora no enfrentamento de forças militares, como os exércitos imperiais da Espanha e Portugal, ora encontrando aliados na sociedade envolvente, ora simplesmente se dispersando contra todas as formas de denominação (educativa, militar, econômica e religiosa). Por meio destas estratégias, o povo Guarani foi capaz de manter seu espírito livre ao transformar em escudo de proteção o ininterrupto processo de transmitir de geração em geração sua cultura e ter sua principal arma na filosofia da busca pela terra sem males. Segundo Changaray (2006)

Esta terra livre, independente e soberana tem que se basear nos princípios fundamentais indígenas. Princípios que superam os interesses pessoais e transcendem e abraçam as esferas do social econômico, cultural e político. Estes princípios são a essência fundamental do ser Guarani, como a busca incessante da Terra Sem Males e da Liberdade. Mas, quem me responde?... Nem Deus me responde quando vou ser livre... !

Nossa essência é de ser sem dono [...] o Deus nosso é a Natureza e não a Lei [...]. Princípios que impregnam o ser social, como a Mboroaiu, Mborerekua, Yoparareko, esse amor, estima, carinho, solidariedade, expressada em sentimento ao próximo, que permite superar e desprender-se do ser mesquinho e individualista'. (CHANGARAY, 2006).

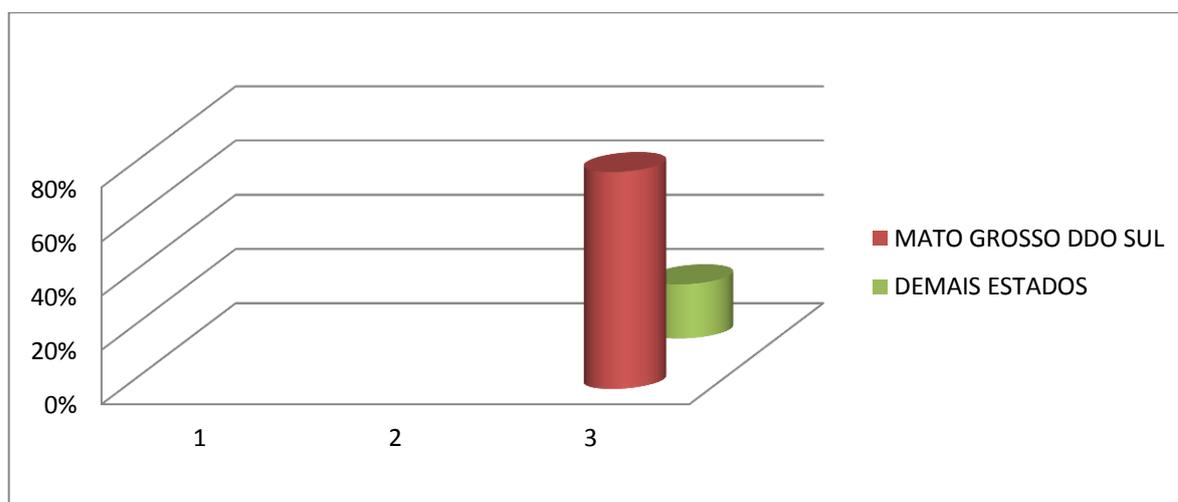
Quadro 1– Distribuição dos guaranis - América do Sul

Pais	População indígena	Etnia	Fonte	Ano
Argentina	42.000	Mbya e Ava Guarani	ENDEPA-Equipe da Pastoral Aborígene Argentina	2010
Bolívia	150. 000	Guarani e Guiaraiju	Assembleia Del Pueblo Guarani (APG), representa diretamente 300 comunidades guarani na Bolívia.	2006
Brasil	50. 000	Kaiowa, Mbya, Nandeva ou Chiripá.	Conselho Indigenista Missionário apresentado pela Fundação Nacional de Saúde.	2010
Paraguai	53.500	Kaiowa/Mbya/Nhandeva	Censo Nacional Populacion y vivienda Del Paraguay	2002

Fonte: Estimativa feita Conselho Indigenista Missionário a partir de dados apresentados pela Fundação Nacional de Saúde (BRASIL, 2010)

Conforme as análises dos documentos desta dissertação, os povos tradicionais indígenas guarani estão distribuídos em maior parte, ou seja, praticamente 80% no estado do Mato Grosso do Sul, e o restante em outros estados como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Gráfico 1 – Distribuição dos Guaranis no Brasil



Fonte: Estimativa feita Conselho Indigenista Missionário a partir de dados apresentados pela Fundação Nacional de Saúde (BRASIL, 2010)

A população guarani está estimada hoje em 300 mil pessoas na América do Sul. É uma das maiores populações de um povo indígena em nosso continente.

No caso dos guarani o lugar comum de vivências e de desenvolvimento e fortalecimento da cultura é chamado Tekoha , definido por Meliá (1990, p. 28) como: “el lugar de nuestro sistema [...] o lugar donde nosotros somos”. Ou segundo Schallenger (2008, p. 123.) “o lugar onde se dava as condições de viver humanamente”.

Ainda segundo o autor o indígena Guarani pode ser caracterizado por alguns aspectos básicos:

- a. Pela língua guarani;
- b. Trabalhar na agricultura;
- c. Praticar economia de reciprocidade *jopó*;
- d. Viver em uma sociedade sem estado;
- e. Viver uma religião da palavra inspiradora.

Segundo Meliá (1990), os primeiros guarani eram oriundos do rio Guaporé no norte do Brasil e paulatinamente desceram o rio Madeira (em 5.000 a. C.) chegando a bacia do Rio Paraná. Ainda segundo Meliá; os guarani em sua relação com as coisas da terra é um “ser migrante”; uma espécie *decolonoque* jamais abandona sua áreas conquistadas e habitadas. Uma família, ou mesmo um grande grupo, pode deslocar-se para outras áreas, mas jamais o grupo todo, a terra colonizada nunca é abandonada completamente, sempre ficam alguns “tomando conta”. Meliá segue afirmando que os guarani se dividem em três grupos que sofreram diferentes formas de contato, distintas adaptações históricas e culturais. Este pesquisador chega a comparar a trajetória guaranítica como o leito de um rio que subitamente encontra um obstáculo e é obrigado a dividir suas águas. Este obstáculo é a colonização.

Meliá (1990) afirma que existiram três trajetórias distintas:

- a. O indígena que sofreu o impacto do colonialismo de frente e fez parte desta história, ora como índio” civilizado, ora como escravo nas encomendas. É este indígena *encomendado* termina por internalizar o desprezo do conquistador e quando possível tenta passar-se por não índio.

- b. Os guaranis reduzidos, povos indígenas convertidos ao cristianismo que viviam juntos aos jesuítas segregados do resto das colônias, não retornaram à selva, mas se tornaram músicos, marceneiros, artesões junto aos grandes centros urbanos da colônia, como Buenos Aires e Assunção.
- c. Os Caaguá, que se mantiveram ao longo do processo colonizatório, tanto quanto possível, internados nas selvas platinas. Este grupo logrou manter sua cultura original quase que intacta.

São deste último grupo, os Caaguá, ainda segundo Meliá (1990), que descendem os grupos guaranis Mbya, Chiripá ou Ñandeva e os Paityterã ou Kaiowá.

2.2 TEKÓ, COSTUMES E TRADIÇÃO GUARANI

Segundo Meliá (2009), o conceito de terra, para o povo guarani, é intimamente relacionado aldeia de terra sem-males. Esta concepção aponta a terra como lugar no qual se busca o “bem viver”. Neste sentido, atenção; **Viver não é sinônimo de produzir**. A terra não é apenas um espaço de produção econômica, mas é um lugar no qual se vive, como nas palavras dos velhos guarani, sem Tekoha (lugar para viver-terra), não há *teko* (jeito de ser). Ou seja, sem a materialidade da terra, não há possibilidade de construir-se enquanto ser cultural. **Sem Tekoha não há Teko.**

Um dos pontos mais importante do *Teko* é a relação de parentesco originado no grupo familiar extenso. As relações de compadrio, de vizinhança, são extremamente importantes para os guaranis, pois somente deste modo é possível a economia de reciprocidade. Nesta economia, o indivíduo se sobrepõe não pelo acúmulo e sim pela generosidade, uma lógica antagônica à lógica capitalista, que privilegia o acúmulo de bens privados.

Neste sentido, o comportamento predador, típico da sociedade colonialista, que aniquila a caça e privatiza recursos naturais de coleta, é visto como um mal irreparável pelos guarani, como algo terrível ao equilíbrio do seu mundo. Em que pese tudo isso, o guarani atual vem mostrando uma imaginação extraordinária para recriar “espaços” ecológicos aos tradicionais, que lhes sejam verdadeiros Tekoha .

Desse modo, os guarani tem sabido procurar novas terras, os últimos rincões da 'terra sem males' nessa geografia devastada que se transformou seu antigo território. E tendo encontrado terras sem donos tem a certeza que são suas. A partir desta lógica é possível compreender o recente movimento que os grupos guarani vem fazendo, em especial no estado de São Paulo, ocupações nas ultimas áreas da Mata Atlântica, como que afrontando a arrogância do estado capitalista que, após desmatar praticamente toda vegetação nativa, se dá ao direito de reservar áreas de preservação vedadas aos povos indígenas.

Ainda segundo Meliá, diante deste mundo que eles consideram imperfeito e em desequilíbrio, as principais situações que – atualmente - dificultam a existência do *teko* guarani são:

- a. Presença de seitas (dividem as famílias, desagrega o núcleo familiar e, conseqüentemente complica a relação de parentesco);
- b. Proximidade dos grandes centros urbanos;
- c. Partidos políticos de direita e entidades assistenciais que com presentes dividem as famílias
- d. Ingerência do estado nas sociedades indígenas (educação, saúde e nomeação lideranças);
- e. A necessidade de 'bicos' e trabalho fora da aldeia que terminam por afetar a economia tradicional de reciprocidade assim como a circulação de dinheiro a venda mercadorias por não nas comunidades (vendedores ambulantes e proximidade com 'bares' e valorização de costumes do não índio, como a alimentação e alcoolismo, ocasionando sérios problemas junto ao rekoete (jeito de ser verdadeiro)
- f. A valorização de costumes não índios, como alimentação e alcoolismo, ocasionando sérios problemas junto ao rekoete ('jeito de ser guarani'). A escola é um instrumento que introduz outras formas de ser e de pensar junto à comunidade guarani, daí a necessidade de qualquer experiência escolar junto a aldeias indígenas ter o cuidado que ouvir a comunidade e partir da lógica do Grupo. (MELIA, 2010).

Todos estes aspectos afetam as aldeias estudadas no município de Guaíra Paraná o que vem contribuir para o enfraquecimento de sua identidade e a sua cultura milenar, principalmente nos mais jovens que numa certa etapa da vida, quando precisam sair de sua comunidade para estudar entra em conflito com seu "eu" não sabe se é índio ou não índio e com isso é comum ver a sociedade julgando e desrespeitando, como se este fato só acontece nas comunidades tradicionais, esquecendo que na sociedade não indígena os relatos são bem mais fortes e frequentes do que na conjuntura indígena.

2.3.1 Populações Indígenas Históricas Paraná

2.3.1.1 Presença Indígena no Estado Paraná

No Paraná, vivem cerca 13.300 indígenas. Aproximadamente 70% pertencem ao povo Kaingang (tronco linguístico Macro-Jê) e 30% ao povo Guarani (tronco linguístico Tupi Guarani). Há famílias descendentes do povo Xetá (tronco linguístico tupi guarani) e algumas do povo Xokleng (tronco linguístico Macro-Jê).

Existem 23 áreas demarcadas e aproximadamente 20 áreas indígenas não demarcadas e 06 territórios ocupados por famílias dispersas em todo Paraná. Ao todo, as (ITCG 2006) áreas indígenas demarcadas no Paraná totalizam quase 90 mil hectares, o que representa apenas 0,5% do território. (ITCG, 2006). No estado do Paraná, existem quatro diferentes etnias indígenas que são:

Xetá, localizados hoje nos municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix, São João do Ivaí e mais tarde foram noticiados na Serra dos Dourados, próximo de Umuarama e um grupo de 18 pessoas 1955/ 56 (KOSAK et al., 1981). A partir daqueles anos, os xetás desapareceram enquanto população, hoje seus remanescentes casados com Guarani, Kaingang e mesmo não índios, estão espalhados pelo Paraná, com algumas famílias vivendo em terras indígenas e outras pequenas cidades do interior do estado.

Kaingang, localizados em especial no norte, centro oeste do estado do Paraná e nos chamados Campos Gerais.

2.3.1.2 A População Guarani

Dentro os povos pré-históricos e indígenas que estamos tratando, os guaranis são os mais conhecidos em termos arqueológicos, históricos e antropológicos e linguísticos. A denominação “Guarani” define ao mesmo tempo a população e o nome da língua por eles falada. Uma série de estudos comparados arqueológicos e linguísticos realizados no leste da América do Sul indica que eles vieram das bacias dos rios Madeira e Guaporé. A partir daí, ocuparam continuamente diversos territórios ao longo das bacias dos Rios Paraguai e Paraná até alcançar Bueno Aires, distantes aproximadamente 3.000 km do seu centro de origem. Também se expandiram para a margem esquerda do Pantanal, nos atuais

estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, também ocuparam o Uruguai e Paraguai. Conforme as datações já obtidas, e excetuando o Uruguai, Foz do Rio da Prata e litoral sul brasileiro, as demais regiões citadas formam ocupadas desde aproximadamente 3.000 anos atrás. Eles mantiveram esses territórios até a chegada dos primeiros europeus que, a partir de 1528, registraram em centenas de documentos os limites do vasto domínio guarani (KOSAK et al., 1981).

Os guaranis ocupavam os vales e as terras adjacentes de quase todos os grandes rios e seus afluentes. Quase nunca estabeleciam suas aldeias e roças em áreas campestres. Todos os sítios arqueológicos localizados estão inseridos em áreas cobertas de florestas, seguindo o padrão de estabelecer as aldeias e as plantações em clareiras dentro de mata. Como pode se constatar em vários estudos regionais, o guarani possuía um padrão para ocupar novas áreas sem, no entanto, abandonar as antigas. Os grupos locais se dividiam com o crescimento demográfico ou por problemas políticos, indo habitar áreas próximas, previamente preparadas através de manejo agro florestal. Isto é, abriam várias clareiras para instalar a aldeia e as plantações, inserindo seus objetos e plantas nos novos territórios. Assim como trouxeram suas vasilhas, cerâmicas e outros objetos, os Guaranis também trouxeram de seus locais de origem diversas espécies de vegetais úteis para várias finalidades (alimento, remédios, matérias-primas, etc.), contribuindo para o aumento da biodiversidade florística do Sul do Brasil.

Desta maneira, iam ocupando as várzeas dos grandes rios e, conseqüentemente, com o passar do tempo, as áreas banhadas por rios cada vez menores. Por exemplo, após dominar as terras próximas dos rios Ivaí, Pirapó e Tibagi, ocuparam trechos ao longo de alguns dos ribeirões que banham o divisor de água desses rios.

As aldeias tinham tamanhos variados, podendo comportar mais de mil pessoas, organizadas socialmente através de relações de parentesco e de aliança política. Essas famílias extensas viviam em casas longas, e cada aldeia poderia ter até sete ou oito casas. As casas eram construídas de madeira e folha de palmáceas, podendo abranger até 300 ou 400 pessoas e alcançar cerca de 30 ou 40 metros de comprimento por até 7 ou 8 metros de altura. Algumas aldeias, dependendo de sua localização, poderiam ser fortificadas, estando cercadas por uma paliçada. A cultura material era composta por centenas e talvez milhares de objetos

confeccionados para servirem a diversos fins, sendo a maioria feita com matérias perecíveis (ossos, madeiras, penas, palhas, fibras, vegetais, conchas etc.) e em minoria, de não perecíveis (vasilhas cerâmicas, ferramentas de pedra, corantes minerais). Deste conjunto, normalmente, sobrevivem apenas às vasilhas e a ferramentas de pedras e, eventualmente, esqueletos humanos e de animais diversos, conchas e ossos usados como ferramentas ou enfeites. O reconhecimento da existência destes objetos perecíveis, salvo condições raras de conservação, só é possível através de informações obtidas indiretamente por pesquisas históricas, linguísticas e antropológicas.

2.3.2 Comunidades Tradicionais Indígenas Guarani de Guaíra Tekoha Porã e Tekoha Marangatu

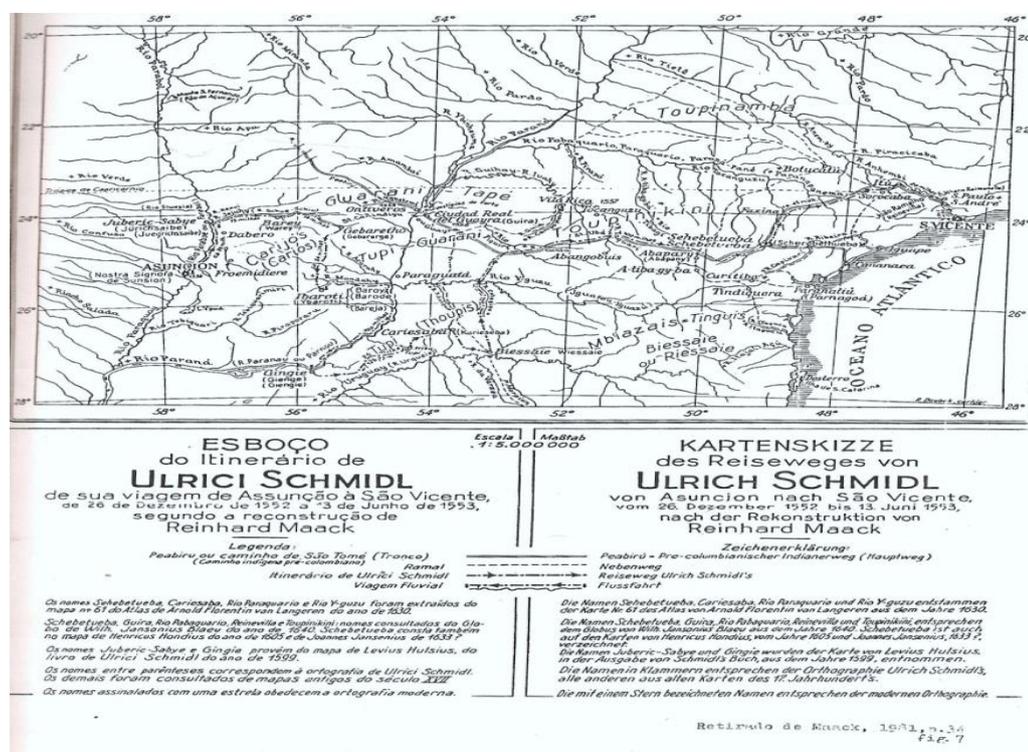
2.3.2.1 História de Guaíra

A história de Guaíra pode ser associada aos caminhos pré-coloniais que levavam à travessia do rio Paraná, às Sete Quedas, às origens da Cidade Real, ao povoamento e a exploração da província do Guairá, à navegação do Paraná e a comercialização da erva-mate, até a fixação das fronteiras agrícolas, dentre tantas outras relações possíveis. A imensa rede hidrográfica platina serviu de suporte para traçar as linhas de acesso às novas fronteiras coloniais que se descortinava para interior de um continente desconhecido. Adentrando os cursos dos rios, os conquistadores foram estabelecendo contato com os povos nativos e, com eles, descobrindo caminhos pré-coloniais. Entre estes, pode ser referido o que estabelecia ligações entre as populações andinas e as do litoral Atlântico, que, partindo de São Vicente, cruzava com suas ramificações a antiga província do Guairá, atravessando o rio Paraná no trecho imediatamente superior às Sete Quedas, hoje encobertas pelas águas da represa de Itaipu.

O sistema de ocupação colonial da região platina esteve marcado pela constituição de núcleos urbanos que pudessem servir de apoio para a fixação da colonização. A constituição dos primeiros núcleos valeu-se da estratégia da aliança. Assim foi com a fundação de Assunção, em 1537, como também 20 anos depois, com a cidade Real Del Guairá, e mais tarde com Vila Rica do Espírito Santo. A Cidade Real do Guairá figura entre os primeiros núcleos urbanos fundados pelos

espanhóis na bacia platina. Erigida na margem ocidental do Rio Paraná, junto à foz do rio Piquiri, teve como função primordial dar suporte aos colonos espanhóis que se estabeleceram na região. Conhecida posteriormente como província do Guairá, a região era habitada predominantemente por povos guaranis que, com seus hábitos horticultores, contribuíram para o desenvolvimento de práticas agrícolas e, pelo domínio que exerciam sobre o ambiente, facilitavam os caminhos de acesso, a exploração e o transporte da erva-mate. O mapa abaixo mostra o caminho percorrido pelos guaranis e das companhias que explorava a erva mate que é uma erva cultivada desde os princípios pelos indígenas, assim como o chimarrão.

Figura 1 – Esboço do Itinerário de Ulrici Schmidt

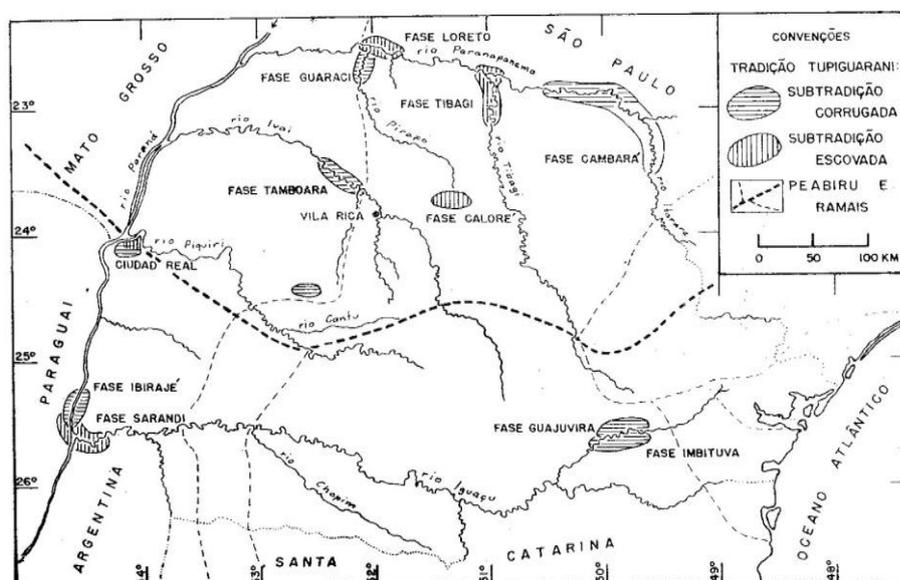


Fonte: Maack, 1981, p.34

Assim no período colonial segundo dados de Schallengerger como na historia recente, as atividades urbanas e a vida econômica de Guairá estiveram fortemente centradas em torno da exploração e comercialização da erva-mate. Representava ao mesmo tempo um ponto estratégico de integração de caminhos que aproximavam o litoral atlântico dos Andes e que facilitavam o contrabando entre São Vicente e Assunción. Com o processo de nacionalização das fronteiras e sua integração no território nacional, a dinâmica sociocultural e o desenvolvimento de Guairá toma novo rumo. Se antes representava um ponto de encontro de diferentes

povos, um eixo de convergência de mercados com suporte no platino, agora passou a ser uma fronteira demarcatória de limites territoriais e de segurança nacional, cujos interesses estiveram fortemente vinculados ao poder político central, fomentando a rede desenvolvimento nacional. É neste cenário que Guairá e grande parte antiga Província do Guairá começam a figurar como fronteiras agrícolas com grande potencial para subsidiar o modelo de desenvolvimento politicamente desejável pela burguesia emergente. Novos personagens foram atraídos para ocupar a fronteiras. Vieram os colonos e gradativamente foram desconstruídos territórios existentes, sujeitos históricos deslocados e, com eles, a sua memória. Segundo a ocupação do guarani no estado do Paraná se deu.

Figura 2 - Ocupação Guarani – Arqueologia Chmyz. UFPR



Fonte: Chmyz, 1976, p. 56

Os europeus, quando empreenderam a expansão marítima e comercial a partir do século XVI, aguçaram os seus interesses por conhecer as terras vislumbradas além-mar a fim de melhor explorá-las. Na atual América do Sul, os espanhóis e portugueses disputaram os espaços e as vias de acesso para as áreas exploradas. Uma dessas redes é a bacia do Prata, formado pelas bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Buscaram, também, utilizar os caminhos abertos pelos povos nativos. Era um mundo que nascia das águas. Era um mundo que nascia das águas.

Figura 3 - Província do Paraguai Sec. XVII



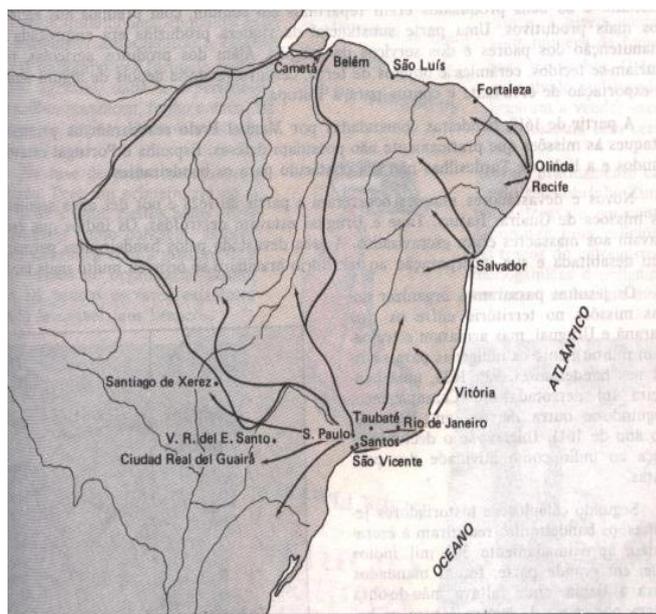
Fonte: Bandecchi, 1996, p. 80

2.3.2.2 A Província do Paraguai

O núcleo Nuestra Señora de la Asuncion, fundada a meio caminho da Serra do Prata (Minas Potossi), em 1537, por expedicionários espanhóis liderados por Juan de Salazar, representou a base de expansão colonizadora espanhola mais importante da região platina. Resultou na aliança dos espanhóis com os guaranis, da parcialidade Cário. Esta aliança era selada por casamento, pela partilha de costumes e comidas e pela participação em guerras contra hordas nômades. Os índios aliados cediam com relativa facilidade os seus trabalhos e suas mulheres, do que resultou um intenso processo de interação e de miscigenação (SHALENBERGER, 2008).

O Brasil é um dos países mais miscigenados do mundo. Essa diversidade é resultado da contribuição de vários povos na formação da nossa identidade, como os índios, os primeiros colonizadores (os portugueses) e imigrantes (franceses, holandeses, italianos, japoneses, alemães entre outros), e os negros vindos da África. a miscigenação como fator preponderante da diversidade que caracteriza o Brasil. Essa fusão biológica e cultural teria se iniciado logo que os primeiros portugueses desembarcaram na América, e a gestação étnica do brasileiro se prolongou por todo o período colonial (1530 – 1815) (RIBEIRO, 2015).

Figura 5 - Invasão dos Bandeirantes Século XVI



Rumos da expansão bandeirante.

Fonte: Schallenberg, 1997.

As primeiras tentativas na busca do conhecimento de regiões do mundo novo ocorreram com a presença dos chamados aventureiros e colonizadores. A grande região meridional da bacia do Prata exercia, inicialmente, pouco fascínio sobre os conquistadores ibéricos. Desconhecida em relação às oportunidades, era ao mesmo tempo, um mundo sem fronteiras e sem referências etnológicas e geográficas que pudessem dar suporte à sua conquista e colonização. Ou seja, havia um desconhecimento sobre os seres humanos e sobre o espaço geográfico desta região. Apesar das incursões de aventureiros e de colonizadores, a cartografia e a etnografia da região só começaram a ter registro significativo e sistemático com a vinda dos jesuítas, em 1555. Começaram então a receber denominações e foram registrados rios, o relevo, e os grupos humanos que iam sendo encontrados. Antes disso, as motivações das conquistas foram impulsionadas pelo mito da Serra do Prata, a utopia da riqueza abundante, alimentada pelos primeiros povoadores do litoral Atlântico e incorporada pelas cortes ibéricas.

2.3.2.4 A Bacia do Rio Paraná

A Bacia do Rio Paraná abrange mais de 10% do atual território brasileiro e cobre parte dos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, do Sul e

Paraná. O curso principal da bacia segue a orientação geral sudeste por cerca de 19 km pelo território brasileiro até as imediações de Guaíra e, a partir daí, é referencial para a demarcação de fronteiras entre o Brasil e o Paraguai, numa extensão de 190 km e a jusante entre a Argentina e o Paraguai, até receber seus maiores afluentes, do rio Paraguai, formando juntamente com o Uruguai a bacia do Prata. Denominado de rio caudaloso pela linguagem guarani, oferece boa navegabilidade. Os registros dos cronistas da época; especialmente os conhecimentos acumulados durante o século XVIII, dão conta de que o entorno da bacia do Paraná, na sua porção correspondente aos atuais territórios brasileiros e paraguaios, esteve predominantemente habitado por povos guaranis. E que em suas práticas culturais eram povos horticultores. Populações tribais como Tupi, os Kaingang, os gualachos e os Guayra, na vertentes brasileira, e os Guaná e os Gauyaki no lado Paraguaio da bacia, aparecem nos primeiros registros de cronistas e dos antropólogos que se dedicam ao estudo dos primitivos habitantes da América (SCHALLENBERG, 2006, p. 14-16).

O rio Paraná é o segundo maior rio sul-americano. Nasce na confluência de dois importantes rios brasileiros: o rio Grande e o rio Paranaíba, entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Há controvérsia sobre sua origem: se o rio é a continuação do rio Paranaíba ou a continuação do rio Grande, que nascem em Minas Gerais. Em seu percurso total, adquire uma extensão total de 4 880 quilômetros, o que lhe renderia o posto de sétimo rio mais extenso do mundo, quando contado o trecho do rio Grande, ou oitavo, quando contado o trecho do rio Paranaíba, mais o estuário do Prata (RIO..., 2016).

Características: O rio Paraná em sua parte alta, separa os estados de São Paulo e Mato Grosso Sul, também este último estado com o Paraná, além de demarcar a fronteira entre Brasil e Paraguai numa extensão de 190 quilômetros até a foz do rio Iguaçu. A partir deste ponto marca o início da fronteira entre Argentina e Paraguai. O rio continua correndo para o sul até próximo a cidade de Posadas onde muda para direção oeste. Na confluência do rio Paraguai o rio entra inteiramente em terras argentinas e passa a percorrer a direção sul, desaguando no delta do Paraná e, conseqüentemente, no Rio da Prata (RIO..., 2016).

A sua vazão na foz, de 16 000 metros cúbicos por segundo, é comparável à de rios como o rio Mississipi (18.000 metros cúbicos por segundo) e o rio Ganges (16.000 metros cúbicos por segundo). No trecho brasileiro, há a barragem de Jupia,

que está localizada a 21 quilômetros da confluência com o rio Tietê, assim como também a barragem de Ilha Solteira e a Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, enquanto na fronteira do Paraguai (Ciudad del Este) com o Brasil (Foz do Iguaçu) está localizada a barragem de Itaipu, e na fronteira entre a Argentina e o Paraguai, Yacyretá. As duas hidroelétricas fornecem 99% da eletricidade do Paraguai (90% só de Itaipu), e fazem do país o maior exportador de eletricidade do mundo (RIO..., 2016).

2.3.3 Fragmentação do Território Guarani

A desconstrução da territorialidade guarani decorreu fundamentalmente a partir da conquista e da colonização da América Meridional. Os tratados entre Portugal e Espanha em torno da divisão territorial do Novo Mundo representam uma primeira decisão externa de fragmentação de espaços primitivos habitados pelas civilizações pré-ibericas. Movida pelos interesses do universalismo religioso e do expansionismo político estatal e mercantilista, a conquista colonial reduziu a pluralidade cultural dos povos ameríndios a um elemento da natureza bruta e selvagem que deveria ser domada.

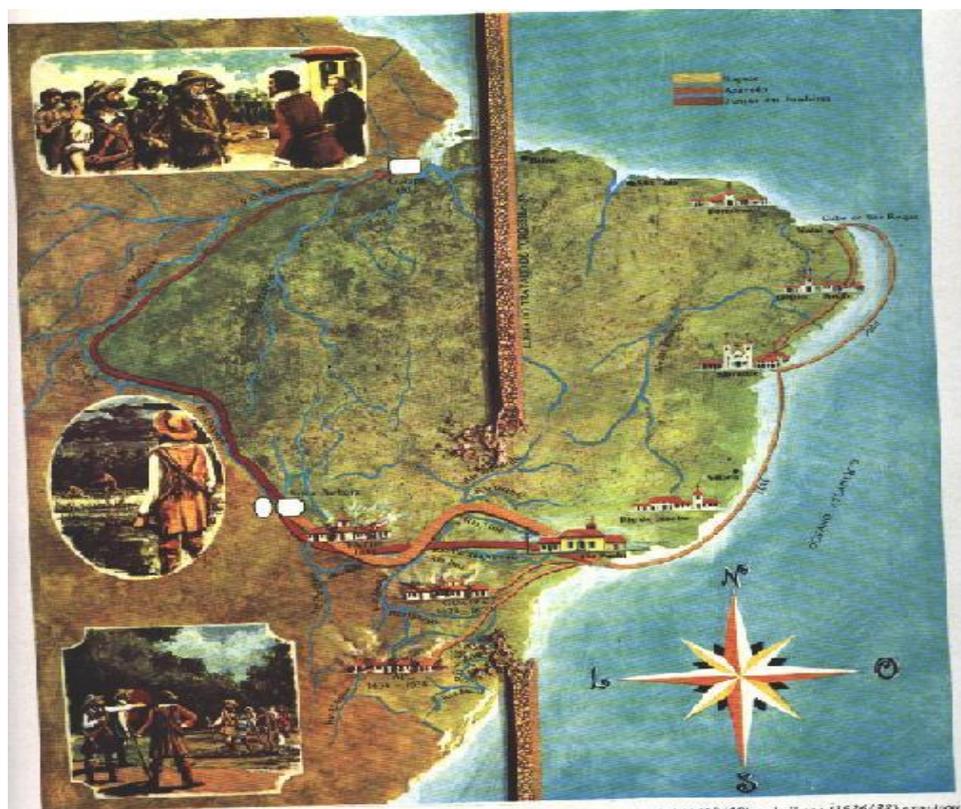
O Tratado de Tordesilhas que dividiu ou colocou fronteiras no Brasil e na América do Sul, e para os guarani até o presente momento não existe fronteira, os mesmo guarani do Paraguai, Argentina, Bolívia, Brasil é uma nação só.

Figura 6 – Tratado de Tordesilhas



Fonte: Bandecchi, 1996, p. 80

Figura 7 - União Ibérica Portugal e Espanha 1640-1680 os Bandeirantes rompem o Tratado de Tordesilhas



Fonte: <http://mauricioprofgeo.blogspot.com.br/>, 2014

2.3.3.1 Ontiveiros, Cidade Real do Guairá

Para dar suporte aos colonos do Guairá, fundaram-se vilas. A primeira foi denominada de Ontiveros e estabelecida em 1554 na foz do rio São Francisco com o Paraná, abaixo dos Saltos das Sete Quedas, nas terras dos índios Canindeyú. Este assentamento espanhol sofreu resistência das populações nativas e, não tardou, foi transferida, em 1557, por determinação do capitão Ruy Diaz de Megde Cidade Real do Guairá. De acordo com a descrição, era o caminho de Peabiru, e a cidade foi fixada no ponto de passagem desse caminho para a margem oriental do rio Paraná. Os colonos espanhóis contavam com o apoio dos índios guarani para estabelecerem um sítio urbano. De acordo com Chmyz (1976), a agricultura foi explorada por índios, treinados pelos espanhóis, para o cultivo da mandioca, do milho, da cana-de-açúcar, legumes, frutas cítricas e algumas espécies de uva e tabaco, além da criação de aves, ovelhas, porcos e cavalos. Fazer uma citação

Como na Cidade Real do Guairá, ao redor de Vila Rica havia inúmeras chácaras e fazendas. Nas chácaras se praticavam, sobretudo, a horticultura e complementarmente, o cultivo de videiras e de laranjais. Nas fazendas, além do cultivo de milho, do trigo, da mandioca e da criação de animais, era desenvolvido o extrativismo, que tinha na erva-mate o produto principal. Vila Rica tornou-se um grande centro de erva-mate, carregada de longas distâncias pelos índios, e era então secada e beneficiada para alcançar os mercados platinos.

2.3.3.2 Índios Como Força de Trabalho

Os índios aliados e amigos viviam nas cercanias das vilas ou das fazendas e nela se dedicavam ao serviço pessoal dos espanhóis, que os consideravam seus criados. Mantinham suas aldeias e chácaras para horticultura, mas sofreram os impactos das novas relações que os vinculavam aos espanhóis. Pelas informações de Ramon Cardozo, havia na área das duas vilas em torno de 150.000 índios (CARDOZO, 1970, p.100). A conquista e a ocupação colonial fragmentaram a territorialidade guarani, o que significa dizer que limitaram a espacialidade que, na diversidade cultural, representava o elemento material central da sua identidade. Houve portanto uma interferência externa que foi minando os laços que unificavam a cultura, a visão de mundo e as ações dos guaranis.

A pressão colonizadora sobre o meio fez com que os guarani que não estivessem aliados aos colonos abandonassem o seu habitat natural, indo para as regiões mais insalubres, o que ocasionou surto de enfermidade, além de escassez de alimentos. Os testemunhos da fome registram que não foram poucas as vezes que a aliança dos índios com os espanhóis ou suas reduções deu-se em função da busca desesperada por alimento. A colonização havia promovido o desequilíbrio ecológico, natural e social, provocando a fragilidade da organização tribal e das formas coletivas de provisão dos meios de subsistência. A desintegração do território guarani deu-se com maior intensidade no período de unificação das coroas da Espanha e de Portugal, de 1580-1640.

2.3.4 Província do Guairá

A criação da província Jesuítica do Paraguai reveste-se de controvérsias historiográficas. A importância estratégica do núcleo colonial de Assunção, com projeção para o Guairá, e a catequese e aldeamento indígena foi empreendido pelos padres do vasto campo missionário existente do planalto paulista na direção do Peru. Leonardo Nunes e Manoel da Nobrega, não raras vezes, manifestaram o desejo de integrar as populações nativas, de carijós, supunham, à cristandade (LEITE, 1940). Já em 1561, da sede dos jesuítas em Roma partiram instruções no sentido de se solicitar à corte portuguesa a autorização para a conquista espiritual do Paraguai. Estas orientações foram, no entanto, contrapostas pelo visitador dos jesuítas do Brasil, Inacio de Azevedo, proibindo que se entrasse no Paraguai sem a expressa licença do superior geral da companhia. Depois de resolvida a questão da sucessão do trono de Portugal e com a unificação das coroas ibéricas, a questão das fronteiras comportou um relativo relaxamento. Neste ambiente, conjugaram-se os interesses dos representantes da Companhia de Jesus do Brasil e do Peru no sentido de empreenderem esforços para enviar missionários para o Paraguai.

2.3.4.1 O Guairá

O topônimo Guairá é relacionado pela historiografia a três possíveis origens. Uma versão, apontada por Antonio Ruiz de Montoya, vincula-se ao nome de um famoso cacique Guarani chamado Guayrá, que teria exercido influência na

grande área localizada entre os rios Paranapanema e Iguaçu, chamada casa de Guairá. Na mesma direção, há registros documentais do final do século XVI que associam a etimologia da palavra Guairá ao cacique Guayracay, que teria se tornado notório pela sua resistência às expedições de conquista e de exploração do território por ele controlado. Existem, também, os estudiosos que referem a designação de Guairá à área convergente ao Salto do Guairá, que, na linguagem dos guarani, significa intransponível. Sobre o Salto do Guairá, informa o padre Nicholas Duran, em sua Carta Anua de 1628, contavam-se várias fábulas (LEITE, 1938 pag 70).

2.3.4.2 As Reduções do Guairá

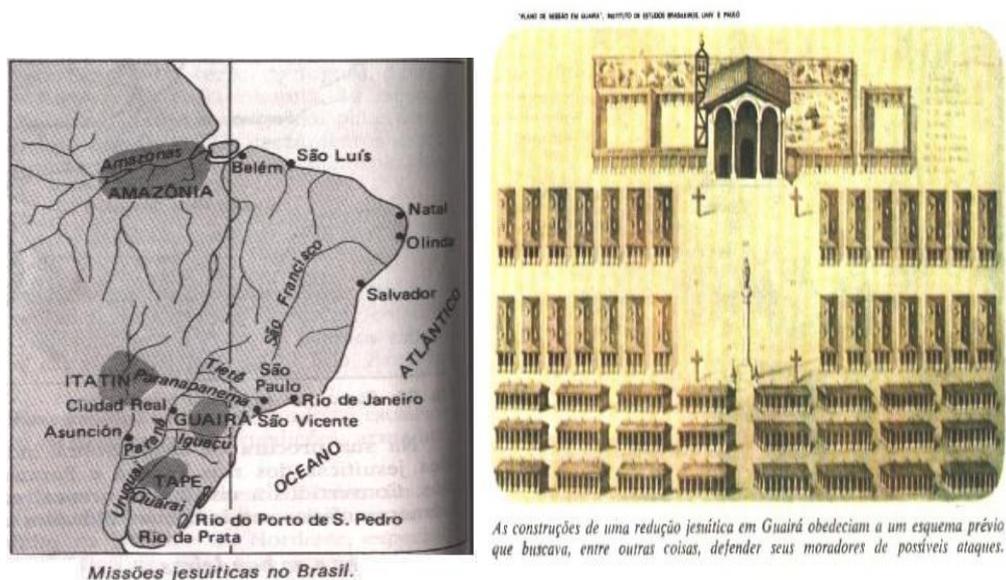
No seu apostolado missionário no Guairá, os jesuítas constituíram um conjunto de 14 povoados de índios, reduzidos à vida cristã e civil.

Enviados por Diogo de Torres para a Cidade Real do Guairá, os padres José Cataldino e Simão Masceta foram orientados, pela “instrução para o Guairá”, de 1609, que visitassem os núcleos espanhóis de colonização de Cidade Real do Guairá e Vila Rica do Espírito Santo. Que tomassem informações dos seus habitantes sobre as populações de pessoas desapaixonadas, onde poderiam fazer assentos para a principal redução na região do Tibagi. Recomendou que observassem o lugar mais estratégico para reunir as aldeias dispersas e onde encontrassem os melhores caciques. Estes, quando viessem ouvir a mensagem de Cristo, fossem persuadidos a fixar aldeias próximas à redução. O sítio teria que levar em conta a existência de abundante água, boas terras e condições climáticas ambientais favoráveis e que permitissem a 800 ou 1000 índios semear e manter-se (SCHALLENBERGER, 2006, p. 65). Na imediações de Cidade Real do Guairá e Vila Rica do Espírito Santo, as dificuldades para levar adiante a sua ação evangelizadora entre os colonos espanhóis eram grandes, em virtude dos agravos que os índios recebiam e da desordem gerada pela presença de expedições bandeirantes paulistas. Montoya assegura que:

[...] na província do Guairá, o encomendeiro mais justo ou correto se servia por seis meses de cada ano de todos os índios que tinham por encomenda, sem pagar lhes coisa nenhuma. E os que eram menos justos detinham-nos de dez a doze meses. Sendo assim, como na verdade o é, quanto tempo sobra a este desgraçado, para sustentar a sua mulher e criar seus filhos,

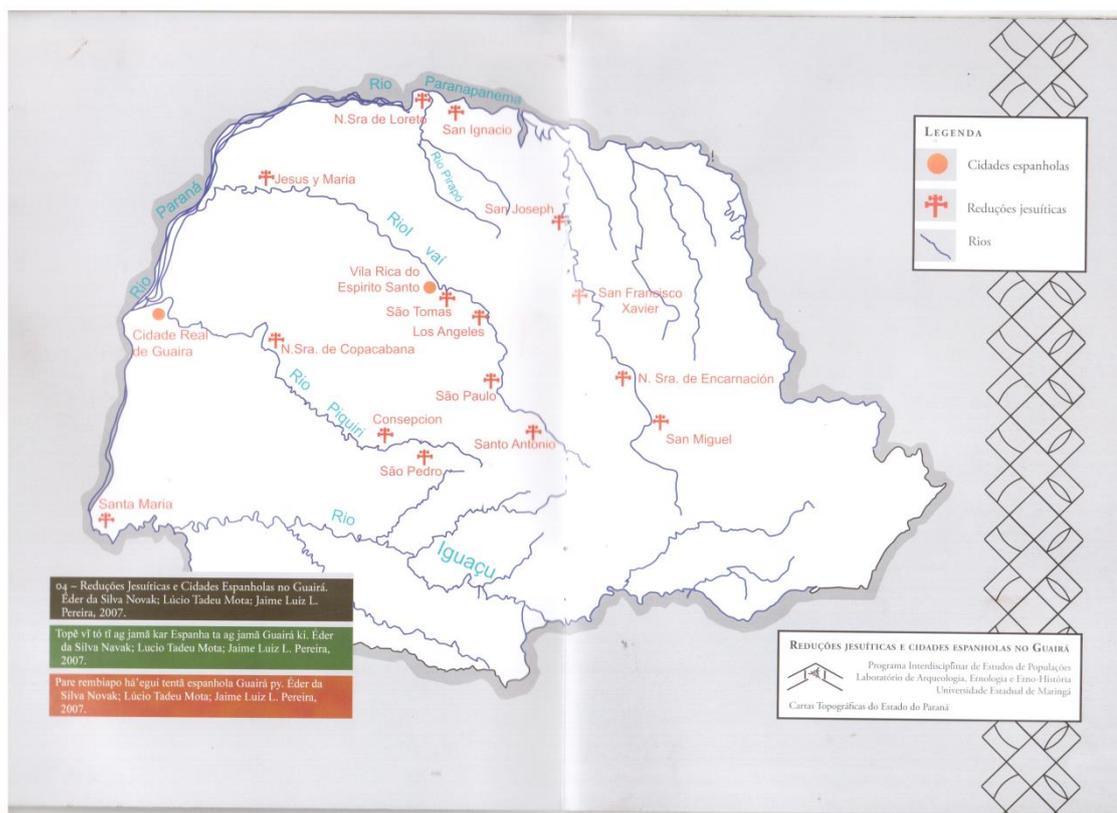
que por vezes costumam ser alheios, porque gerados em tão longa ausência[...]. Ao pobre índio forçam-no, contudo; a pagar com sua esposa, obrigando-o a que sirva por 40 reais cada mês. (MONTROYA, 1985, p. 42).

Figura 8 – Reduções Jesuíticas



Fonte: Grandes..., 1969, p. 166

Figura 9 - Povos Indígenas do Paraná



Fonte: Novak, Mota e Pereira, 2007, p. 5.

2.3.4.3 Aldeias de Guaíra-Pr

A atual situação das aldeias de Guaíra segundo os dados do Ministério Público Federal ano 2013. Guaíra-PR.

Segundo os dados da MPF em Guaíra em 2013, a comunidade Tekoha Porã possui 40 famílias. Há uma área pequena para plantação de mandioca, batata e bananas. A escola tem estrutura precária, sem paredes laterais, coberta com palha e sem local adequado para as crianças. Perguntado sobre as necessidades mais urgentes da comunidade, o cacique respondeu: “água potável”. A tribo utiliza água da mina e do rio. A água, muitas vezes barrenta, é utilizada por todos para cozinhar, beber e tomar banho. Parte da área é objeto de litígio na justiça, pleiteada pelo senhor Ademir Gonçalves. Estão na área há 25 anos.

Comunidade Tekoha Y Hovy – 12 famílias. A área pertence em parte a um proprietário local, em parte à prefeitura municipal de Guaíra. A ocupação tem três anos. Tekoha Marangatu - 61 famílias, das quais apenas 28 têm água encanada. Metade das casas recebe energia elétrica (há as que não recebem em decorrência da falta de documentação à época da instalação). Informaram que vem sofrendo preconceito por parte das empresas da região, havendo campanha para não contratar indígenas na cidade. A área é reclamada pela Itaipu Binacional. Estão na área há nove anos.

Comunidade Karumbe'y – 21 famílias. Inexistência de qualquer sistema de saneamento básico. Algumas residências possuem água fornecida através da SANEPAR. Há um poço instalado na aldeia, mas a água não é de qualidade, em decorrência do que várias crianças adquiriram doenças. De acordo com relatório, as condições sanitárias do local são péssimas, o que é potencializado pela ocorrência de cheias no pequeno riacho que atravessa a aldeia. Segundo o Cacique Ismael, os moradores sempre estiveram na área, tendo ele mesmo nascido lá em 1956, fato confirmado por técnico da FUNAI citando a existência de registros de ocupação indígena no local de 1953.

Comunidade Tekoha Guarani – 21 famílias. A comunidade não possui água tratada ou encanada. Sua rotina inclui coletar água no rio que fica cerca de 2, 5 km do local de moradia e está sujo, segundo os moradores. Crianças estão com doenças de pele por tomarem banho no rio e há casos de diarreia. Existe uma caixa d'água trazida pela SESAI, porém não está instalada. O caminhão-pipa foi enviado

pela Prefeitura apenas algumas vezes. Não possuem fornecimento de energia elétrica. A terra ocupada pertence parte à Companhia Mate Larangeira, parte ao Sr. Simeão Neves e parte ao Sr. Fabian Vendruscolo, prefeito de Guaíra. Há uma ação em curso na Justiça movida pelos proprietários. Houve o ajuizamento de ação perante a Justiça para reintegração de posse pelo Sr. Simeão Neves. A área foi ocupada há um ano e meio (2013)

Comunidade Tekoha Mirim – 20 famílias. A dificuldade no acesso aos benefícios concedidos pelo governo devido à falta de documentos foi relatada, como em outras comunidades. Em março deste ano, um jovem da comunidade cometeu suicídio, enforcando-se com uma cinta de couro. De acordo com o cacique, sua morte aconteceu devido à tristeza que sentia por viver em péssimas condições. Uma parte da área pertence à Itaipu, outra é fruto de um acordo com o Sr. Luis Carlos Sartori, que pediu aos índios que se retirassem para a parte não produtiva da propriedade. Oitenta por cento da área faz parte de um terreno que seria de propriedade do senhor Anésio Bittencourt, que não pediu na Justiça a reintegração da posse por não ter os títulos de propriedade. Ocupam a área há sete anos.

Comunidade Tekoha Jevy – 49 famílias. Contam com uma caixa d'água, mas não com caminhão-pipa, e as crianças têm diarreia frequentemente. Não há saneamento básico e o atendimento médico nos hospitais depende, para a locomoção, de um único carro, que atende a todas as comunidades indígenas da região. Plantam mandioca, batata, amendoim, arroz e criam galinha, porcos e patos. Recebem menos cestas básicas do que precisam, pois a prefeitura não cadastra novas famílias há alguns anos. A área pertence à Fazenda Mate Larangeira. A reintegração de posse foi determinada, mas houve recurso. Moradores informaram que na área há um grande sítio arqueológico com artefatos indígenas datados de 400 anos.

Comunidade Tekoha Tatury – 15 famílias. Não têm água potável e, portanto utilizam água da mina e do rio, que é imprópria para consumo. Não possuem caixa d'água. A área atualmente pertence em parte à Mineradora Andreis e outra parte à Itaipu. Ocupam a área há oito meses.

Nos Tekoha Marangatu e Jevy, em Guaíra, existem sítios arqueológicos com utensílios de cerâmica enterrados. Ainda assim, é notável que essa retomada das terras através da estratégia da ocupação seja determinada pela expropriação do território e pelo fato de que, hoje, o Guarani se considera um povo sem terra. Na

página do Coletivo Guarani Kuaira é possível ler um relato sobre a situação do território atual Guarani: “Estamos cercados pela soja, pela cerca e pelas fazendas, não há mais terra para caminhar e o mundo converteu-se em mal” (MPF, 2013).

Kuaira = Guaira significado segundo os guaranis intransponível.

Em 2008, a Itaipu Binacional impetrou uma ação contra os Guaranis que vivem nos Tekoha Marangatu, Porã e Karumbe'y, no município de Guaira. No entanto, o Tribunal Regional Federal da 4ª. Região, com sede em Porto Alegre (RS), por unanimidade, negou provimento à ação impetrada.

Com isso, o Tribunal confirmou a decisão da Justiça Federal de Umuarama, PR, de dezembro de 2007, em relação à ação em que a Itaipu Binacional pedia a reintegração de posse das áreas onde estão localizadas os três Tekohas. Na sentença, o Juiz Federal defendeu enfaticamente o direito dos Guaranis sobre suas terras tradicionais, afirmando:

Ante o exposto, julgo improcedente o pedido possessório formulado pela Itaipu Binacional e declaro que as terras ocupadas pelos índios Avá-Guarani nos lotes abordados constituem terras indígenas tradicionalmente ocupadas, não podendo ser objeto de domínio ou posse, senão pelos próprios índios, conforme disposição constitucional, independente de prévia demarcação. (MPF, 2007, GUAIRA PR).

Aldeia Tekoha Marangatu

A Adeia Indígena Tekoha Marangatu, disputa desde o ano de 2007 a posse da terra com a Itaipu Binacional, e apesar dos indígenas terem ganho em 2ª instância a posse da terra a Itaipu segue não reconhecendo seus direitos originais em um litígio que ainda se arrasta na justiça. Isto termina por inviabilizar ou ao menos comprometer de forma significativa a oferta e implantação de políticas públicas na comunidade. Colaborando para o seu total estado de vulnerabilidade e descaso social e econômico.

Itaipu recorrerá ao STF sobre disputa com índios guaranis

A **Itaipu Binacional** vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (**STF**) para tentar resolver uma disputa com os **índios guaranis**, na cidade de **Guaira**, no **Paraná**. O conflito teve início há três anos, quando os indígenas invadiram uma área de preservação permanente, mantida pela estatal, às margens do lago da hidrelétrica.

A empresa tentou negociar com o grupo, oferecendo outra área na região, mas não teve sucesso. Paralelamente, entrou com uma ação de reintegração de posse, na **Justiça Federal de Umuarama**.

O juiz **Luiz Carlos Canalli**, que julgou o caso, observou que se trata de um conflito entre dois interesses previstos na **Constituição**: a preservação do patrimônio ambiental e o direito imprescritível dos índios às suas terras tradicionais. Em dezembro do ano passado, baseado em relatório da

antropóloga **Maria Luiza Brandt**, que aponta as terras da região como tradicionalmente pertencentes aos guaranis, Canalli rejeitou o pedido da empresa.

O caso seguiu para o **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, em Porto Alegre (RS), que acaba de se manifestar sobre o assunto. Por unanimidade, os integrantes do tribunal endossaram a decisão de primeira instância. Segundo o TRF, se os índios foram afastados da área no passado, 'isso não pode ser obstáculo ao reconhecimento do direito que possuem'.

Diante da nova decisão, a Itaipu decidiu encaminhar duas novas ações: uma ao Superior Tribunal de Justiça (**STJ**), ainda reivindicando a reintegração de posse; e outra ao STF, questionando o direito dos índios, uma vez que se trata de área de preservação.

Toda a área às margens do lago de Itaipu, numa faixa de 200 metros de largura, é mantida sob preservação permanente. Produtores rurais da região não podem plantar ali e a caça também é proibida. A estatal já enfrentou outras disputas judiciais por causa dessas terras, mas essa é a primeira vez em que não obtém ganho de causa, segundo a assessoria de imprensa. (ITAIPU..., 2008).

A falta de política fundiária para os povos indígenas, somado a atual disputa de terras em Guaíra colabora para uma situação de crescente preconceito em relação às comunidades envolvidas, o que cria um clima de violência velada junto às comunidades Guarani, que devido a isso acabam perdendo postos de emprego e chegando inclusive a sofrer represálias em todo entorno social. Resultado disso é o trágico número de suicídios de crianças e adolescentes nas aldeias na Tekoha Marangatu onde há oito pessoas enterradas no ano 2015 e cinquenta por cento são de jovens que suicidaram. Neste quadro, a valorização econômica das terras do município é uma determinante em relação a este quadro de profundo preconceito, na medida em que os proprietários de terras convivem com um medo – às vezes promovido e infundado – de perda de suas terras e lavouras. Vale lembrar que Guaíra convive com uma vocação econômica essencialmente agrícola, baseada, por enquanto, em pequenas e médias propriedades. Por onde quer que se chegue à cidade se mostra rodeada de lavouras. No final de março, o entorno estava tomado por plantações de milho. A qualidade do solo do oeste do Paraná e sua cada vez mais intensa conversão ao agronegócio colocaram nas alturas o preço das propriedades rurais. Levantamentos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, 2011), órgão do governo estadual que mantém um escritório em Guaíra, mostram que o alqueire (cerca de 2 e 4 hectares ou dois campos de futebol) é comercializado por até R\$ 100 mil na região.

É o caso da aldeia Tekoá Porã, que fica na periferia de Guaíra, Vila Alta, e está prestes a ser engolida pelo avanço do asfalto. O cacique, Cláudio Barros, um senhor encurvado que quase não consegue mais caminhar, alega nunca ter

arredado pé dali. Tem 96 anos e relata haver testemunhado a passagem da Coluna Prestes (1925-1927).

Episódio da Coluna Prestes em Guaíra.

Em 15/05/1924 Guaíra é ocupada pelas forças do Gal. João Francisco (ALEKSIEJUK, 2008, p. 42).

09/05/1925 A tropa legal ocupa Guaíra, que estava em poder dos revoltosos (ALEKSIEJUK, 2008, p. 42).

A Tomada de Guaíra.

O estado maior da revolução resolveu mandar o Cel. João Francisco Pereira de Souza a Guaíra, para examinar as condições daquele verdadeiro bastião apelidado pelo capitão Dilermando Candido de Assis, seu comandante, chamado de a “Constantinopla Inexpugnável”. A 13 de setembro, João Francisco aprisionou a lancha “Dourado” que vinha de Guaíra e subia o rio em direção ao Mato Grosso, carregada de provisões. O guia dessa lancha era paraguaio que sabia dos planos de defesa de Dilermando, além de ser um excelente conhecedor dos acidentes do Rio Paraná naquele ponto. Informou, por exemplo, que o rio estava minado e só com a prática poder-se-ia atravessá-lo sem perigo; que na ilha de Pacu havia um porto de defesa e vigilância, que distava quatro quilômetros do Porto de Guaíra, e na margem esquerda, outro, onde fundeava o vapor “Don Pancho”, que possuía ligação telegrafada com o comando geral. Por terra as precauções eram as mesmas vigiadas as estradas, embora estivesse o pessoal de Dilermando quase sem munição.

A Perseguição Ferroviária

Conhecidas essas notícias, o velho caudilho João Francisco destacou um pelotão de 30 homens comandado pelo capitão reformado Otavio Garcia Feijó e pelo Tenente Orlando Alves Prado para tomar o primeiro posto de vigilância. Sob instruções do guia paraguaio, a força, descendo a corredeira do Alto de Sete Quedas, só foi pressentida a 100 metros da ilha de Pacu, sendo recebida á bala, o que não a impediu de atacar e aprisionar a pequena guarda de seis homens, comandada pelo Tenente Aristóteles Xavier. Como as minas não haviam explodido, supuseram os soldados do outro posto que o tiroteio ouvido fosse apenas para

espantar as onças, abundantes na região. Assim sendo, foi fácil aos rebeldes se aproximarem do navio “Don Pancho” e apresá-lo. Todavia, sentinela de terra viu a movimentação e correu a avisar o Capitão Dilermando, sob fogo dos rebeldes que o perseguiram.

Figura 10 - Cacique Cláudio Barros



Fonte: Autora, 2015.

A partir da metodologia da História Oral e através de entrevistas que foi gravadas e descritas pela pesquisadora, a dissertação propõe a reflexão da importância do Tekoha para a sobrevivência cultural da etnia guarani. Claudio Barros, cacique da Aldeia Tekoha Porã, atualmente com 101 anos de idade, conta a partir da perspectiva indígena, como surgiu a cidade de Guaíra, Paraná, e o impacto causado pela expansão da área urbana sobre o espaço territorial que anteriormente ocupavam. “Os Guarani viviam livremente na fronteira, dispersos na mata às margens do rio Paraná e sobreviviam da caça, pesca e cultivo de milho, feijão e mandioca” (fonte autora, 2016). Organizavam-se em pequenos agrupamentos familiares, migrando ao longo da costa, mas retornando sempre ao ponto de origem no qual permanecem até a atualidade. O primeiro contato com os brancos aconteceu no início do século XX, por meio de “um paraguaio e um argentino”. Os estrangeiros foram encaminhados pela Companhia Mate Laranjeira, a fim de contratá-los para execução de diversos trabalhos, uma vez que conheciam bem a região. Nesta empresa trabalharam até que a mesma foi absorvida pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata. A narrativa do Sr. Claudio Barros ajuda a elucidar

varias questões, entre elas a influência da Companhia na dispersão dos guaranis na região Oeste do Paraná. Junto com o progresso e desenvolvimento econômico, a empresa trouxe consigo também a urbanização e em seu bojo elementos estranhos à cultura indígena. A formação e expansão da cidade acabaram encurralando a população original em estreitos pedaços de terra, pela qual lutam até os dias de hoje pelo reconhecimento e demarcação. A Tekoha Porã, onde o antigo cacique reside com seus descendentes, localiza-se no bairro Vila Alta, periferia da cidade de Guaíra, Paraná, onde são considerados invasores de um lote rural de dois hectares.

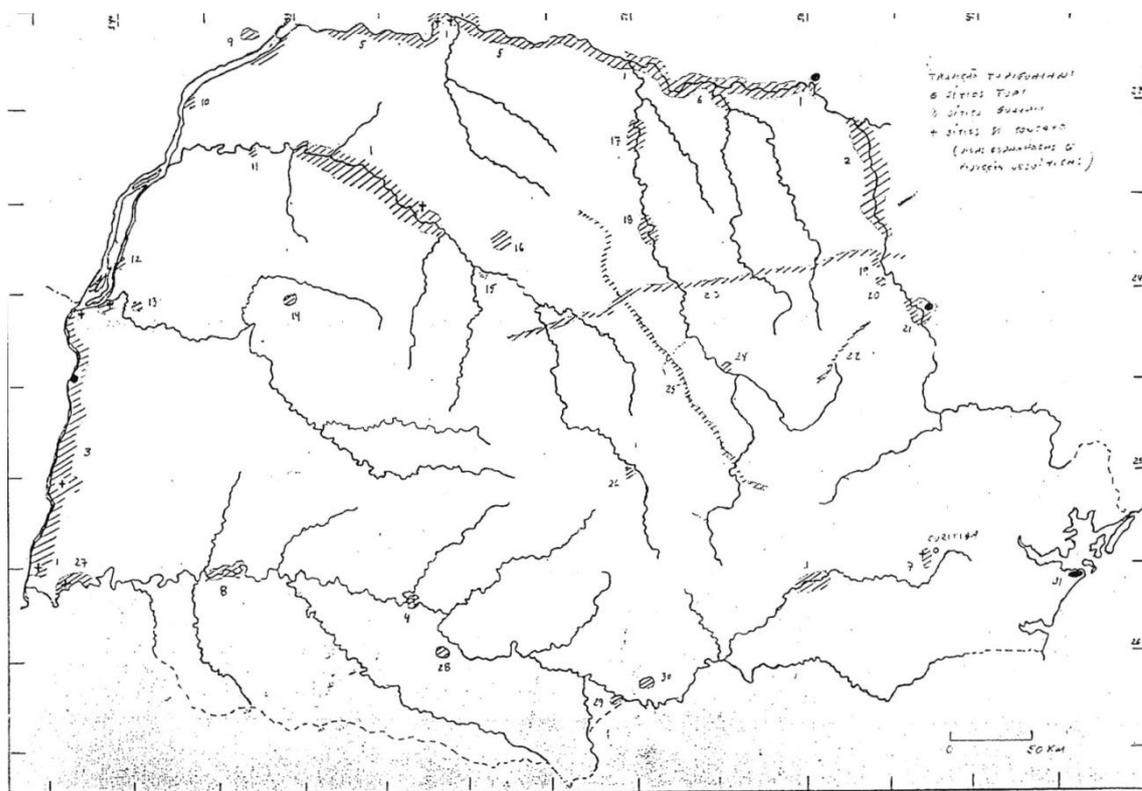
Alguns proprietários rurais não mentem quando se dizem revoltados, que não havia índios à vista quando ocuparam as terras e começaram a plantar. Isso não significa, porém, que nunca houve população indígena em Guaíra e Terra Roxa. Ou que a presença guarani remonta apenas à época da colonização.

Juntas, Guaíra e a vizinha Terra Roxa colheram 390 mil toneladas dos grãos em 2012, segundo números do Censo Agropecuário elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O mesmo levantamento mostra que as duas cidades também produziram 120 mil toneladas de soja no período.

Recorrendo majoritariamente a sementes transgênicas, os agricultores da região cultivaram, em 2012, mais de 160 mil hectares de milho e soja, que lhes renderam cerca de R\$ 250 milhões. Além das *commodities*, em Guaíra e Terra Roxa também se costuma plantar mandioca e trigo, e criar bovinos, suínos e galináceos. Há dois anos, os municípios produziram mais de 15 milhões de litros de leite.

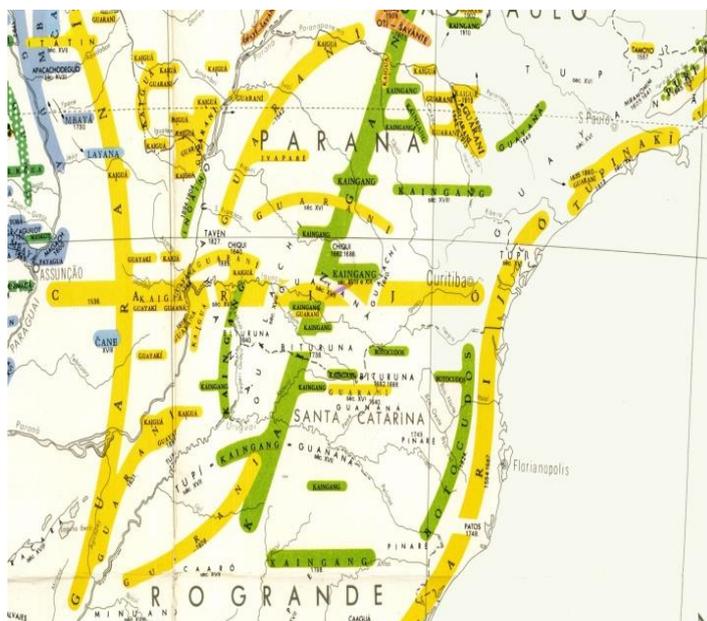
A qualidade do solo do Oeste do Paraná e sua cada vez mais intensa conversão ao agronegócio colocaram nas alturas o preço das propriedades rurais. Levantamentos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, 2011), órgão do governo estadual que mantém um escritório em Guaíra, mostram que o alqueire (cerca de 2, 4 hectares ou dois campos de futebol) é comercializado por até R\$ 100 mil na região.

Figura 11 – Mapa do Paraná



Fonte: Chmyz, 1976.

Figura 12 – Mapa Etno histórico do Brasil apontando a presença tradicional Guarani inclusive na região de interesse desta pesquisa. Oeste do Paraná 1944.

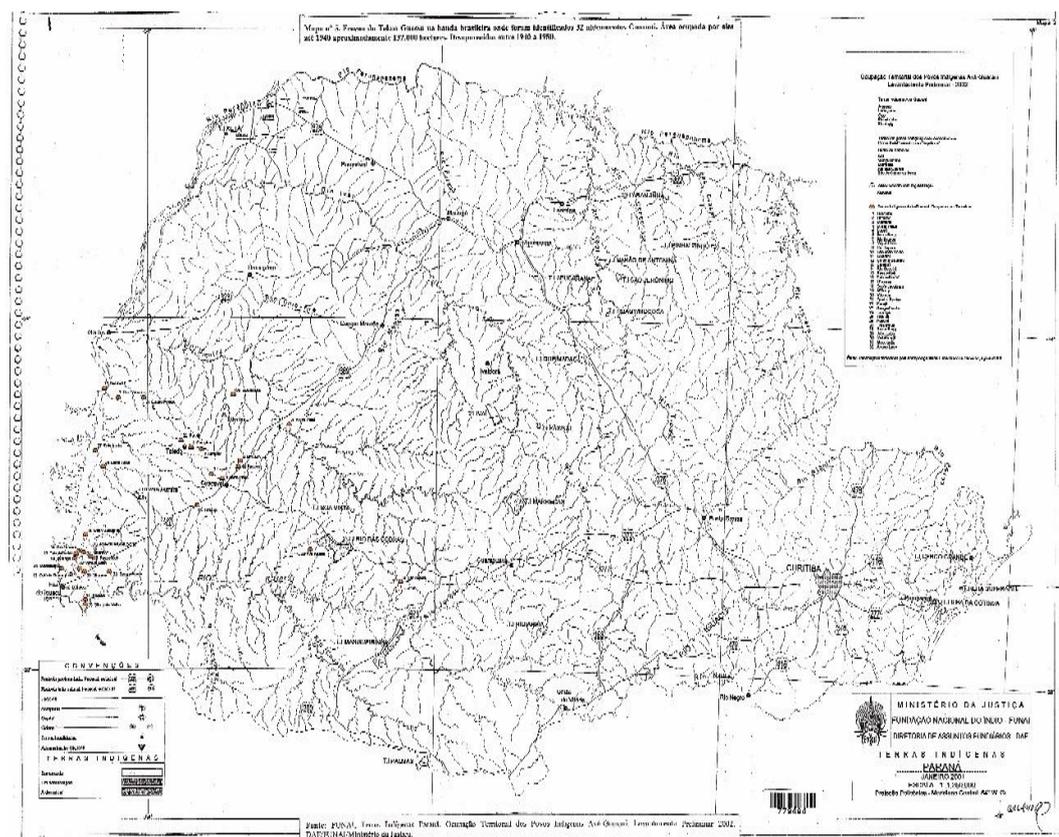


Fonte: IBGE Mapa etno-histórico do Brasil adaptado do mapa Curt Nimuedaju Unkel, 1944

A figura seguinte mostra onde estão os indígenas no Estado do Paraná, e mostra as aldeias da região oeste Guairá Paraná (Marangatu e Porã). Kurt Nimuendaju (1914) estabeleceu a hipótese de que a mobilidade, a inexistência de base territorial fixa, suspenda também a organização social e os preceitos da vida coletiva. Movida pela ideia da existência de outro mundo onde pudessem chegar sem morrer, os guarani seguiam líderes, chamados pela literatura etnológica de profetas, que guiavam do interior em direção aos litorais do sul e sudeste, em busca da ascensão a um universo sem males.

Schaden (1992) relacionou o que ele chama de desintegração cultural e desorganização social dos guaranis de hoje com a busca pela terra sem mal. Ele nos dá uma pista para entender o que acontece atualmente com a retomada das terras - os Tekoha.

Figura 13– indígenas no Paraná



Fonte: Brasil. Ministério da Justiça, 2000.

Em Relação ao Significado do Tekoha para Guarani

Tekoha; a palavra é a forma que o povo guarani se refere a sua terra tradicional. Porém, mas do que um simples espaço ocupado por um grupo ou de

onde retira sua subsistência, é nesta terra em que se produz toda a cultura em sua plenitude.

Um Tekoha é formado por uma família extensa, que é um ente sócio-político econômico e territorial autônomo, a estrutura básica da sociedade guarani.

No caso dos guaranis, o lugar comum de vivência e de desenvolvimento e fortalecimento da cultura é chamado Tekoha, definido por Meliá (1990, p. 28) como: “El lugar nuestro sistema [...] o lugar donde nosotros somos”.

2.4 COMUNIDADES INDÍGENAS DE GUAÍRA-PR

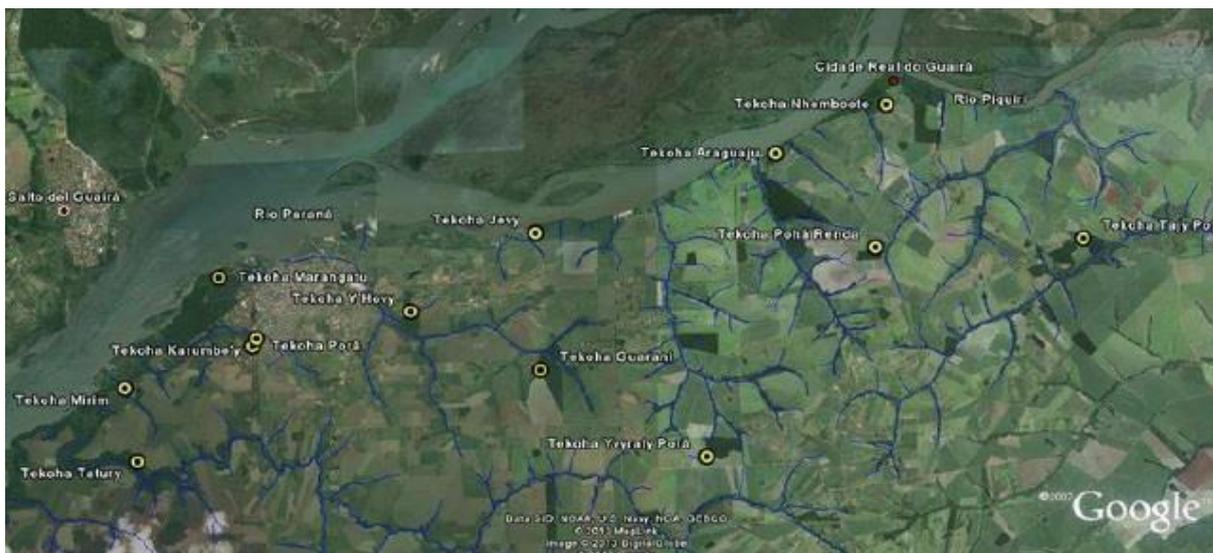
Atualmente na cidade de Guaíra - Paraná há oito aldeias tradicionais indígenas com aproximadamente 1010 pessoas e duzentos e oitenta famílias, todas da etnia guarani, e nenhuma destas aldeias são demarcadas e com isso as políticas públicas não chegam até este segmento a não ser por ações do Ministério Público Federal de Guaíra, que vem ajudando e garantido alguns direitos fundamentais para os indígenas, como a educação, água, luz, comida. Mesmo assim, essas comunidades estão longe de sair das margens da vulnerabilidade.

Quadro 2 - Números de Famílias Indígenas de Guaíra - Paraná Atualizados

Aldeia	Numero de família	Tradução para língua Portuguesa nome das aldeias
Tekoha Guarani	22	Terra Guarani
Tekoha Hovy	49	Terra Água Azul
Tekoha Jevy	60	Terra Recuperada
Tekoha Marombei	23	Terra Tartaruga
Tekoha Marangatu	47	Lugar Sagrado
Tekoha Mirim	26	Terra Pequena
Tekoha Tatury	28	Terra de Tatu
Tekoha Porã	25	Terra Bonita
Total	280 Famílias	

Fonte: Autora, 2015.

Figura 14 - Localização das Comunidades Indígenas de Guairá – Paraná 2015.



Para uma melhor análise e compreensão do trabalho, algumas localizações que facilitarão a localização das comunidades indígenas de Guairá, complementando com nome, localização e atuais caciques. (Google maps, 2015).

Quadro 3 – Aldeias localização/Cacique - Guairá Paraná

Aldeia	Localização	Cacique
1º Aldeia Tekoha Jevy	(Fundo do Aeroporto)	Anatálio Ortiz
2º Aldeia Tekoha Marangatu	(Fundo Porto Internacional)	Inácio Martins.
3º Aldeia Tekoha Guarani	(Água do Bugri)	Belino Vera.
4º Aldeia Tekoha Mirim	Estrada Faxinha	Arnaldo Dias
5º Aldeia Tekoha Y'hovy	(Mata da Eletrosul)	Ilson Soares.
6º Aldeia Tekoha Porã	(Vila Alta)	Claudio Barros
7º Aldeia Tekoha Karumbey	(Jardim Zeballos)	Ismael Martins
8º Aldeia Tekoha Tatury	(Tatury)	José Carlos Bolgarin

Fonte: Autora, 2015

Além há oito comunidades Tradicionais Indígenas em Guairá com 1010 guarani a ocupação da comunidade indígena Tekoha Marangatu seu deu (2004) e da Tekoá Porã (30 anos) (OLIVEIRA, 2015).

Duas em terra roxa e na região oeste do Paraná devem existir em torno de 3000 mil índios Guarani (CARVALHO, 2012).

Figura 15- Fotos dos Caciques de Guaíra Paraná



Cacique: Anatólio Ortiz Cacique: Inácio Martins Cacique: Arnaldo Dias Cacique: Ismael Martins
 Fonte: Autora, 2015.



Cacique: José Carlos Cacique: Claudio Barros Cacique: Ilson Soares.
 Fonte: Autora, 2015.

Quadro 4 - Levantamento

Aldeia Tekoha Marangatu
Cacique: Inácio Martins (42 anos)
População: 400 moradores – 61 famílias
Área em Litígio: Sim. Área Itaipu Binacional
Água: Sim – 21 famílias
Luz: Sim. Metade
Educação: Sim. Pré-escolar ao 5º ano.
Atendimento Polícia Civil: Não
Atendimento Polícia Militar: Não
Atendimento Polícia Federal: Não
Atendimento Ambulância: Sim
Atendimento Conselho Tutelar: Sim
Principais Reivindicações: Água, energia elétrica

Fonte: Ministério Público Federal. Procuradoria Da República No Município De Guaíra – Pr. PRM-GUA-PR-00002860/2013

Segundo dados da Secretaria de Ação Social (2013), todos os indígenas da cidade de Guaíra são da etnia guarani Avá num total de 219 famílias e 989 indígenas.

Segundo dados da pesquisadora (2016) todos os indígenas são da etnia guarani Avá num total de 280 famílias e 1010 indígenas. A aldeia Tekoha Marangatu conta com duzentas e duas pessoas e a Tekoha Porã com noventa e cinco pessoas (80%).

2.4.1 Características de Guaíra

Como podemos ver a presença indígena na cidade de Guaíra não é recente, sempre esteve ligada à tradição guarani, o nome da cidade vem da origem indígena e conforme relatos do Senhor Ermínio Vendruscolo, empresário da cidade, a principal característica do município é:

Uma firme tradição indianista ligada à cristianização jesuítica, mantendo viva a língua guarani e caracterizado por diversos sítios arqueológicos, todos saqueados e dizimados pela modernidade. Exceto algumas peças do museu, nada sobrou. A própria Ciudad Real Del Guayrá, não pode ser visitada porque, simplesmente, nada sobrou do passado. (GREORY; SCHALLEMBERGER, 2008, p. 251).

Como podemos analisar antes da temática em Guaíra da Demarcação de terra algumas pessoas como o senhor acima citado pai do atual prefeito do município, afirmava que aqui existia indígenas, no presente momento o discurso da maioria da população da cidade de Guaíra, é que os indígenas são paraguaios ou que chegaram aqui a mais ou menos sete anos.

2.5 CONCEITUANDO O TERMO SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, a relação homem natureza passa ser de expropriação da natureza sem precedentes, colocando em risco a população mundial pela escassez dos recursos naturais não renováveis, tornando assim um sistema de produção insustentável para a manutenção da vida no planeta.

Para compreender essa questão se faz necessário definir o que é sustentabilidade. Para tanto, buscou-se em Boff (2012, p. 1) a definição do termo ao que este coloca que sustentabilidade é:

Toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana visando a continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

A sustentabilidade precisa ser pensada com alternativas que viabilizem o cuidado com o solo, vegetação e conseqüentemente com a vida humana em condições dignas e com qualidade, que implicam em alternativas de uso da terra, mantendo-a produtiva e sustentável.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (2011, p. 3) preconiza que a sustentabilidade e a equidade são indissociáveis a questões de imparcialidade e justiça social e de um maior acesso a uma melhor qualidade de vida.

2.5.1 Desenvolvimento Sustentável - Conceito

A questão da “sustentabilidade” do desenvolvimento rural emergiu a partir da sua incorporação às agendas políticas globais, trazendo para o campo do desenvolvimento rural novas expectativas e a noção da interdependência entre os diversos componentes dos processos de desenvolvimento.

O termo surgiu nas décadas do século XX, para traduzir as várias ideias e preocupações devido à gravidade dos problemas que causam risco às condições de vida no planeta. Uma das primeiras organizações a apontar os riscos do crescimento econômico contínuo foi o clube de Roma, em 1972.

No mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a conferência de Estocolmo, que abordou problemas ambientais decorrentes da poluição atmosférica, crescimento populacional e crescimento versus desenvolvimento. Em 1974, surge a proposta do desenvolvimento ecológico, formulada por intelectuais como Sachs e Strong, que incorpora, além das questões econômicas e sociais, as questões culturais, políticas e ambientais; a noção de desenvolvimento (LEFF, 2005).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, proposto por Ignacy Sachs (1994), e o desenvolvimento socialmente justo; economicamente viável e ambientalmente correto, atende as questões social, econômica e ambiental, sendo as mesmas tratadas numa perspectiva multidimensional, que articula o aspecto econômico, político, ético, social, cultural e ecológico.

Para o pensador indiano Amartya Sen, os direitos humanos e o desenvolvimento são considerados como expansão dos direitos positivos do ser humano. Em sua obra mais notória, “Desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2010), encara o desenvolvimento como processo de eliminação dos fatores que restringem a liberdade dos indivíduos, restrições que reduzem as possibilidades de aproveitar oportunidade de mudar a própria vida. Os fatores mais frequentes de privação dos indivíduos da liberdade são a fome, a pobreza, a tirania, a falta de moradia digna, de saneamento acessibilidade dos serviços públicos (educação, saúde, segurança).

As propostas de Sen parecem pressupor uma igualdade de acesso às políticas públicas, que não se confirmam na esfera política da maioria dos países com problemas de pobreza e eterna desigualdade (OLIVEIRA, 2007).

A noção de sustentabilidade torna-se crítica ao agronegócio mais incisivo, ao relacioná-lo não apenas ao desmatamento e a contaminação da terra e da água, mas também aos riscos do uso de transgênicos, a extinção de espécies, a expropriação das terras e o estímulo aos conflitos agrários (GUIMARÃES, 2013).

Para Sachs (2002), nas visões em relação à transição de um desenvolvimento quantitativo para desenvolvimento sustentável, parece existir certo nível de concordância sobre a necessidade de se deter o consumo excessivo pelos países industrializados em função da não sustentabilidade em longo prazo e a necessidade de crescimento dos países pobres.

Sen (2000), por sua vez, compreende o desenvolvimento como o processo de ampliação da capacidade dos indivíduos terem opções e fazerem escolhas. Dessa forma, o crescimento econômico é parte integrante do enriquecimento do processo de desenvolvimento, mas não pode ser associado automaticamente ao desenvolvimento social e cultural. Para ele, o desafio de nossa sociedade é formular políticas que permitam, além do crescimento da economia, a distribuição mais qualitativa da renda e o pleno funcionamento da democracia.

Segundo Veiga (1997), ao usar a noção de “desenvolvimento rural” se está supondo que o desenvolvimento não somente é desigual, mas que essa

desigualdade, defasagem ou descompasso, se manifesta de forma acentuada entre os espaços urbanos e rurais. No caso do Brasil é justificável e considera-se que as acentuadas diferenças sociais e regionais também se expressem na ruralidade de cada região, fazendo com que existam demandas específicas que somente através de políticas bem ajustadas poderiam ser atendidas.

A transição para Desenvolvimento Sustentável necessita de mudanças planejadas, identificando melhor os gargalos e os recursos ociosos capazes de superá-los, estimulando a capacidade de mobilizar recursos e iniciativas locais (SACHS, 2002; SEN, 2010). Segundo a ONU, os povos indígenas são protagonistas fundamentais neste debate:

CONFERENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Reconhecimento e Fortalecimento do papel das populações indígenas e suas Comunidades.

26.1 As populações indígenas e suas comunidades têm uma relação histórica com sua terra e, em geral, descendem dos habitantes originais dessas terras. No contexto deste capítulo, o termo 'terra' abrange o meio ambiente das zonas que essas populações indígenas e suas comunidades ocupam tradicionalmente e representam uma porcentagem significativa da população mundial. Durante muitas gerações, eles desenvolveram um conhecimento científico tradicional holístico de suas terras, recursos naturais e meio ambiente. As populações indígenas devem desfrutar a plenitude dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, sem impedimento ou discriminações. Sua capacidade de participar plenamente das práticas de desenvolvimento sustentável em suas terras tendeu ser limitada em consequência de fatores de natureza econômica, social e histórica, tendo em vista a inter-relação entre o meio natural e seu desenvolvimento sustentável, bem estar cultural, social, econômico e físico das populações indígenas. Os esforços nacionais e internacionais de implementação de um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável, devem reconhecer, acomodar, promover, e fortalecer o papel das populações indígenas e sua comunidade. (CONFERÊNCIA..., 1995).

2.5.2 Dimensões da Sustentabilidade

Na visão de Sachs (2002), as primeiras dimensões de sustentabilidade são: (I) social, com o estabelecimento de um processo de desenvolvimento que tenha um padrão estável de crescimento, considerando as desigualdades de renda e procurando prover justiça na repartição das riquezas; (II) econômica, por meio do crescimento contínuo da renda, produção e produtividade, na gestão eficiente dos recursos; (III) ecológico, na defesa contínua dos recursos naturais renováveis, usando o potencial dos ecossistemas com um nível mínimo de deterioração do seu potencial; (IV), cultural, na busca de mudanças que estejam em sintonia com a

pluralidade de soluções específicas para cada ecossistema, cultura ou situação; e (V) geográfica, no processo histórico de ocupação do território, apropriação da terra e na busca de uma configuração econômica.

Caporal e Costabeber (2003) e Schneider (2004) sintetizam seis dimensões como relevantes: cultural, econômica, política, ética, social e ambiental. A dimensão cultural trata dos saberes, conhecimentos, valores locais das pessoas que vivem e trabalham no meio rural. A dimensão econômica sintetiza que os resultados econômicos obtidos pelos agricultores são elementos primordiais para fortalecer as estratégias de desenvolvimento rural sustentável. A dimensão política são os processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e de desenvolvimento rural; enquanto a direção ética está relacionada diretamente com a solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação do meio ambiente. A dimensão social representa um dos pilares da sustentabilidade juntamente com a dimensão ambiental (CAPORAL; COSTABEBER, 2003), referenciando a satisfação das necessidades básicas, tais como: alimentação, moradia, emprego, educação e lazer (TOMMASINO, 2006).

2.5.3 Indicadores de Sustentabilidade

Para Silva (2007), o Desenvolvimento Rural Sustentável necessita de indicadores de sustentabilidade que considerem as dimensões ambiental, social, econômico, ética e cultural, o que propiciará a avaliação do desenvolvimento de forma mais ampla do que os indicadores existentes, pois ele é determinado por um conjunto de fatores (econômicos, sociais, ambientais, dentro de outros).

Bossel (1998 apud FILLETO, 2007) destaca o desenvolvimento sustentável como uma mensuração de perspectivas futuras, onde um sistema é viável ou não pela análise dos indicadores e possíveis ameaças ao sistema, mostrando onde a sociedade está em relação à sustentabilidade. Afirma Van Belém (2007) que a função mais importante dos indicadores é a contribuição para a política e para o processo de tomada de decisão, dependendo da habilidade do investigador, limitação e propósito da investigação. Evidencia que o objetivo dos indicadores é juntar e qualificar informações de modo que sua importância fique mais aparente, sendo possível utilizar indicadores qualitativos ou quantitativos.

2.5.4 A Sustentabilidade na Cultura Indígena e o Meio Ambiente

As discussões sobre o termo “sustentabilidade” começaram a surgir na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, de 1972. Em seguida essas bases foram lançadas para a comunidade internacional através de ações que debatiam questões relacionadas à degradação ambiental e à poluição. A declaração de Estocolmo foi a precursora em definir princípios de preservação e melhorias do meio ambiente, essas foram consagradas na ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, que também trouxe o conceito de sustentabilidade e juntou a este o termo meio ambiente e desenvolvimento, a fim de abrir os olhos da comunidade internacional para as necessidades de uma vida sustentável e um meio ambiente sadio (MANÍGLIA, 2011, p. 40).

A evolução de uma consciência ambiental foi responsável por criar uma legislação de proteção ao meio ambiente, elevando-o a uma categoria de “bem” de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. A cerca de meio ambiente, caracteriza Fiorillo (2006, p. 21), como sendo:

O meio ambiente natural ou físico é constituído por solo, água, ar atmosférico, flora e fauna. O meio ambiente artificial é compreendido pelo espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações (chamado de espaço urbano fechado), e pelos equipamentos públicos (espaço urbano aberto); está diretamente relacionado ao conceito de cidade. O conceito de meio ambiente cultural está previsto no artigo 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988, engloba o patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico. O bem que compõe o chamado ‘patrimônio cultural’ traduz a história de um povo, sua formação, cultura e, portanto, os próprios elementos identificadores de sua cidadania, que constitui princípio fundamental, norteador da República do Brasil.

Nesse viés, o direito ao meio ambiente e, por sua vez, a sustentabilidade, se elevou a uma categoria do Direito Ambiental, direito esse de 3ª geração, ou também chamado de 3ª dimensão, sendo indispensável a sua preservação para a vida das presentes e futuras gerações.

O ambiente integra-se, realmente, de um conjunto de elementos naturais e culturais, cuja interação constitui e condiciona o meio em que vive. Daí por que a expressão ‘meio ambiente’ se manifesta mais rica de sentido (como conexão de valores) do que a simples palavra ‘ambiente’. Esta exprime o conjunto de elementos. O conceito de meio ambiente há de ser, pois globalizante, abrangente de toda a natureza original e artificial, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arqueológico. (SILVA, 2002, p. 20).

A cultura e a tradição indígena estão diretamente relacionadas ao meio ambiente, ao cultivo e à subsistência, tendo a terra como a mãe que fornece os frutos, alimenta o povo, proporciona a vida e o bem estar da tribo. Dessa forma, a comunidade indígena tem uma atenção especial para com o meio ambiente, os ciclos climáticos e as estações definidas, pois são elas que irão delimitar o melhor período para as plantações e cultivo.

Não dá para falar de comunidade indígena sem falar na terra, seus frutos e a sustentabilidade, visto que foram eles os precursores por desenvolver em território brasileiro várias culturas, das quais eram desconhecidas pelos navegadores e colonizadores que aqui chegaram, uma delas a ser citada é a da Mandioca, da qual decorre de uma lenda entre as tribos que aqui já viviam antes da chegada do “homem branco”.

O planeta Terra tem sofrido contínuas agressões, das quais implicam desde a degradação do meio ambiente, a biodiversidade, destruição da camada de ozônio e dos recursos naturais, até a monocultura (SARRETA, 2007, p. 100). Nessa depredação acentuada, a cultura indígena de cultivo vai sendo deixada de lado ao passo que agricultores e grandes companhias agrícolas vêm reivindicando a terra e não respeitando as demarcações indígenas, essas demarcadas após acordos com o governo. A sustentabilidade do índio, a sua cultura com a terra, se vê cada vez mais ameaçada ao passo que sem ter onde plantarem e cultivarem, a sua cultura de subsistência vai sendo esquecida. Ainda, diante da busca pela sustentabilidade, aponta Canotilho (2007, p. 149), sobre o Estado:

Diante de um mundo marcado por desigualdades sociais e pela degradação em escala planetária, construir um Estado de Direito Ambiental parece ser uma tarefa de difícil consecução ou até mesmo uma utopia, porque se sabe que os recursos ambientais são finitos e antagônicos com a produção de capital e consumo existente.

Nesse sentido, sustentabilidade, inicialmente vem da ideia de desenvolvimento sustentável, concepção analisada por vários autores e relacionada ao crescimento econômico difundida após a Segunda Guerra Mundial (SARRETA, 2007).

[...] desenvolvimento sustentável representa uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, indicando que sem a natureza nada pode ser produzido de forma sólida [...] A natureza deve ser a referência para a escolha da escala ótima das atividades econômicas que se detenham dentro daquelas fronteiras. Evidentemente, o ponto preciso onde a

economia se localizará depende de considerações morais atinentes aos interesses de gerações presentes e futuras. É dever de o governo avaliar as preferências da sociedade em tal contexto e agir para colocar a realização das aspirações da presente geração em harmonia com as aspirações de nossos descendentes. (CAVALCANTI, 1999, p. 38).

Assim, ressalta-se o papel do governo em garantir elementos para o desenvolvimento sustentável das sociedades indígenas, uma vez que também requer transformações nos meios de produção para aqueles que não respeitam as demarcações e as áreas destinadas aos índios, assim como também meios de punição para esses infratores. Garantindo o equilíbrio social e financeiro entre povo indígena e demais membros da sociedade atual, instigando elevar instituições e políticas sobre o tema indígena para também um sistema responsável do ponto de vista ambiental (CASTELL, 2001).

2.5.4.1 Sustentabilidade e Satisfação de Necessidades Fundamentais

Pouco importa o modo de produção que exista numa sociedade, mas há certos números de necessidades fundamentais que pertencem à condição humana e que devemos ser satisfeita. O desenvolvimento se mostra sustentável se conseguir atender tais necessidades para todas as pessoas (princípio de inclusão), o que exige um sentido de equidade e de sensibilidade humanitária para com as demandas de seus semelhantes. Comumente, indicam-se nove necessidades básicas: *a subsistência, a proteção, o afeto (amara e ser amado), entendimento (aceitar os outros como são e ser também aceito), a criatividade, a participação, o lazer, a identidade pessoal e cultura e a liberdade* (BOFF, 2013, p. 139).

Esta lista atende não apenas as carências que devem ser supridas, mas também aponta para a capacidade que devem ser potenciadas para o necessário desabrochar da vida humana. Todas elas são importantes e se implicam mutuamente. Obviamente, a satisfação destas necessidades não é implementada apenas por bens materiais, mas por valores e práticas sociais que se inscrevem no campo do capital *humano, social e ético* (BOFF, 2013).

Esta visão integradora das necessidades humanas nos obriga a mudar os conceitos de pobreza e de riqueza.

A pobreza, como bem o mostrou Amartya Sen, não está apenas associada à insuficiência de renda, de saúde e de educação, mas à privação de capacitações

que roubam da pessoa oportunidade de desenvolver e criar sua autonomia. A pessoa não quer apenas receber o pão, quer também conquistá-lo e fazê-lo. De forma semelhante, a riqueza não se define pela acumulação de bens materiais e pela conta do banco, mas pela capacidade de relacionar-se com o outro sem discriminação e no cultivo da solidariedade e do amor. Assim, há risco que são pobres e pobres que são ricos. Como comentava um membro de uma comunidade de base de Pernambuco acerca de um "rico" usineiro: ele é tão pobre, tão pobre que possui apenas dinheiro. Em poucas palavras: a riqueza econômica apenas conta se estiver embasada em riqueza humana, de relações marcadas pelo respeito, convivência pacífica, cooperação e valorização das dimensões do coração. Este tipo de riqueza pode existir exemplarmente em pessoas economicamente pobres (SEM apud BOFF, 2013).

2.5.4.2 Indicadores de um Desenvolvimento Sustentável

O Produto Interno Bruto (PIB) tem sido tomado como referência de desenvolvimento de um país ou de uma região, mas crítica generalizada está mais e mais recusando este indicador por tomar apenas em conta os bens materiais, portanto, o crescimento, e descuidar outras dimensões que estão presentes no desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade. Fizeram-se muitas propostas integral do ser humano e da sociedade. Fizeram-se muitas propostas que não cabe aqui discutir. Basta-nos referir á condensação das várias proposta feitas pela ecologista Maria Novo (apud BOFF, 2013). O desenvolvimento sustentável é medido por três indicadores: **econômico, social e o ecológico**. Vejamos cada um deles (BOFF, 2013, p. 140).

Indicadores Econômicos:

- Consumo atual de energia.
- Consumo de energia renovável;
- Gastos de proteção do meio ambiente como porcentagem do PIB;
- Ajuda pública ao desenvolvimento, como parte do PIB.

Indicadores Sociais:

- Taxa de mortalidade infantil:

- Esperança de vida ao nascer;
- Participação no gasto nacional da saúde no PIB;
- Taxa de desemprego;
- Número de mulheres empregadas para cada 100 homens;
- Níveis de transparência da coisa pública e de ética social.

Indicadores Ecológicos:

- Controle de substâncias agressivas para a camada de ozônio;
- Emissão de gases de efeitos estufa;
- Consumo de água por habitantes;
- Reutilização e reciclagem de resíduos;
- Conservação ou resgate da cobertura vegetal;
- Nível de cuidado consciente do capital natural e de responsabilidade socioambiental. (BOFF, 2013, p. 141).

A sustentabilidade tem que se confrontar continuamente com o capital biológico. Em última instância, é o estado da vida sã e preservada que conta. Pois sem ela nenhum propósito é exequível. Por isso impõem-se algumas iniciativas de diferentes natureza, sem as quais a sustentabilidade não se firma. Por exemplo, importa:

- Difundir nas escolas, nos meios de comunicação e no ambiente cultural as vantagens do novo paradigma, baseado no processo evolucionário que engloba a todos, também os seres humanos e as sociedades (nova cosmologia);
- Tomar a sério os famosos três erres (r) da Carta da Terra, que é reduzir, reutilizar e reciclar os bens de consumidos: poderíamos acrescentar ainda **o respeitar, redistribuir e reflorestar**.

Já nos primórdios do discurso econômico, *Adam Smith* (1723-1790), o pai da economia como ciência, em seu livro *"Uma Investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações"* (1776) observava que as pessoas possuem necessidades que extrapolam, elas básicas: são os sentimentos morais por cooperação, compaixão e solidariedade que vão mais longe do que os benefícios econômicos. A

Sustentabilidade não se "sustenta" a médio e a longo prazo sem levar em conta tais potencialidades espirituais humanas.

Referíamos anteriormente às duas fomes do ser humano, de pão e beleza. Podemos levar mais adiante a pergunta: Ele ainda tem fome de que? Ele tem fome de sentido, acolhido, da serenidade, de paz social, de amizade e de amar e ser amado. Resumidamente podemos dizer: ele tem fome de um bem viver pessoal e coletivo em harmonia com o universo, com os outros, com a natureza e com divino.

Um desenvolvimento só será humanamente sustentável se em seu projeto incluir o capital espiritual. Ele é a, diferença do capital material, inesgotável, pois pode crescer mais e mais. Não há limites para a cooperação, a generosidade, a criatividade, a arte e o amor. Deste fundo espiritual nos vem conselhos, boas ideias, projetos novos e uma aceitação, ser amado de nossa partida deste mundo, quando deixaremos para trás todos os bens capital e material e levaremos conosco os bens imperecíveis do capital humano e espiritual (BOFF, 2013, p. 144).

Esta é a destinação final de todo o desenvolvimento sustentável: cria condições para que o ser humano possa se humanizar plenamente. E se humaniza tanto mais quanto tira do seu interior as riquezas lá escondidas: criatividade, de inteligência, de solidariedade, de compaixão, de estética, de biofilia e de amor incondicional.

Na medida em que este propósito se implementa processualmente em seu ritmo próprio ,emerge uma sociedade sustentável, dentro de uma natureza sustentável e numa Terra também sustentável. Uma utopia. Talvez. Mas uma utopia necessária, sem qual o caos se sobreporia á ordem e o absurdo ganharia a partida sobre o sentido. Buscamos a sustentabilidade de nosso desenvolvimento integral para viver com alegria nossa curta passagem por esse belo e pequeno planeta, nossa única Casa Comum.

2.5.5 Os Direitos Humanos em Proteção do Índio e ao Meio Ambiente

Como observado anteriormente, os direitos do povo indígena recebem proteção no âmbito nacional e internacional dos Direitos Humanos, através das Constituição Federal do Brasil de 1988 e da ONU, Organização das Nações Unidas, criada no Pós 2ª Guerra Mundial e encarregada de vigiar e fiscalizar os países para

que esses não mais desrespeitem os Direitos Humanos e obedeçam aos tratados. Um desses exemplos a ser citado, destaco a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, importante documento acerca da proteção do índio, sua cultura e seu espaço na sociedade atual.

2.5.5.1 O Direito ao Meio Ambiente Saudável

Sob a luz da Constituição Federal do Brasil de 1988, artigo 225, acerca do meio ambiente, define a Constituição como sendo algo que deve ser preservado para os presentes e futuras gerações, cabendo à coletividade, assim como também ao poder público, defendê-lo, preservá-lo, restaurá-lo, controlá-lo e defini-lo de forma que garanta a proteção do bem coletivo. Diante desse estudo, foi criado o Direito Ambiental, veículo assegurado por princípios para a melhor aplicabilidade dos meios de proteções ao meio ambiente. Nas palavras de Celso Antonio Pacheco Fiorillo (2006, p. 46):

Dessa forma, observa-se que o direito ambiental reclama não apenas que se 'pense' em sentido global, mas também que se haja em âmbito local, pois somente assim é que será possível uma atuação sobre a causa de degradação ambiental e não simplesmente sobre seu efeito. De fato, é necessário combater as causas dos danos ambientais, e nunca somente os sintomas, porquanto, evitando-se apenas estes, a conservação dos recursos naturais será incompleta e parcial.

Como aduz a Constituição, o meio ambiente não depende apenas de proteção das autoridades públicas, o meio ambiente como bem de uso comum do povo e essencial a uma sadia qualidade de vida também é dever de toda a sociedade, do mundo. Sobre protegê-lo e preservá-lo, esclarece Édis Milaré (2005, p. 162):

De fato, é fundamental o envolvimento do cidadão no equacionamento e implementação da política ambiental, dado que o sucesso desta supõe que todas as categorias da população e todas as forças sociais, conscientes de suas responsabilidades, contribuam para a proteção e a melhoria do ambiente, que, afinal, é bem e direito de todos.

Nesse sentido, a questão da sustentabilidade está intimamente ligada à preservação ambiental, de forma que ter uma vida sustentável no século XXI significa estar em paz consigo mesmo, com a sociedade e com meio ambiente em que se vive, e este é o reflexo do que deixaremos para as nossas futuras gerações.

2.5.6 Território e Sustentabilidade

Apesar da imensa vulnerabilidade social a que estão expostos, são perceptíveis as falas de esperança das lideranças Guarani quando falamos em desenvolvimento e perspectiva de futuro na perspectiva de território e sustentabilidade, como é possível ver nos relatos coletados por esta pesquisa. E a concepção dos indígenas é semelhante ao que se percebe entre os demais guaranis. No presente capítulo pretende-se aprofundar a análise da compreensão de território e sustentabilidade.

2.5.6.1 Território e Sustentabilidade das Populações Indígenas e Desenvolvimento

As teorias relacionadas ao Desenvolvimento local surgem num contexto em que o socialismo real chegou ao fim, numa realidade de economia globalizada de desvalorização da pessoa humana e sua dignidade. Por isso, segundo Martins (2002, p. 51):

Enfrentar o desafio da sustentabilidade supõe pensar e agir territorialmente por uma perspectiva sistêmica e multe escalar, a fim de, sobretudo, resgatar e restabelecer a dignidade a todos os seres humanos e solucionar problemas básicos à existência humana. Enquanto estratégias de planejamento e de ação, o desenvolvimento local aparece num contexto em que se esgotam as concepções de associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal ('ganhar a vida') e ilimitado ('quanto melhor').

O desenvolvimento a que se faz referência acima não é aquele ligado a aspectos puramente econômicos e sim aspectos mais humanos. Para Elizalde (1986), trata-se de um “desenvolvimento à escala humana”, que é: “La propuestas de una teoria de lãs necesidades humanas fundamentales y una concepcion del desarrollo que rompe radicalmente com las visiones dominantes que lo hacen análogos al crecimiento económico” (ELISALDE, 2000, p. 51).

Elizalde (2000, p 58) afirma que “Hay recursos que por su naturaleza son creadores de vida, instauradores de potencialidad y de virtualidad transformadora, generadores de diversidad y de enriquecimiento colectivo”.

3 MATERIAL E METODOS

A pesquisa objetiva identificar as condições sociais, modo de vida dos indígenas, bem como as violações e os processos de garantia dos seus direitos, usando o método histórico dialético e social e com base teórica realizada através de múltiplos métodos, técnicas e ferramentas. A pesquisa contou com etapas pré-determinadas, como elaboração do projeto, construção dos instrumentos de coletas de dados, submissão ao comitê de ética de pesquisa respeitando a Resolução 466/12, que estabelece normas regulamentadora de pesquisa envolvendo seres humanos no estudo de campo autorização, além dos dados documentais. A coleta de dados se deu por meio de aplicação de questionários, com questões semiestruturadas e entrevistas e respeitando o consentimento de todos, autorização da FUNAI (Brasília) e envolvendo: reuniões com lideranças indígenas, contatos entrevista semiestruturadas em 100% na aldeia Indígena Tekoha Marangatu (Fundo porto Internacional cidade Guaíra PR, e 80% aldeia Tekoha Porã, Vila Alta), territórios não demarcados, que se encontram em situação de litígio. De acordo Richardson (2009), o método científico é um conjunto de regras para observar fenômenos e inferir conclusões. A escolha foi pela pesquisa do tipo exploratória e descritiva e foi adotada a pesquisa de ação como estratégia para a sua condução do conhecimento, fruto do envolvimento dos participantes com processos de mudanças planejadas.

Cervo e Bervian (2007) acreditam que a pesquisa exploratória e o passo inicial no processo de pesquisa pela vivência de experiências. A pesquisa exploratória realiza descrições precisas das situações e requer planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de situação. Gil (2010) contribui com as ideias anteriores ao afirmar que a pesquisa exploratória apresenta-se como uma maneira de desenvolver, clarificar e transformar conceitos e ideias, tendo como meta a formulação de problemas mais definidos e hipóteses que podem ser investigadas a fim de serem utilizadas em estudos posteriores.

A pesquisa descritiva, por sua vez, procura descobrir com maior precisão possível a frequência com que o fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do

comportamento humano, tanto do individual tomado isoladamente como de grupos e comunidades complexas (CERVO; BERVIAN, 2007).

Na fase exploratória, ocorrem os diagnósticos sociais, participativos de fazer o levantamento dos principais desafios nas perspectivas da comunidade tradicional indígena, e reflexões sobre o desenvolvimento rural sustentável, onde seria possível identificar os principais indicadores e demandas de ordem social, econômica e ambiental. O trabalho de campo foi conduzido pela pesquisadora da Unioeste.

Para finalizar, a pesquisa documental foi realizada a partir de consulta aos órgãos competentes, sites governamentais e bibliografias nos quais constam dados e informações relevantes para o assunto abordado.

3.1 DINÂMICAS DAS ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS

Para a realização dessa pesquisa de campo, o instrumental técnico que se utilizou foi a "entrevista", a qual permitiu que se tivesse acesso e extraísse da fala dos entrevistados tanto dados objetivos² quanto dados subjetivos, que ajudarão a compreender o universo de estudo, pois, conforme Minayo (1994, p. 57), a serem trabalhadas no decorrer da entrevista, formuladas com base no problema delimitado e pressupostos levantados.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

Ressalta-se que a forma de entrevista utilizada foi a semiestruturada, pois esta permite um maior aprofundamento nas questões, apreendendo melhor as representações e os significados dos atos do sujeito dentro do contexto em que ocorrem. Permite ainda um maior aprofundamento nas questões, apreendendo melhor as representações e os significados dos atos do sujeito dentro do contexto em que ocorrem. O método permitiu uma busca nas falas, ou palavras determinadas

²Segundo Chizzotti (1991) e Triviños (1987), os dados objetivos também podem ser obtidos através de questionários ou em documentos existentes que contenham dados relacionados ao objeto investigado, porém, geralmente são mais ricos quando obtidos diretamente com o sujeito do processo de investigação.

como núcleos centrais da investigação, uma maior apreensão e compressão da problemática em questão.

Esse tipo de entrevista permitiu ainda uma investigação menos rígida na ordem dos questionamentos, por basear-se em um roteiro no qual se encontravam as principais questões a serem trabalhadas no decorrer da entrevista, formuladas com base no problema delimitado e pressupostos levantados.

O período de realização deste trabalho foi de fevereiro a dezembro de 2015, processo desencadeado simultaneamente nas duas aldeias indígenas do município da área de estudo.

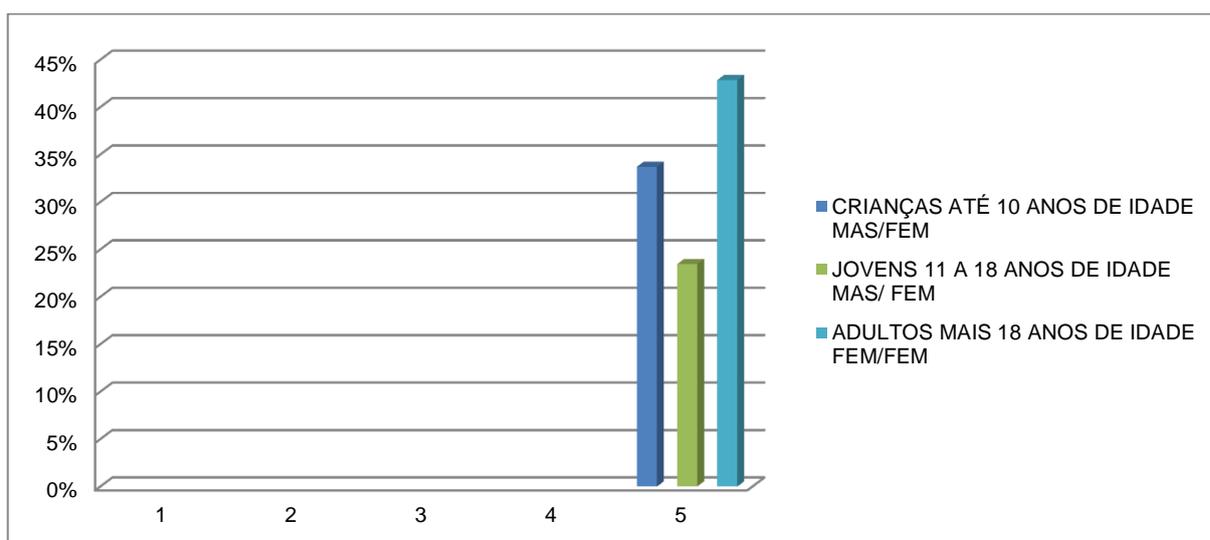
Priorizou-se reuniões e entrevistas semiestruturadas. O que proporcionou realizar um levantamento minucioso da vida das comunidades indígenas de Guaíra, Paraná, suas principais dificuldades, quais políticas chegam e que direitos os guarani possuem perante a Constituição Federal de 1988 e porque esses direitos não chegam a estas populações que vivem em estado de miséria, como pode ser constatado neste trabalho.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 ANÁLISE DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO APLICADO NA COMUNIDADE INDIGENA TEKOKHA MARANGATU

Em Relação aos dados da pesquisa de campo de campo

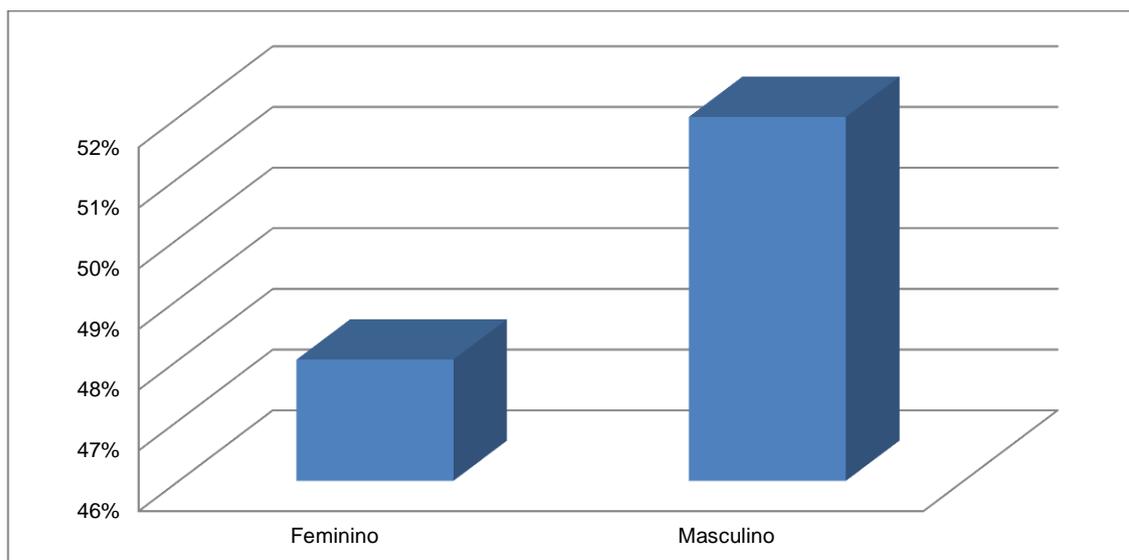
Gráfico 2 - Faixa Etária Tekoha Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

A Aldeia Marangatu tem uma população em sua maioria composta por pessoas jovens, sendo que 33,71% são crianças de até 10 anos de idade, 23,44% de jovens de até 18 anos idade, 42,85% pessoas com mais de 18 anos e na sua maioria homens.

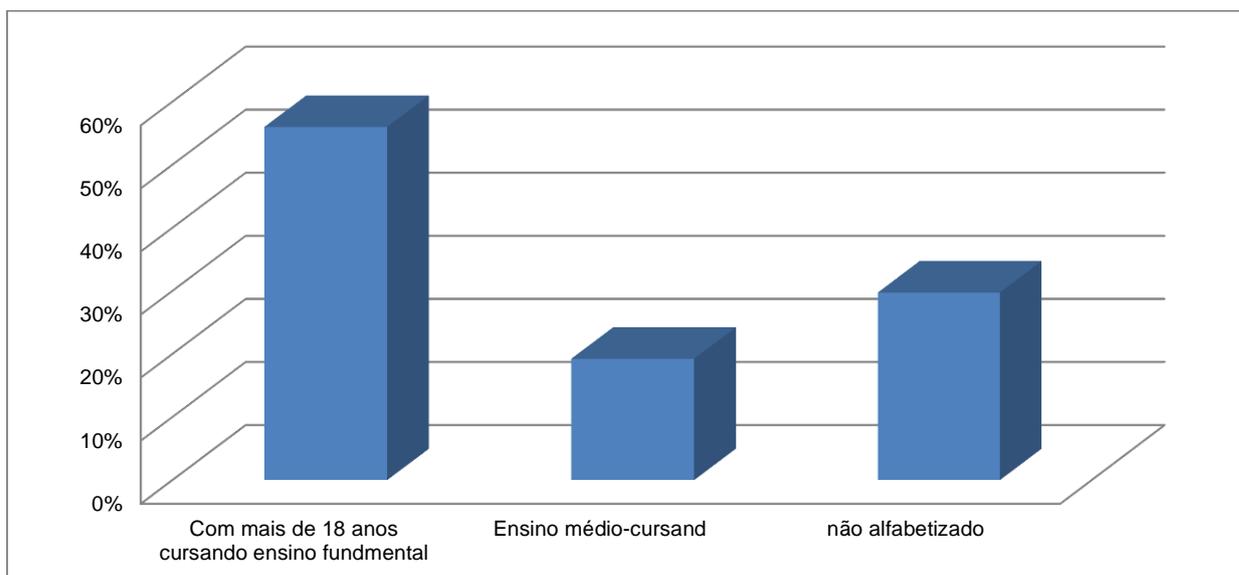
Gráfico 3 – Gênero Tekoha Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

Do total de 202 indígenas, 52% são homens e 48% mulheres.

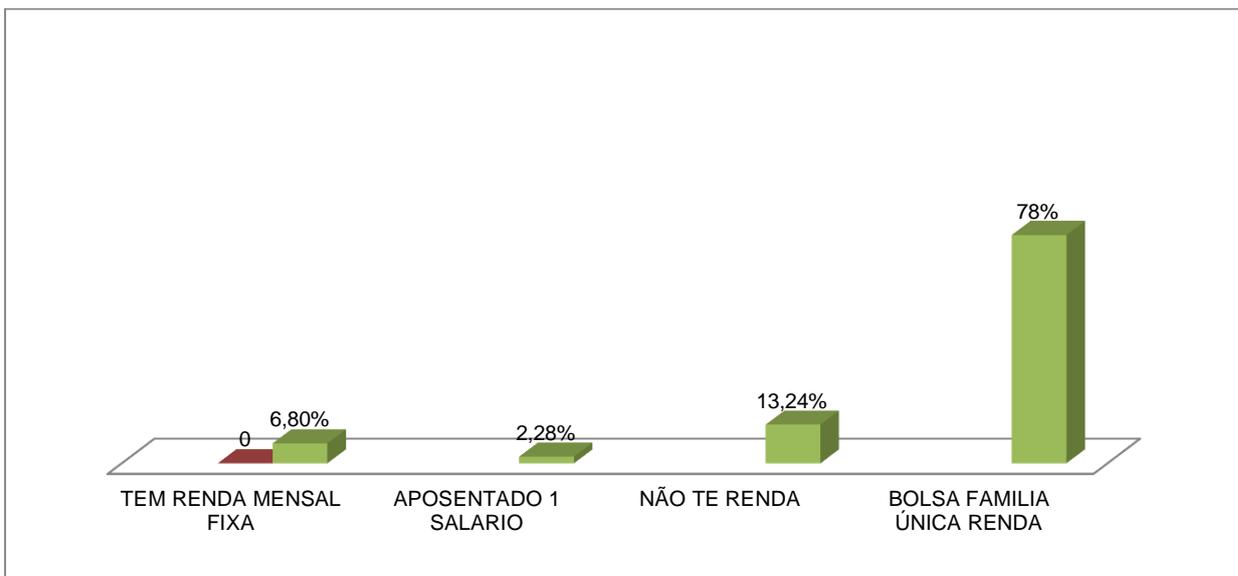
Gráfico 4 - Escolaridade Tekoha Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

Na aldeia Tekoha Marangatu o nível de escolaridade é baixo, em torno de 60% dos indígenas com mais de 18 anos estão fazendo o ensino fundamental, anos inicial, 10% estão cursando o ensino médio e 30% não são alfabetizados.

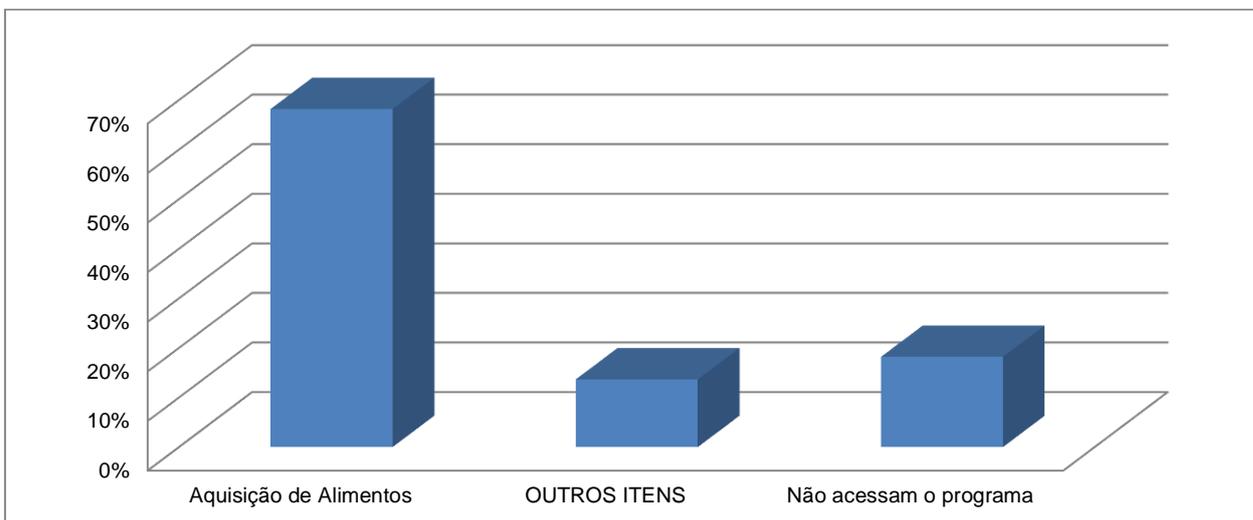
Gráfico 5 - Renda na Aldeia Tekoha Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

Em se tratando de renda, 6,80% da aldeia tem renda fixa (escola), 2,28% são aposentados com um salário mínimo, 13,24% não tem renda alguma e 78%, ou seja, a maioria, a única renda é o Bolsa Família.

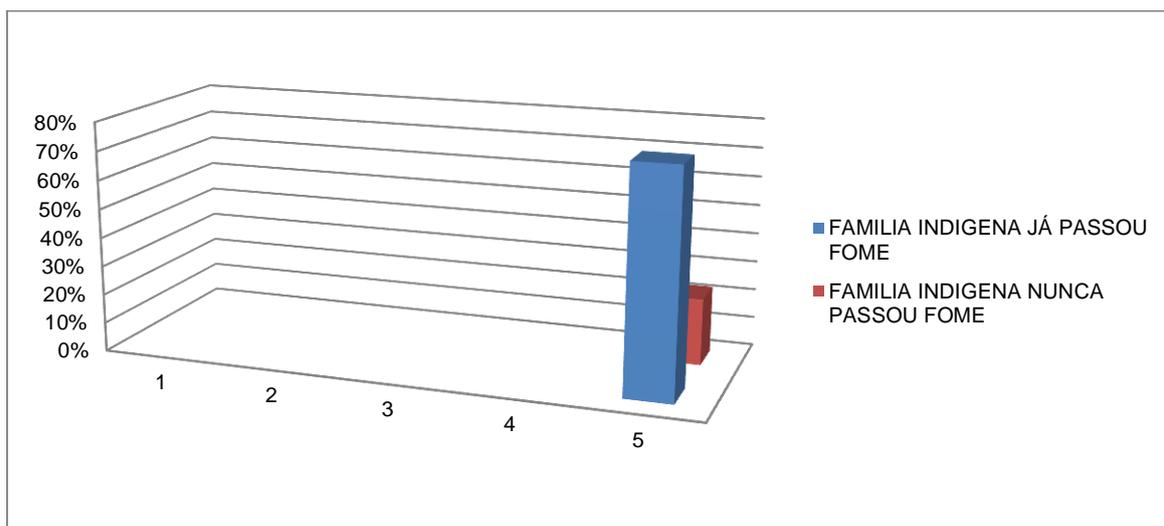
Gráfico 6 - Utilização dos Recursos do Programa Bolsa Família-Aldeia Marangatu



Fonte: Autora, 2015.

Como na sua maioria a única renda advém do programa Bolsa Família, esta aldeia vive em estado de vulnerabilidade. Os recursos são gastos em 70% da aldeia na aquisição de alimento, 10% em outros itens. Contudo, 20% não acessam o programa.

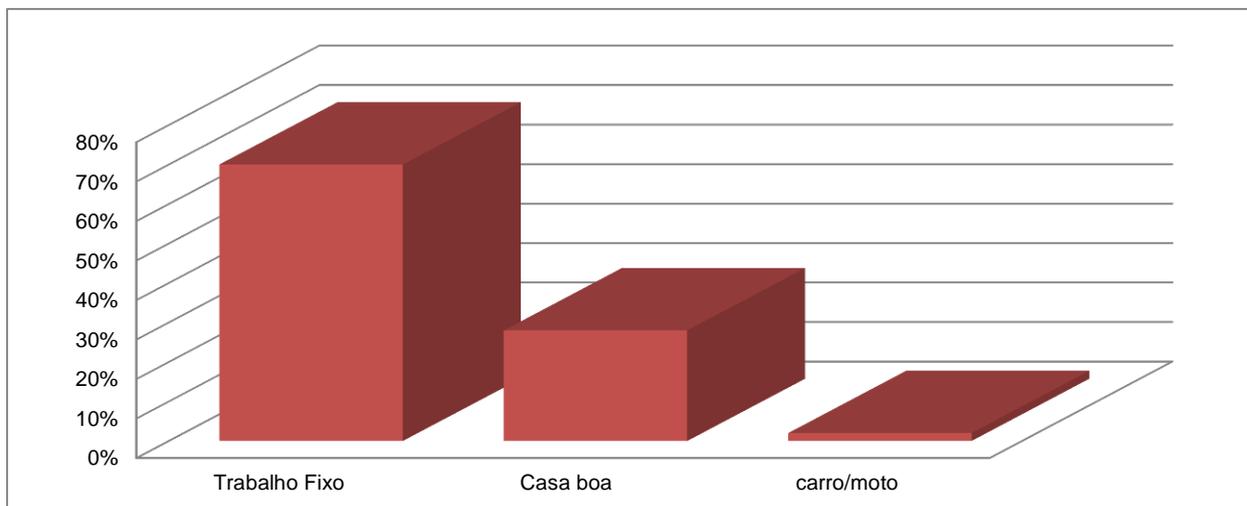
Gráfico 7 - Fome: Aldeia Tekoha Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

A fome, mesmo morando numa cidade que tem um grande potencial na agricultura, gira em torno de 76,59%. Ou seja, 76,59% dos indígenas desta aldeia já passaram fome na vida e apenas 23,40% nunca passaram fome.

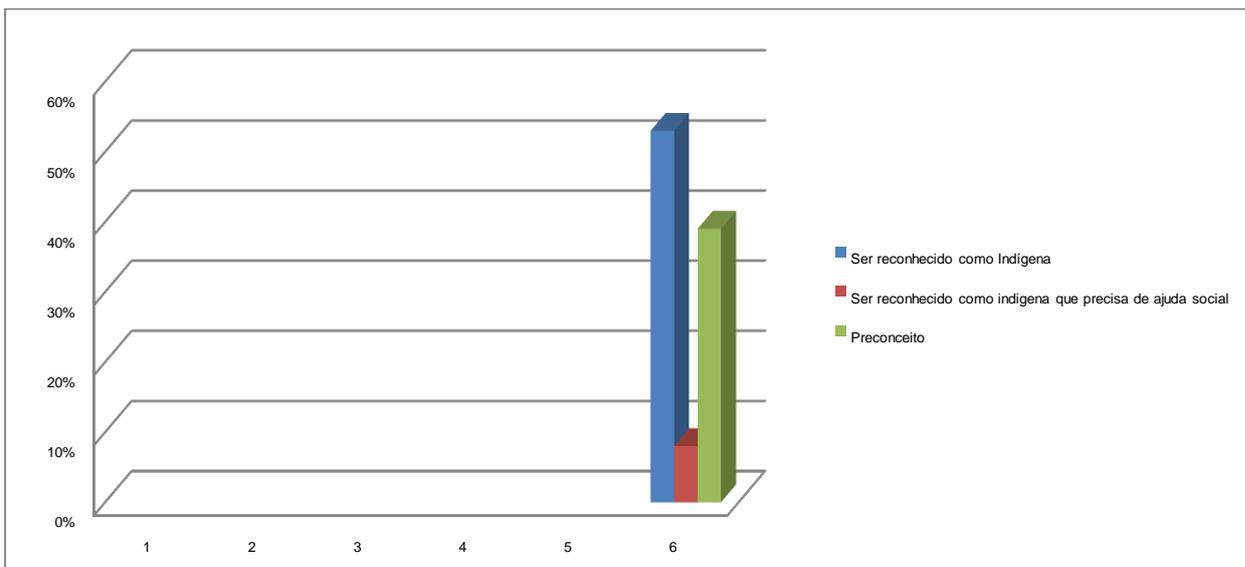
Gráfico 8 - Maior Desejo Indígenas Tekoha Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

Quando perguntado aos guarani quais são seus maiores desejos na vida, 70% da comunidade respondeu ter um trabalho fixo, 28% ter uma casa e apenas 2% ter um carro ou moto.

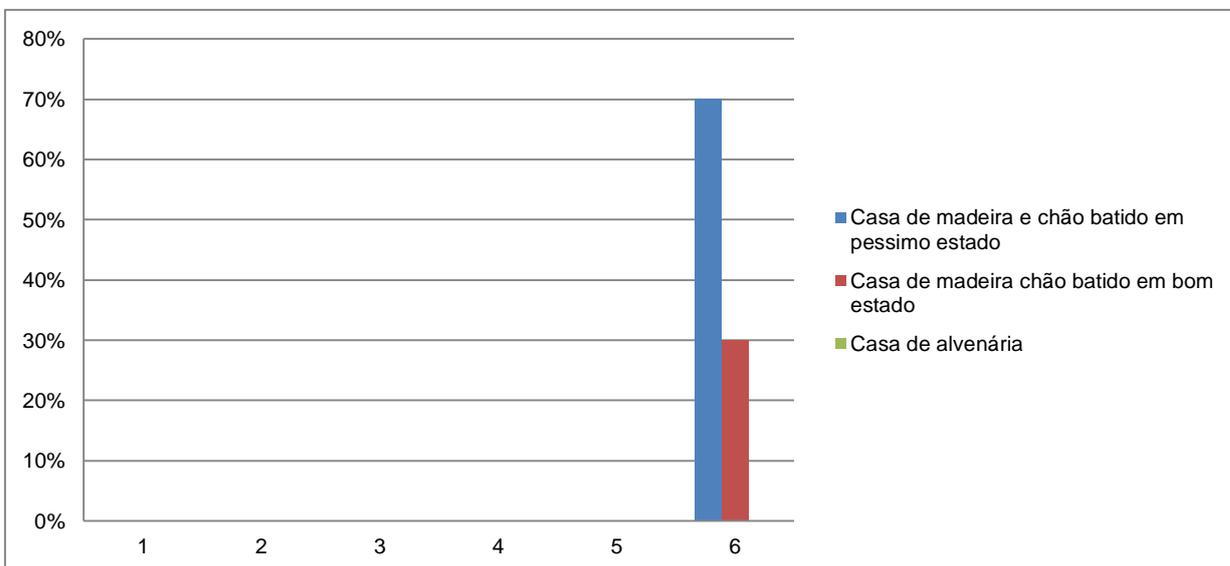
Gráfico 9 - Acesso Serviço Público Principal Desafio: Aldeia Tekoha Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

Maior desafio para os guaranis frente ao serviço público em Guaíra é ser reconhecido. 53% disseram ser reconhecido como indígena 3% ser reconhecido como indígena e que precisa de ajuda social, 39% alegam preconceito.

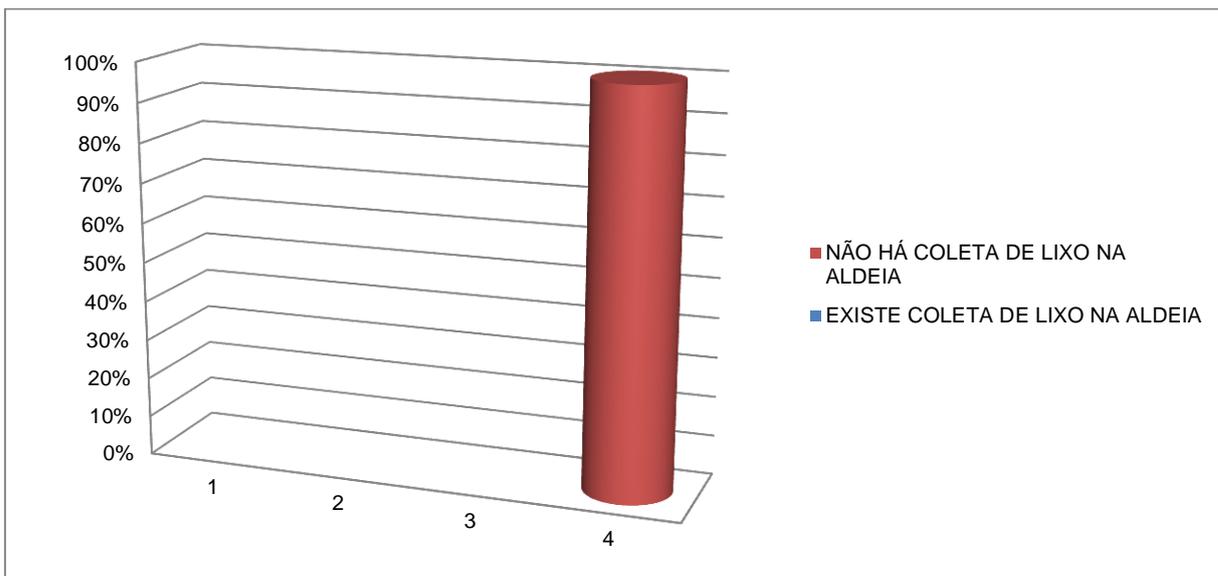
Gráfico 10 - Moradia Aldeia Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

A moradia de 98% dos guarani da aldeia Tekoha Marangatu é chão batido feito com restos de materiais de construção como telha pedaço de lonas em péssimo estado. 20% das casas possuem chão batido em bom estado.

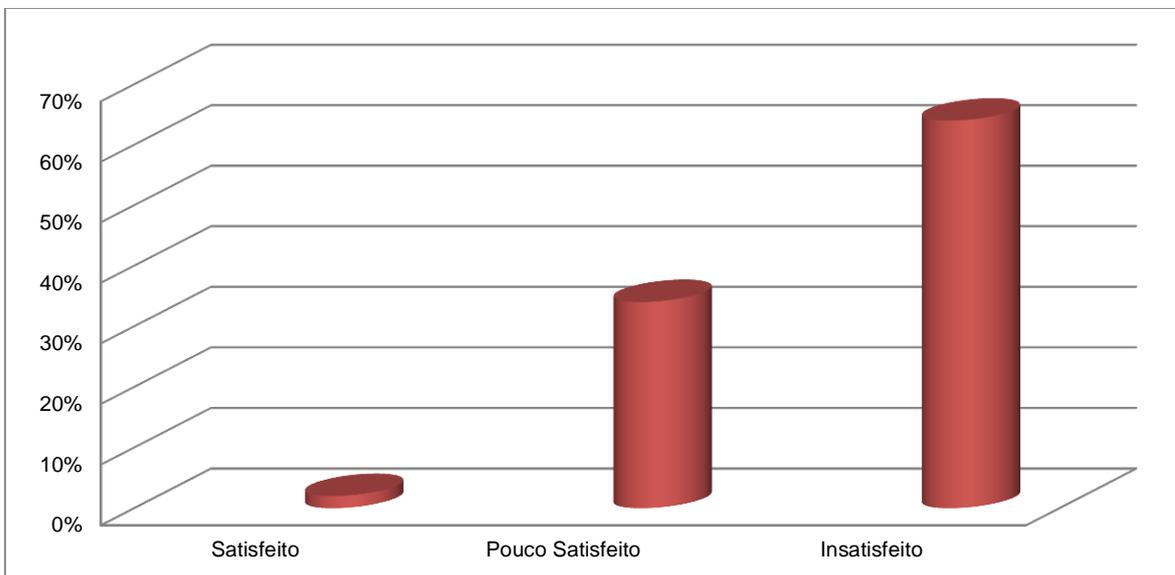
Gráfico 11 - Lixo Aldeia Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

Na aldeia Marangatu não há coleta de lixo, isso implica em más condições de vida na questão de saúde e de sustentabilidade.

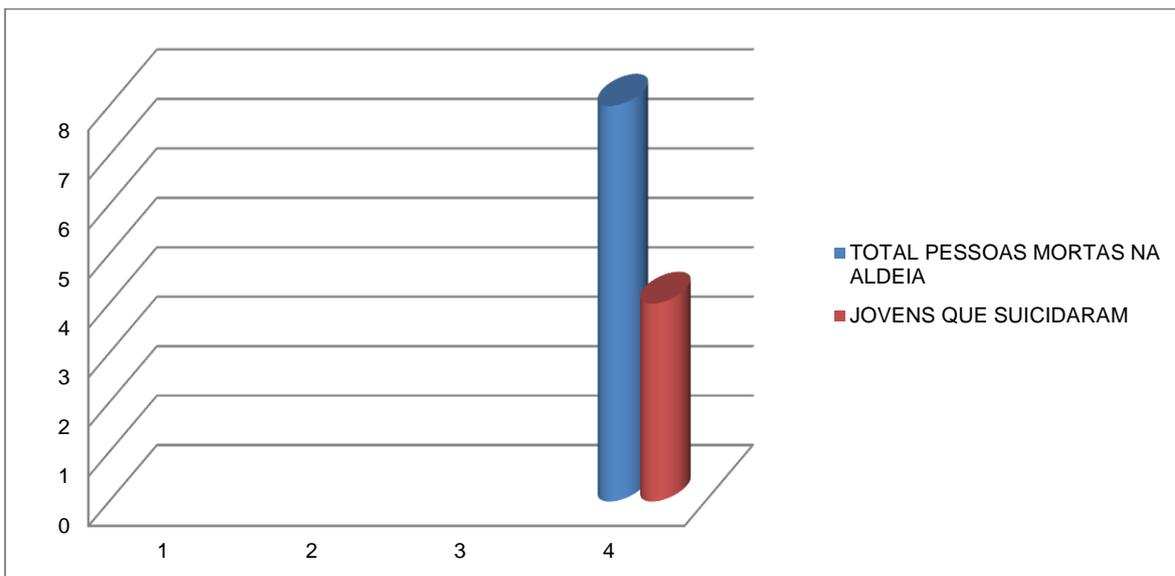
Gráfico 12 - Qualidade de Vida Aldeia Tekoha Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

Segundo pesquisa feita pela autora, 34% da aldeia Marangatu está pouco satisfeita com a qualidade de vida, acha que faltam coisas básicas, como coleta de lixo, ampliação do espaço escolar, moradia. 2% dizem estar satisfeitos e 64% insatisfeitos.

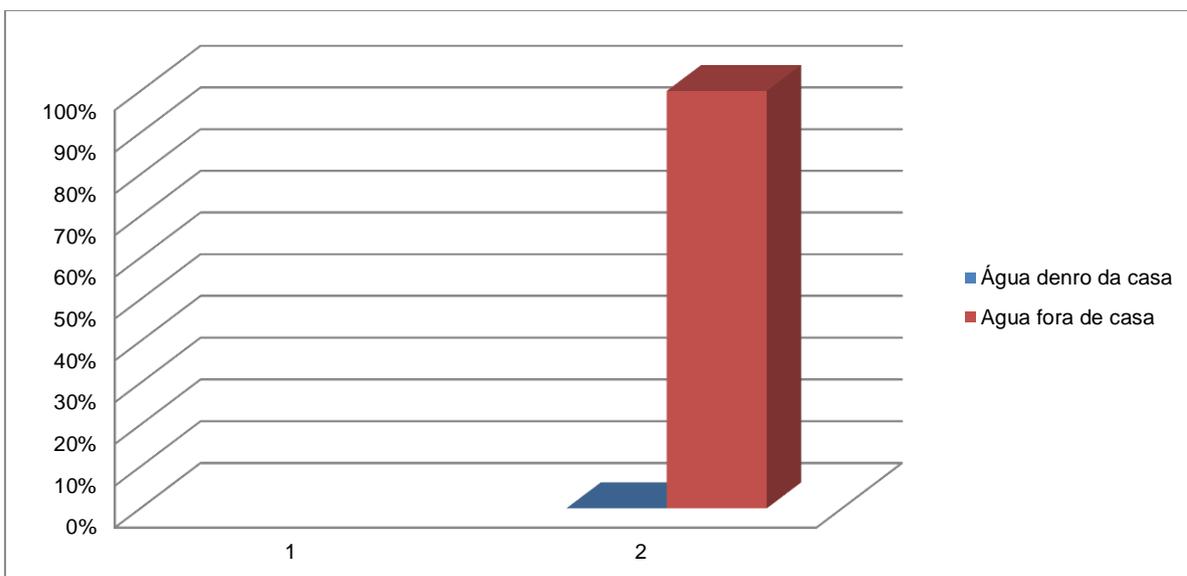
Gráfico 13 – Mortalidade na Aldeia Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

Na aldeia Tekoha Marangatu, há oito pessoas enterradas (2015), sendo que quatro destas, ou seja, 50%, foram por suicídio praticado por pessoas com menos de dezoito anos de idade. Estes casos estão ligados diretamente com a falta de perspectiva na vida, o abandono e o preconceito existentes na cidade de Guaíra. No ano de dois mil e dezesseis, mais um jovem cometeu suicídio nesta aldeia. Ele foi ex-aluno da escola Mbyja Porã (Jakim Galeano - 2016). O índice de suicídio nas aldeias é grande e ninguém faz nada.

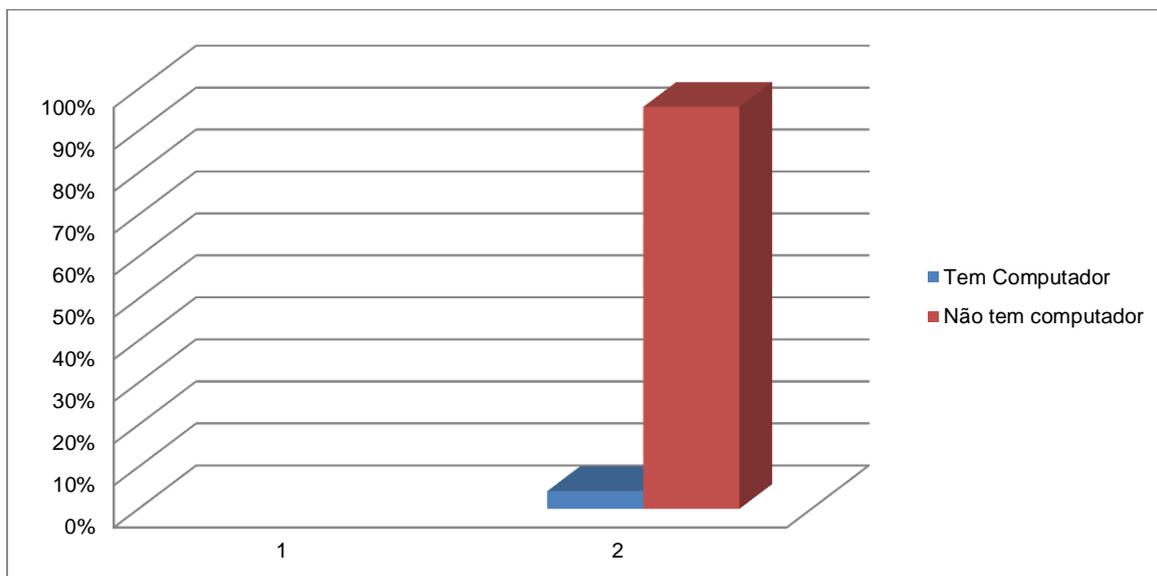
Gráfico 14 - Água nas casas. Aldeia Tekoha Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

100% da Aldeia não têm água dentro de casa.

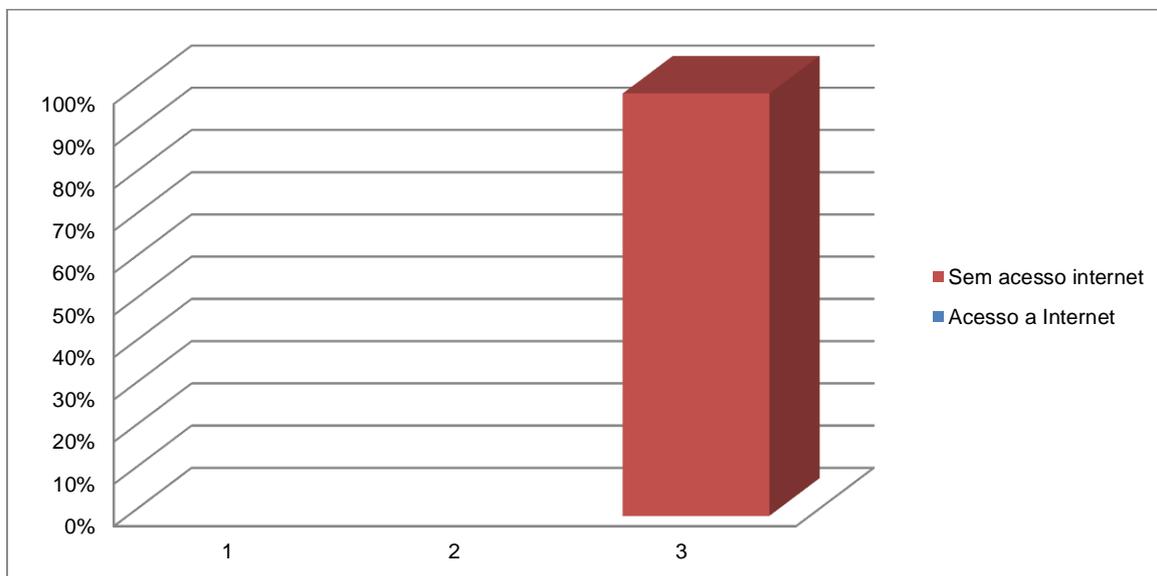
Gráfico 15 - Tecnologia Computador. Aldeia Tekoha Marangatu. 2015



Fonte: Autora, 2015.

95,75% da aldeia Marangatu não tem computador em casa, 4,25 % tem.

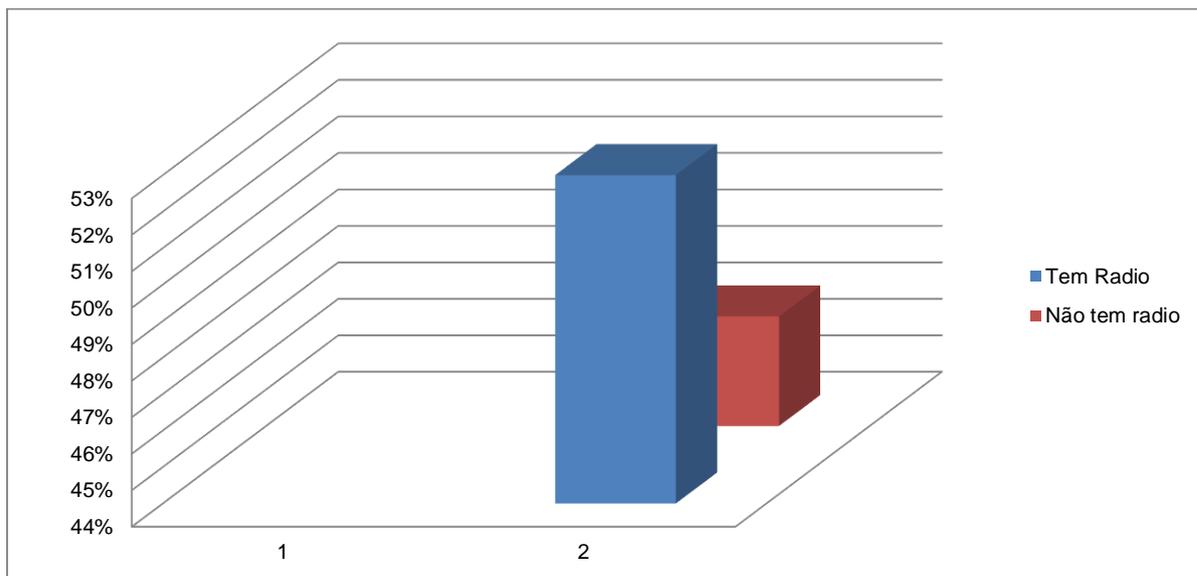
Gráfico 16 - Tecnologia Internet Aldeia Tekoha Marangatu. 2015.



Fonte: Autora, 2015.

100% aldeia Marangatu não tem acesso à internet.

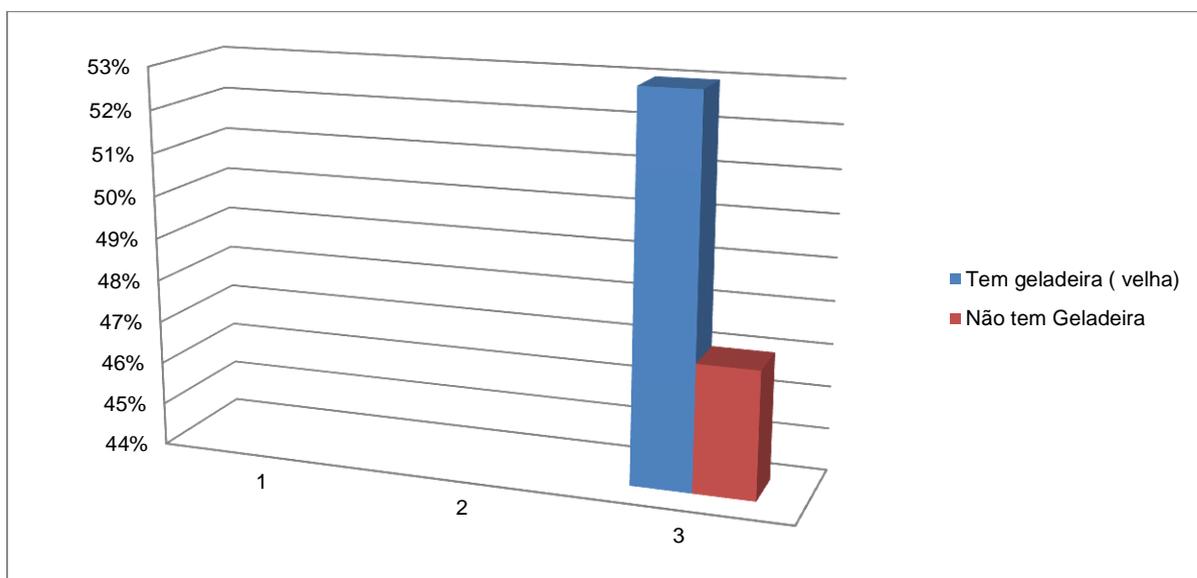
Gráfico 17 - Tecnologia Rádio. Aldeia Tekoha Marangatu. 2015.



Fonte: Autora, 2015.

Mais ou menos 53,19% da aldeia têm rádio, outros 48,64% não têm acesso.

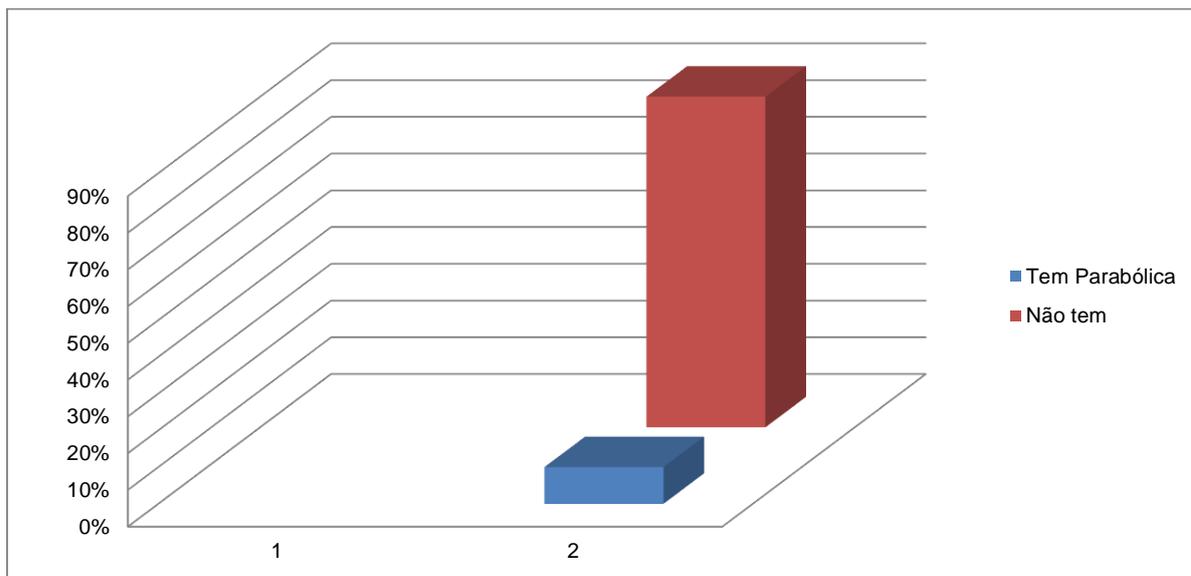
Gráfico 18 - Tecnologia Geladeira. Tekoha Marangatu. 2015.



Fonte: Autora, 2015.

51,06% da aldeia Tekoha Marangatu tem geladeira velha dentro de casa, 48,94% não tem geladeira com isso quase não conseguem pagar uma conta de energia, ainda nesta aldeia é cobrada na conta de luz de cada família taxa de iluminação pública e a iluminação pública é inexistente;

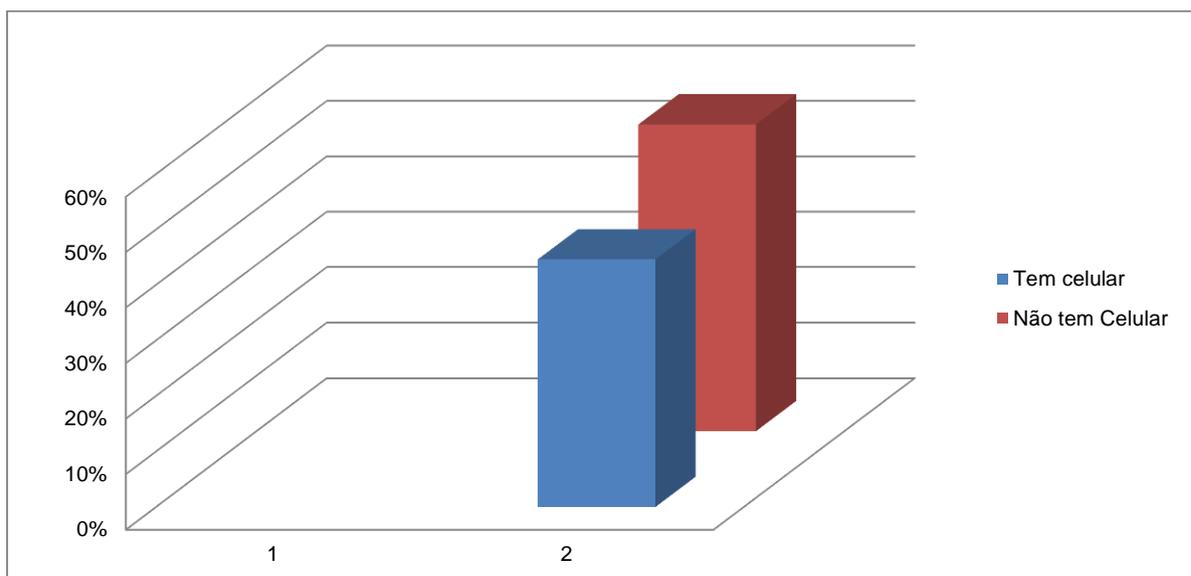
Gráfico 19 - Tecnologia Antena Parabólica. Tekoha Marangatu. 2015.



Fonte: Autora, 2015.

Ao longo da aldeia Marangatu, foi constatado que 90% das casas não têm antena parabólica, 10% das casas têm (casas dos professores ou que tem renda fixa por mês). Com a chegada da Escola indígena Mbyja Porã (2010), o contexto social da aldeia acima citada, melhorou, chegou água e luz (MPF) e ainda emprego direto para a comunidade indígena e escolarização para seus filhos (14 anos de idade).

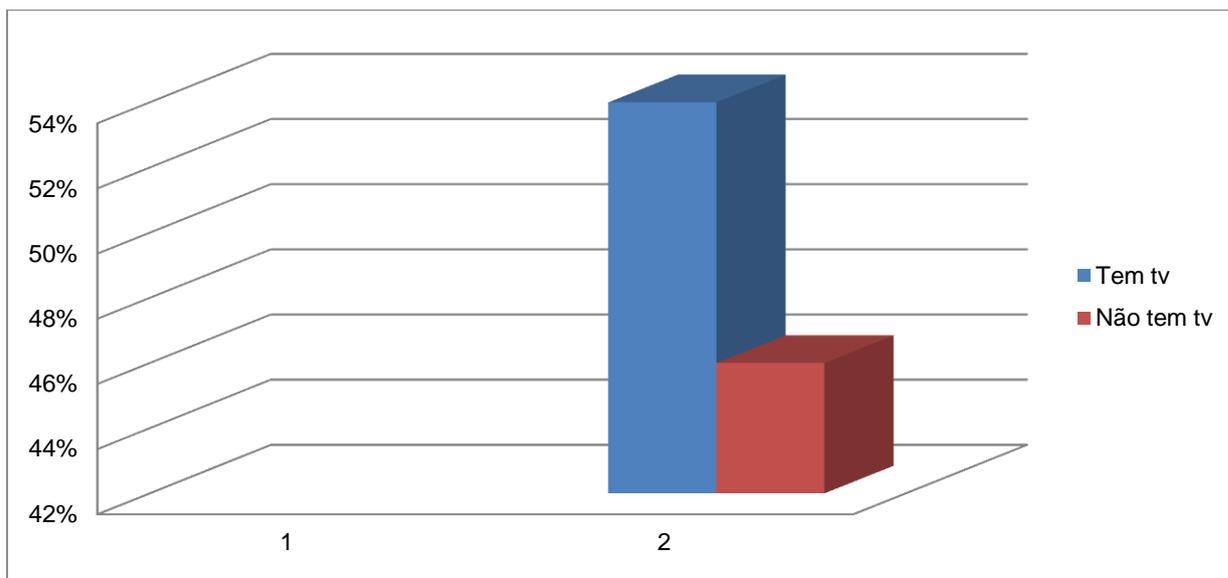
Gráfico 20 - Tecnologia Celular. Aldeia Tekoha Marangatu. 2015.



Fonte: Autora, 2015.

A maioria das pessoas em Guáira acha que os indígenas têm acesso às tecnologias, mas com este estudo de campo podemos ver que os dizeres não são verdadeiros: 44,60% da aldeia Marangatu têm celular, 55,31%, a maioria, não tem celular.

Gráfico 21 - Tecnologia TV. Aldeia Tekoha Marangatu. 2015



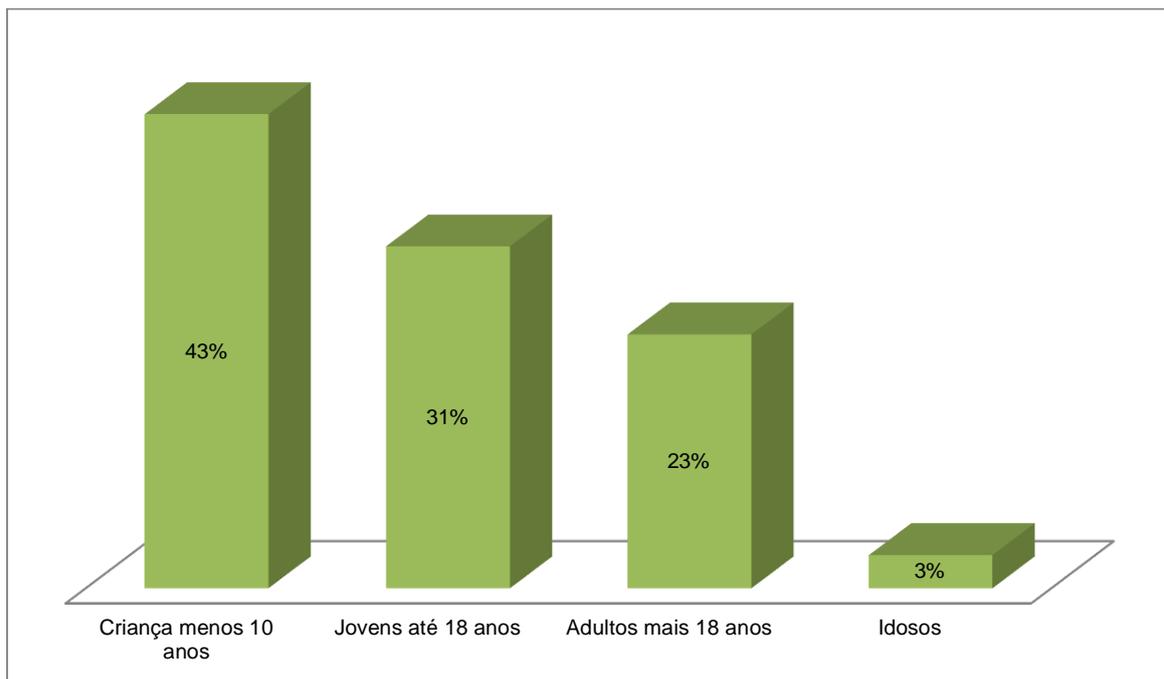
Fonte: Autora, 2015.

As televisões na aldeia Marangatu são velhas, de tubo. 53,19% têm acesso e outros 48,04% não têm nenhuma televisão, nem que seja velha de tubo.

4.2 ANÁLISES DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO APLICADO NA COMUNIDADE INDIGENA TEKOKHA PORÃ.

Em relação aos dados da pesquisa de campo de campo 2015.

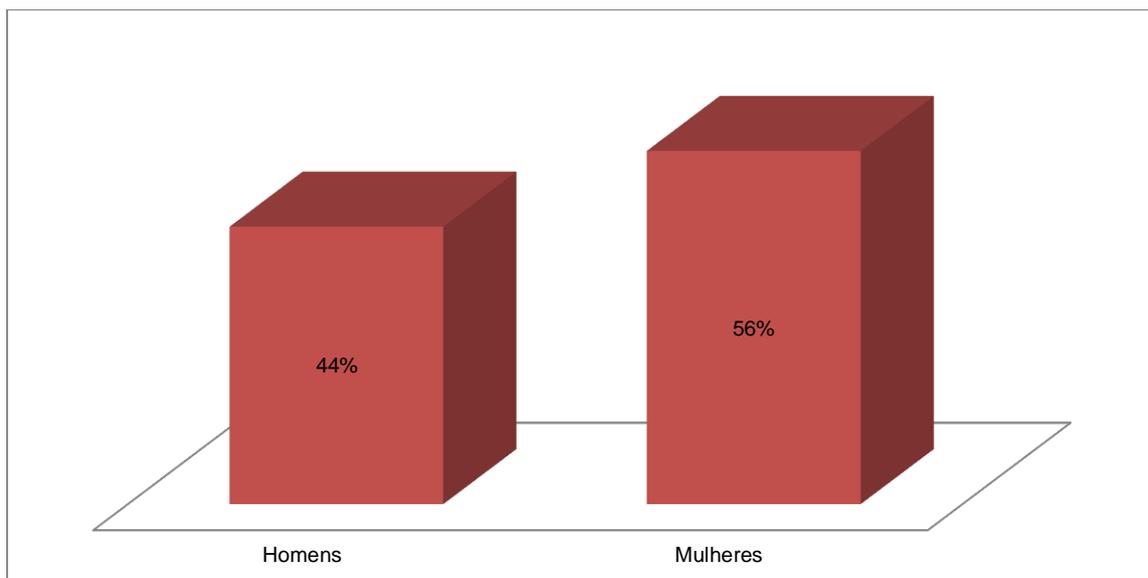
Gráfico 22 - Faixa Etária



Fonte: Autora, 2015.

Na aldeia indígena Tekoha Porã, situada na Vila Alta, 80% da comunidade foi coberta. 43% da população são de crianças com menos de dez anos de idade, 31% de jovens de até 18 anos de idade, 23% adultos com mais de 18 anos de idade e 3% idosos com mais de sessenta e cinco anos.

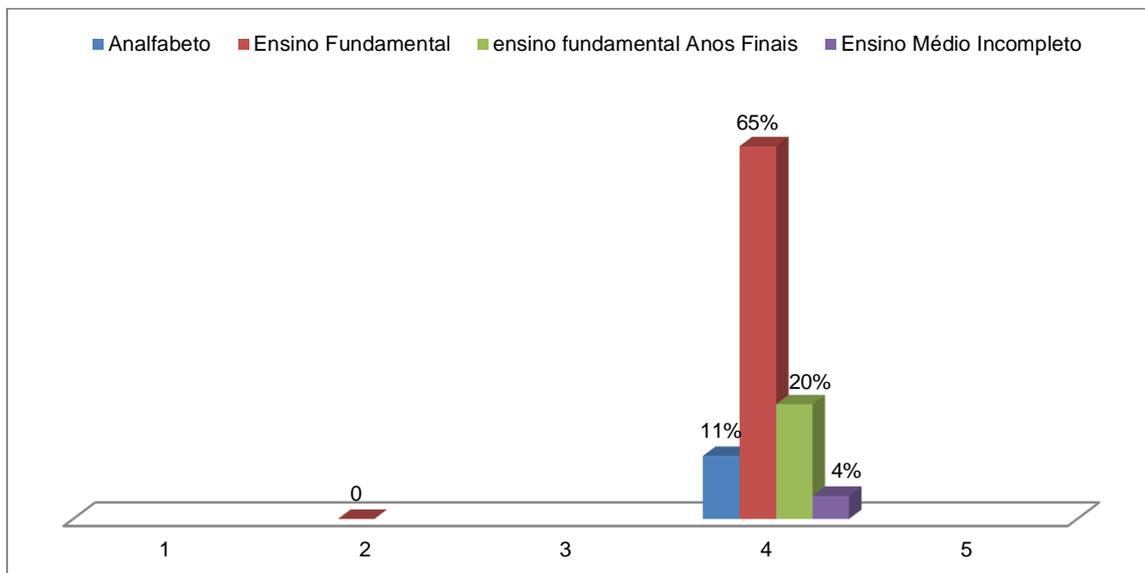
Gráfico 23 - Gênero



Fonte: Autora, 2015.

Há mais mulheres do que homens nesta aldeia: 44% homens, 56% mulheres.

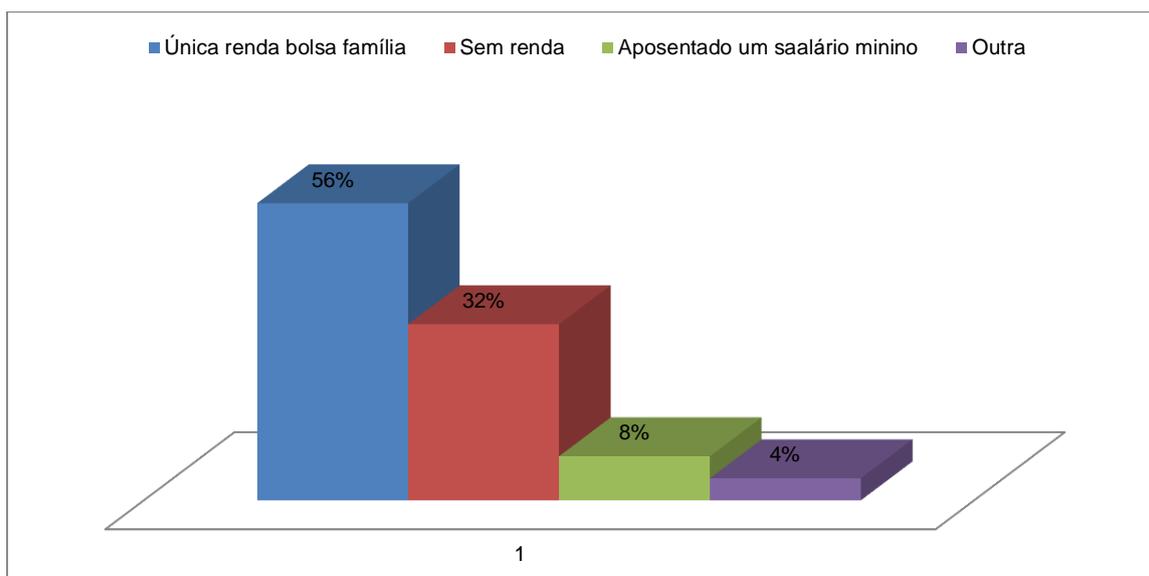
Gráfico 24 - Escolaridade.



Fonte: Autora, 2015.

Ensino Fundamental, anos iniciais, cursando: 65% da aldeia. Ensino fundamental, anos finais: 20%. Ensino médio incompleto, 4%. Analfabetos, 11% da população.

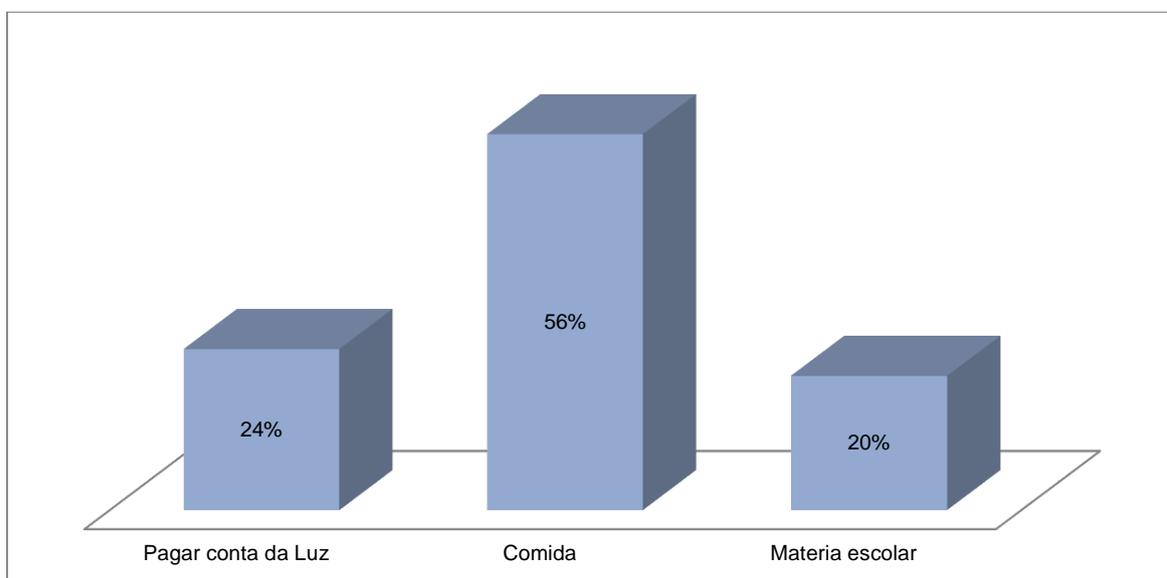
Gráfico 25 - Principal Renda



Fonte: Autora, 2015.

Ficou constatado que na Aldeia Tekoha Porã o Bolsa Família é a única renda para a maioria das famílias, na casa dos 54%. Não têm renda alguma, 32%. Renda trabalhando fora: 8%. Há ainda aposentados, com um salário mínimo, que respondem por 4% da comunidade.

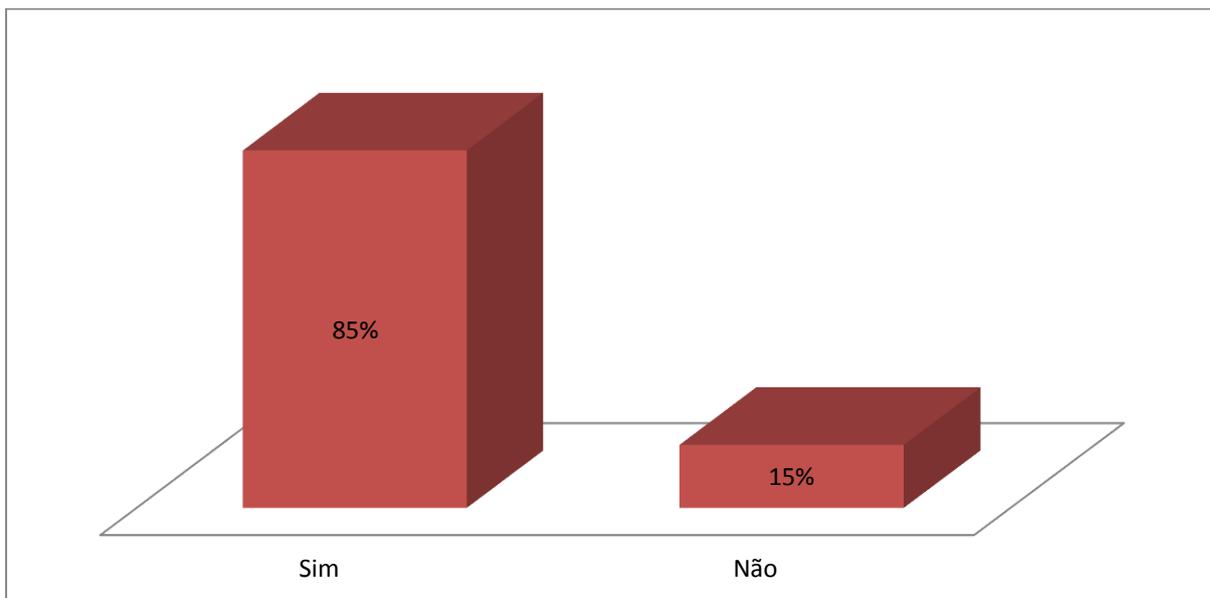
Gráfico 26 - Bolsa Família.



Fonte: Autora, 2015.

Com o Bolsa família, os guaranis tentam se manter, pagando a conta de luz, 24%, mencionando que a conta vem alta, pois a maioria das famílias tem geladeira velha. O dinheiro é usado em sua maioria para a compra de comida (56%). 20% dizem usar para garantir o acesso e permanência de seus filhos na escola, com a aquisição de material escolar.

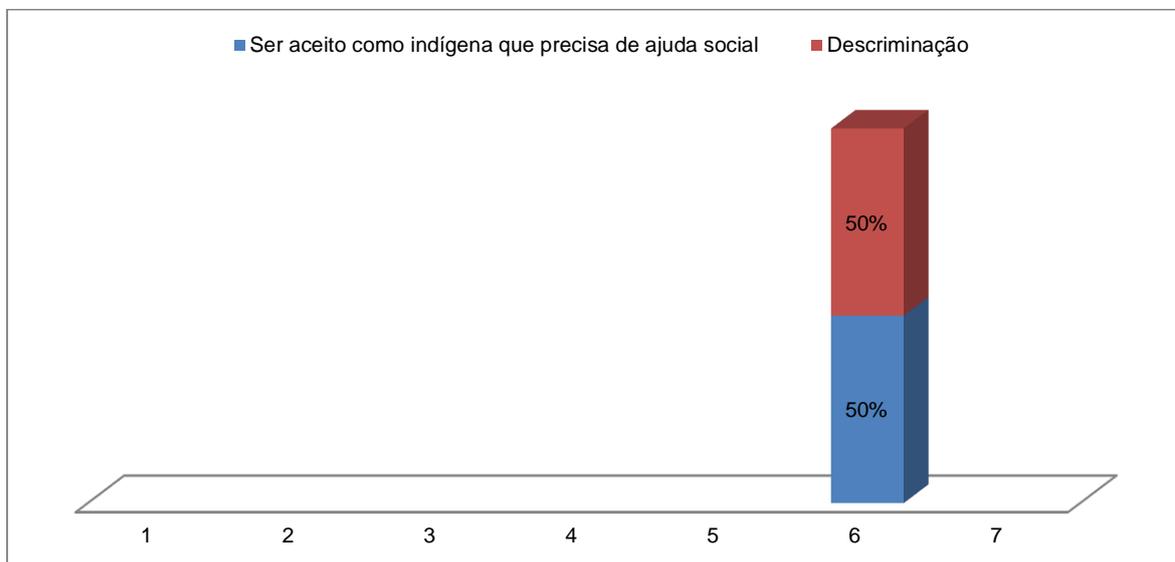
Gráfico 27 - Fome.



Fonte: Autora, 2015.

Na aldeia Tekoha Porã, ficou exposto que 85% da população pesquisada já passaram fome e apenas 15% não passaram.

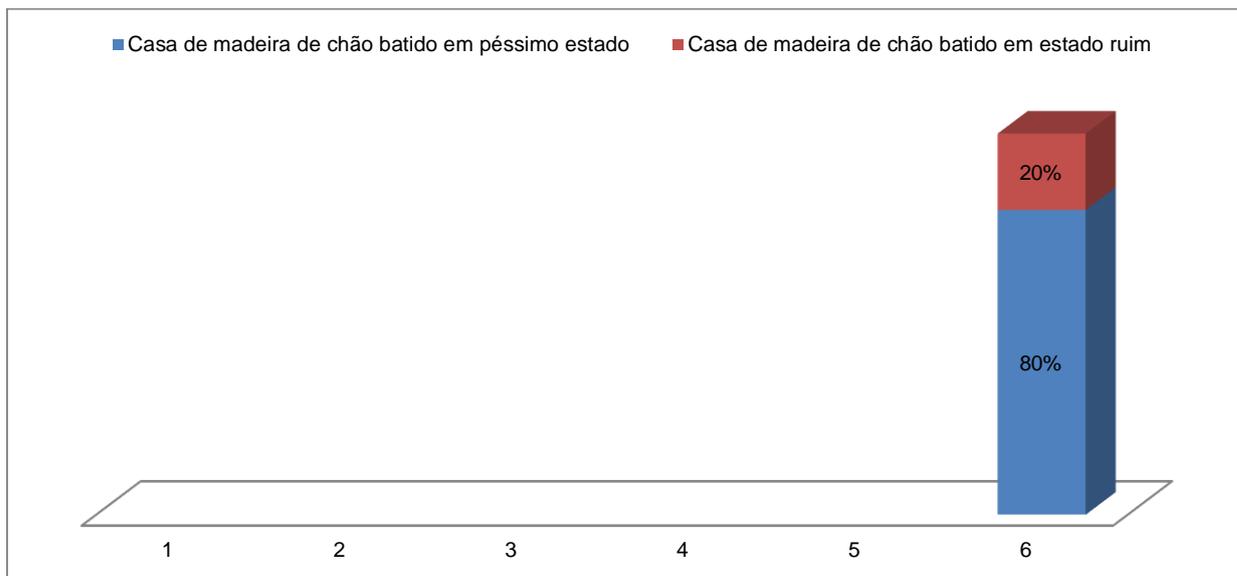
Gráfico 28 - Serviço Público.



Fonte: Autora, 2015.

O principal desafio para 50% dos guaranis em relação ao acesso serviço público é ser aceito como índio. Outros 50% alegam como principal desafio a discriminação.

Gráfico 29 - Moradia.



Fonte: Autora, 2015.

A moradia na comunidade Tekoha Porã, conforme estudo de campo, é um problema sério: as casas são de chão batido em péssimo estado para 80% da população e para outros 20% o estado é ainda pior. (segue fotos em anexo no final do trabalho)

Gráfico 30 - Banheiro.

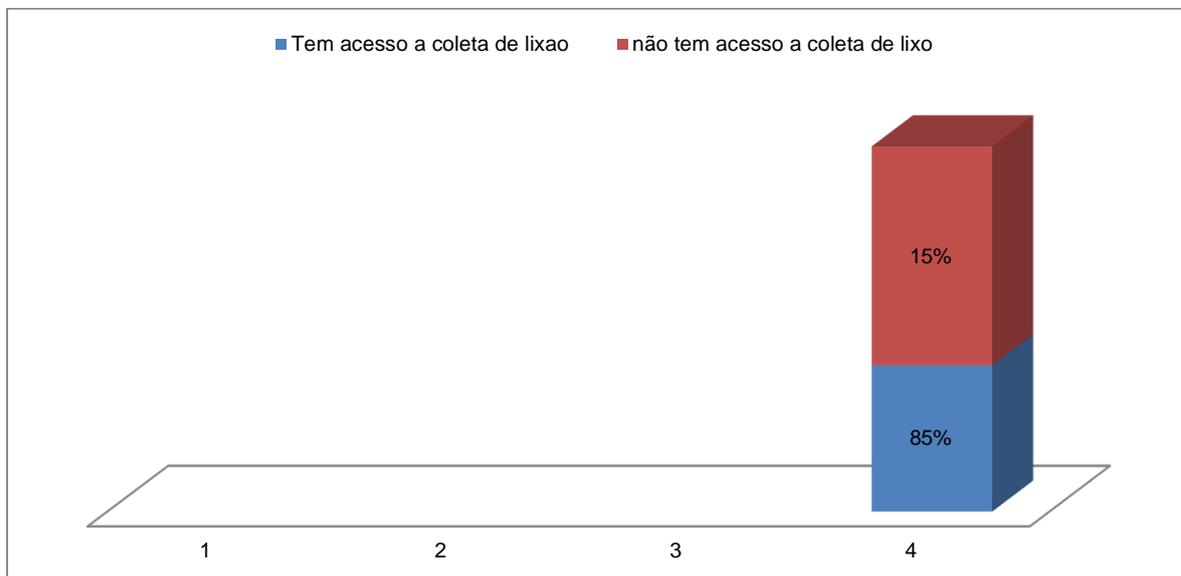


Fonte: Autora, 2015.

Há na aldeia Tekoha Porã oito banheiros comunitários para mais de 95 pessoas, mas ainda 100% deles fica do lado de fora, conforme pesquisa de campo.

A maioria da aldeia faz um banheiro no quintal de casa, ou melhor, abre um buraco e ali tomam banho e fazem suas necessidades. (Foto em anexo no final).

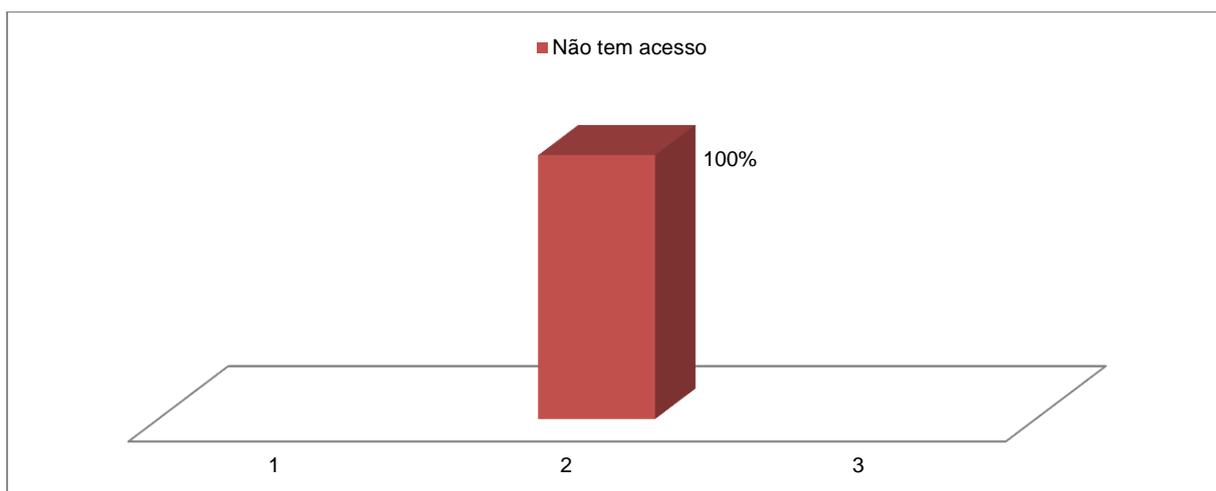
Gráfico 31 – Coleta de Lixo



Fonte: Autora, 2015.

Por esta comunidade ser de fácil acesso, a maioria da população tem coleta de lixo feita pela prefeitura municipal: 85% têm acesso, mas 15% ainda não têm acesso.

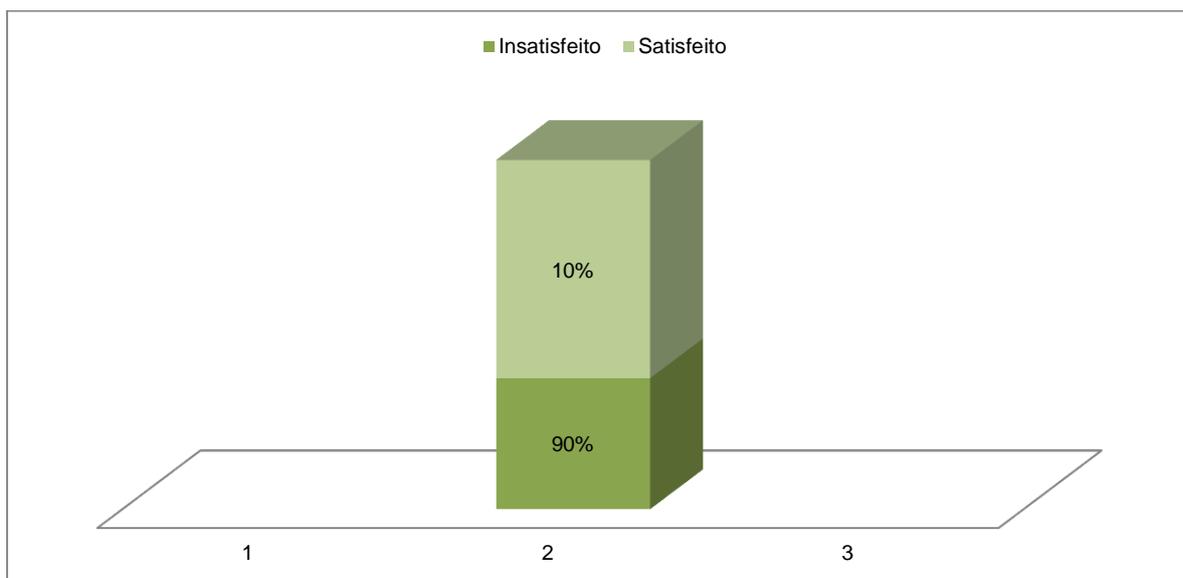
Gráfico 32 - Transporte escolar



Fonte: Autora, 2015.

Não há transporte escolar nesta comunidade.

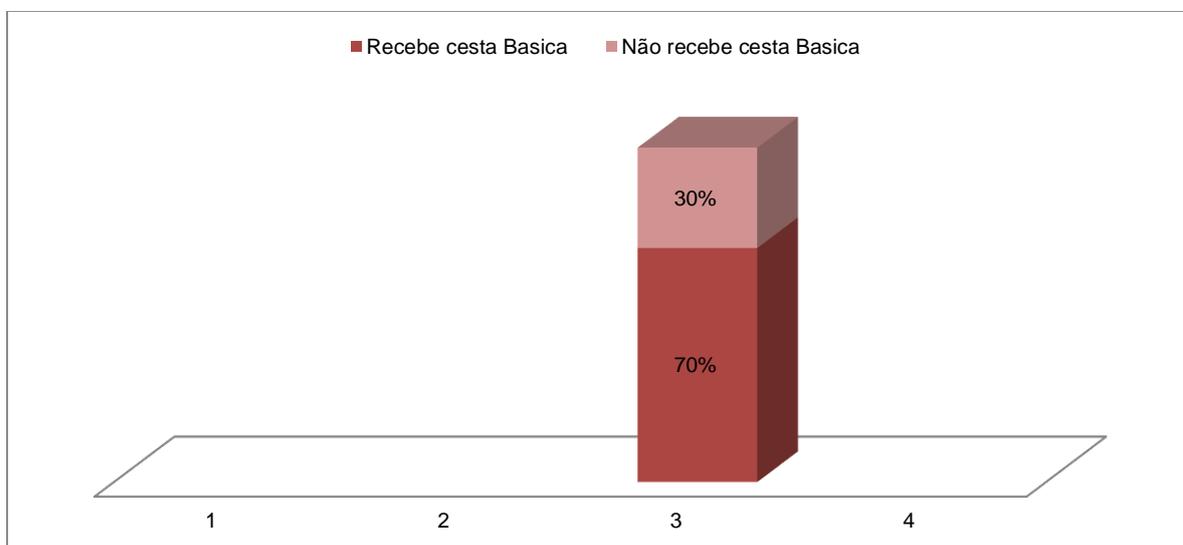
Gráfico 33 - Qualidade de vida.



Fonte: Autora, 2015.

A pesquisa mostra que 90% da aldeia Tekoha Porã está insatisfeita com a qualidade de vida. Apenas 10% dizem estarem satisfeitos.

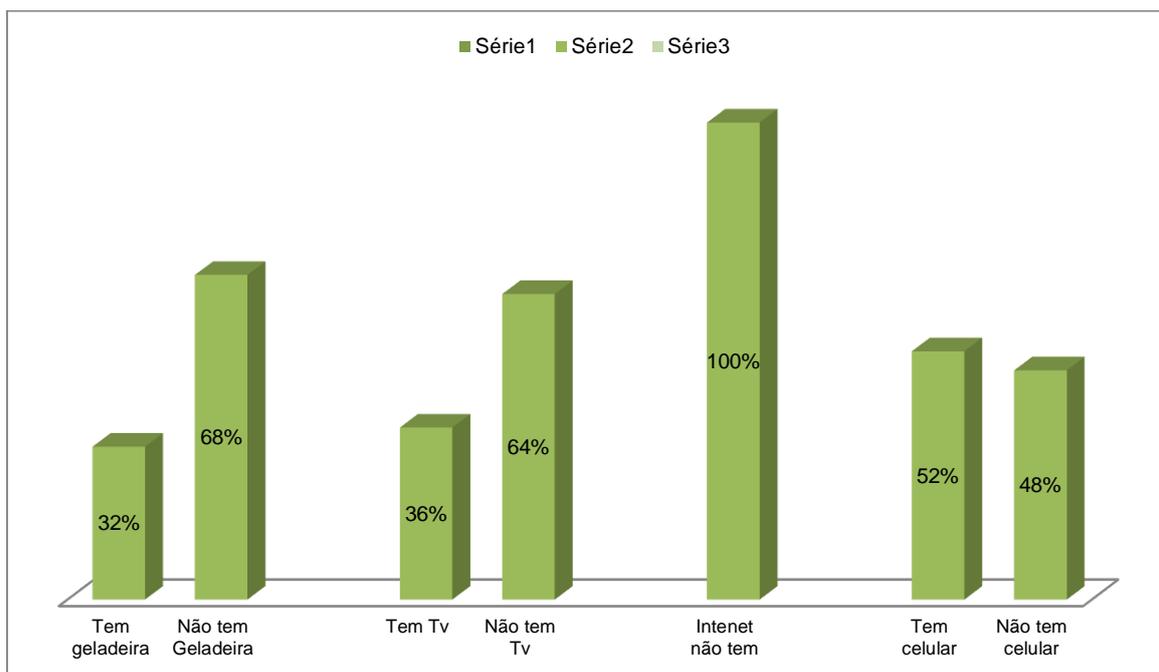
Gráfico 34 - Cesta Básica



Fonte: Autora, 2015.

70% da comunidade recebem cesta básica da FUNAI ou da Ação Social e outros 30% não recebem nada.

Gráfico 35 - Tecnologias.



Fonte: Autora, 2015.

Constata-se que 32% desta aldeia têm geladeira velha, e 68% não tem geladeira velha. Televisão, 36% tem, 64% não tem. A internet é indisponível para 100%. 52% possuem celulares e outros 48%. (fotos em anexo).

4.3 DADOS MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL DE GUAÍRA PARANA ENTREVISTA E QUESTIONARIO 2015

Segundo o Ministério Público Federal de Guaíra; desde o ano de 2012 esta entidade presta serviço no município. E sua função institucional é defender os direitos e interesses das populações indígenas desde a promulgação da Constituição de 1988. (MPF, 2015). O órgão acha de extrema importância que em Guaíra exista um CRAS INDIGENA (Centro de Referencial Assistência Social). Essa medida visa melhorar as condições de vida da população indígena desta região, tendo em vista a situação de vulnerabilidade que as comunidades indígenas enfrentam em Guaíra.

Ainda o principal problema que esta entidade enfrenta em relação a este segmento é que em razão da intensa vulnerabilidade social que as comunidades indígenas enfrentam, o Ministério Público Federal, busca por meio de seus procedimentos administrativos (Lei complementar 75/95 e Resolução CSMFP

87/2006) e do juizado de Ações Civas Públicas, que os órgãos competentes garantam o efetivo dos direitos assegurados na Constituição Federal aos indígenas. Entretanto, muitos desses direitos são difíceis de serem implementados em razão da ausência de demarcação de terras indígenas na região (MPF, 2015). Quanto ao trabalho da FUNAI, ele é insatisfatório, motivo principal pelo quadro reduzido dos servidores da autarquia indigenista na cidade, bem como pela imensa área que os servidores devem atender. O serviço é realizado com aparente dedicação e presteza. Entretanto, para que o trabalho da FUNAI seja aprimorado é necessário aumento do quadro de servidores. A questão indígena é tratada no MPF com especial cuidado e atenção, buscando soluções para os problemas coletivos que as comunidades indígenas enfrentam, tanto no aspecto fundiário, quanto na luta pelo respeito aos seus direitos fundamentais. Quase todas as benfeitorias adquiridas em ambas as comunidades indígenas (escola, água, luz, estrada) foram realizadas por ações do MPF (Guaira e Umuarama).

O trabalho do SESAI neste segmento, apesar do trabalho dos servidores da saúde indígena ser realizado aparentemente com dedicação e presteza, não contempla um Distrito Sanitário Especial Indígena situado na região. Este seria imprescindível para a melhoria de saúde dos povos Indígenas (MPF, 2015). Quanto à Secretaria de Ação Social, o município tenta na medida do possível permitir o acesso das famílias às cestas básicas e aos programas sociais. A ausência de documentação - ou dificuldade burocrática, muitos indígenas não são cadastrados no Cadastro Único -, impede que eles gozem dos benefícios e assistências a que teriam direito.

4.4 DADOS DA ENTREVISTA DA ENTIDADE CRAS E AÇÃO SOCIAL DA CIDADE GUAIRA PARANÁ 2015

O CRAS desenvolve a política de proteção social básica no atendimento aos usuários no que se refere aos benefícios eventuais, acesso ao BPC e passe livre, inscrição e atualização no cadastro único, gestão do Bolsa Família e acompanhamento das famílias do Programa Família Paranaense. Em Guaira, estão cadastrados 232 indígenas na bolsa família. Seria importante a implantação de um CRAS na área indígena, pois o atendimento aos indígenas é considerável. São fornecidas 150 cestas básicas. Isso significa que é preciso ampliar o

acompanhamento nas atividades, nas comunidades indígenas, pois não existe nenhum indígena trabalhando neste segmento e ainda não há pessoa com qualificação nesta área e nenhum funcionário público que fale a língua guarani, mesmo sabendo que 4% da população de Guaíra é indígena guarani. É preciso um trabalho em rede com a FUNAI, o CRAS e o MPF, pois há evidente necessidade necessitamos de uma equipe técnica e recursos para conseguir um atendimento mínimo aos indígenas. Contudo, a Secretaria de Ação Social afirma que não tem o apoio do Ministério Público Federal de Guaíra (CRAS Guaíra, 2015).

4.5 DADOS EM ENTREVISTA FUNAI GUAIRA PR.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é um órgão mantenedor dos direitos sociais dos indígenas e age no sentido de inteirar que esses direitos não sejam negligenciados, recorrendo a outras instâncias quando necessário. Em Guaíra, existe um escritório sede e dois veículos para assistir oito comunidades. A falta de demarcação da terra é que impede que as políticas públicas sejam implementadas nessas comunidades vulneráveis. Com isso as políticas chegam de forma parcial e ineficaz nas comunidades indígenas, que na sua maioria vivem abaixo da linha de pobreza. Necessitamos de recursos para atender melhor os guaranis e melhorar sua qualidade de vida. Não há oferta de cursos neste segmento e ainda na medida de nossa estrutura física e reduzida (corpo técnico), conseguimos viabilizar diversas atividades na região, até então era inexistente (água potável, registro civil, 225 casas provisórias, ações juntamente com Ministério Público Federal de Guaíra). Quanto ao MPF, a Funai acredita que o órgão tem sido atuante, visto que agem no sentido de proporcionar abertura de um escritório em Guaíra e acionaram a FUNAI de Brasília a fim de viabilizar o processo de identificação e demarcação de terra, ora em andamento à distribuição dos direitos básicos negados, como água potável, energia elétrica, escola e saúde. Contudo, a Ação Social é vista pela FUNAI como insatisfatória, porque age parcialmente, porque entende que os indígenas são problema e não entendem o indígena como vítima de um problema (FUNAI, 2016).

É notório que os guarani precisam com urgência de ajuda social para sair desta vida vulnerável, os direitos constitucionais são para todos, seja ele índio, branco, quilombola, todos somos iguais perante a lei, ou pelo menos é assim que deveria ser.

5 CONCLUSÃO

A partir dos dados levantados e sistematizados em nosso trabalho, é possível afirmar que as 08 comunidades Guarani de Guaíra vivem em total situação de vulnerabilidade social. A maioria dos habitantes das aldeias não possui pouca ou nenhuma documentação, o que termina por restringir e – às vezes – excluir a possibilidade de inclusão nos diversos programas de políticas sociais assim como o acesso a recursos que subsidiam condições mínimas de sobrevivência digna. E, quando existem condições para o aporte de políticas sociais ou auxílio de outros órgãos responsáveis, essas comunidades esbarram em um segundo problema, ainda de ordem burocrática e decisiva, a falta de demarcação da terra. Isto é, a falta do reconhecimento oficial de suas terras tradicionais, pois, o fato de estarem em terras “irregulares” é determinante para a ausência de políticas sociais. Para os guarani, este tem sido o maior desafio é ser reconhecido frente ao serviço público, especialmente no âmbito municipal.

E quando as políticas finalmente chegam a estas comunidades, é necessário destacar que são insuficientes, basta atestar a situação em que estes grupos vivem, considerada abaixo da linha de pobreza. Tal estado é visto como insatisfatório para a maioria dos indígenas comunidades pesquisadas.

É de suma importância abordar a relação que os guaranis, especialmente, os chamado mais tradicionais, possuem com a terra, essencial para manter a sobrevivência cultural, social e econômica do seu povo. Afinal, sua relação econômica com a terra é notadamente diferente da que os produtores rurais demonstram. O valor não é calculado em moeda corrente, ou hectares, mas sim pelo essencial direito à produção para consumo próprio e para a continuação da vida dos que participam da comunidade. Essa é a reflexão da essência do Tekoha para a sobrevivência cultural da etnia guarani.

Lembrando que a palavra “Tekoha” possui vários significados na cultura deste povo: *teko* significa “costume, tradição, jeito de ser” e *há* significa “lugar”, compondo o termo *TEKOKHA* que pode ser entendido como “Lugar onde é possível reproduzir o jeito guarani”. Esta palavra por si só já explica de forma cabal a importância da terra e do território para a sobrevivência não só física, mas cultural destes povos.

Devido aos obstáculos relacionados a real posse de terra, atualmente, os guarani se consideram um povo sem terra, que espera a decisão das autoridades, que luta à mercê dos desejos e desmandos dos produtores rurais, os mesmo produtores que rodeiam e muitas vezes desrespeitam os seus direitos.

Essa diferença frente ao modo de encarar as terras e a posse fundiária tem gerado conflitos entre a comunidade guairense, em defesa dos agricultores e das propriedades rurais e os povos indígenas, que nada mais podem fazer, a não ser encarar de forma pacífica os preconceitos sofridos. Ainda que não haja violência escancarada, ela se apresenta na total exclusão, muitas vezes sofrida desde os tempos de escola, já que muitos indígenas frequentam o ensino público, principalmente em nível médio, nas mesmas escolas públicas que os filhos, sobrinhos ou netos de agricultores.

O desafio na educação é grande, já que após o estudo foi constatado que existe um grande número de pessoas indígenas sem escolarização analfabetos. E ainda o guarani não quer vir para a cidade estudar, não há transporte escolar para essas aldeias estudadas e os indígenas tem como exemplo o modelo da Escola Estadual Indígena Mbyja Porã Educação Infantil e Anos Iniciais (Aldeia Marangatu) onde a educação é bilíngue tem o jeito de ser guarani e respeita a diversidade cultural das crianças indígenas desta aldeia com um currículo diferenciado. As comunidades Tradicionais querem ter direito de ter sua educação escolar bilíngue e intercultural para seus filhos sem discriminação, e uma educação convencional não colabora para sua formação e sim até prejudica. Seria interessante a implantação efetivamente educação escolar indígena no município de Guaíra ou pelo menos um professor que fale e domine a língua guarani, respeitando seu modo de viver e sua organização social, bem com possibilitando, na medida do interesse apresentado, a exploração dos conteúdos tradicionais sem deixar a língua materna de fora. É comum ouvir em Guaíra que uma criança guarani leva três até quatro anos para ser alfabetizado nas escolas municipal. E o discurso é que esses apresentam dificuldade de aprendizagem e isso está totalmente relacionado a língua materna que é o guarani, nas escolas não indígena só há a língua portuguesa não existe um professor qualificado neste segmento, com isso os mesmos não entendem os conteúdos dados em sala de aula, pois uma criança guarani até mais ou menos sete ou oito anos só fala o guarani esse fato vem transcorrendo todo ano, é comum encontrar indígenas com 12 ou 13 anos no segundo ano ou terceiro ano do ensino

fundamental, isso vem contribuir para a evasão escolar ou abandono de estudo dessa população, sem dizer nas diferenças sociais a falta de transporte escolar uniforme a roupa o tênis.

Se sobreviver à adolescência já não é tarefa fácil, imagine para um indígena, que vive à margem de uma sociedade preconceituosa, excludente e mesquinha. O resultado dessa difícil realidade, que é ser indígena jovem em Guaíra, tem causado insolúveis e tristes finais para essas vidas. Sem perspectivas, o jovem guarani prefere o suicídio a viver nas péssimas condições a que são designados. O índice de suicídio nas aldeias é grande e até o momento nada foi feito pelas autoridades, ou comunidade de forma geral para resolver o problema. Quando passam pelo conturbado período da adolescência, o jovem, que muitas vezes nem consegue concluir os estudos, já que mais de 30% dos indígenas nem possuem escolaridade, sofre preconceito para conseguir um lugar no mercado de trabalho. Para eles, o emprego é o seu maior anseio. Mas em uma sociedade que estigmatiza o indígena, como um ser humano que não gosta de trabalhar. Isto é, dois preconceitos sobrepostos: o do indígena que “não trabalha” e a do “invasor de terras”.

Ainda por conta das disputadas de terras, empresários no município fazem campanha pela não contratação dos indígenas. Entre as classes dominantes, prega-se o medo pela demarcação de terra, como se boa parte das pessoas que possuem propriedades no município, estivessem ameaçadas de perder o seu direito frente à posse das mesmas. Esse sentimento contagia a população que não busca conhecimento aprofundado e se deixa levar pelo senso comum e excludente. O resultado disso são famílias indígenas que dependem quase que exclusivamente das raras e precárias políticas públicas que chegam até elas, pois, todos aqueles em condições de trabalhar têm esse direito negado por parte de empresários empregadores da região de Guaíra.

Devido a isso, atualmente, quase 80%, ou seja, a maioria dos indígenas, possui como única renda o Bolsa Família. A maior parte desses valores que eles recebem é destinada à compra de alimentos. O restante das necessidades é garantido conforme o possível. Como nem todas as famílias conseguem o benefício do governo e menos ainda um emprego fixo, mais de 76% desses indígenas já passaram fome.

E falando em “outras necessidades”, a moradia de 98% dos guaranis é de chão batido, em péssimo estado. Os banheiros ainda são usados fora de casa, com

“buracos” no chão, como se fossem fossas. A coleta de lixo nas aldeias é precária, ou simplesmente não tem.

Menos de 5% da comunidade que vive nas aldeias tem computador em casa, mas sem acesso à internet. O rádio ainda é o principal meio de comunicação utilizado pelos indígenas. Televisão com antena parabólica é acessível apenas para uma parcela mínima da comunidade, que possui renda fixa trabalham na Escola Estadual Indígena Mbyja Porã. Ainda assim, os aparelhos de televisão são antigos, modelos de tubos.

Pouco menos da metade dos indígenas possuem celular e acesso às tecnologias, contrariando a lógica da população guairense, que julga e procura provar uma cultura dos indígenas completamente integrada aos padrões de uma comunidade comum, mas que na prática não existe.

Enfim, por meio da pesquisa foi possível chegar a um perfil destas comunidades indígenas, vislumbrando maior visibilidade deste grupo frente ao desenvolvimento do mesmo e apontando suas dificuldades e necessidades. Num primeiro momento, identificamos ações concretas de apoio do Ministério Público Federal de Guaíra, que vem ajudando e garantido alguns direitos fundamentais para os indígenas, como a educação, água, luz, comida. Mas são necessárias medidas mais consistentes, a começar pela implantação de um CRAS na área indígena, ampliando o atendimento e quem sabe inserindo membros da própria comunidade nesse trabalho, já que os funcionários não falam a língua guarani.

De forma geral, com o aumento e a melhor capacitação das equipes de órgãos públicos que atendem aos indígenas, como FUNAI, o CRAS e o MPF, é possível pensar em políticas sociais que garantam a exclusão das comunidades indígenas guaranis de Guaíra desta atual situação de vulnerabilidade, garantindo que os seus direitos não sejam negligenciados.

Entretanto, é forçoso dizer que todas estas demandas reais e prementes só começaram a serem atendidas a partir do reconhecimento territorial destas comunidades, isto sim iria amenizar a questão da vulnerabilidade social com a vinda de políticas sociais de caráter provisório e amenizaria o preconceito que a sociedade tem destes grupos, pois o próprio estado brasileiro iria reconhecê-los não como “invasores” mas como donos legítimos de suas terras originais.

REFERÊNCIAS

ALEGRO, C.R. **Povos indígenas no norte Paraná**. 2010.

ALEKSIEJUK, O.F. **Esta terra tem dono**. Guaíra: Omar Fedato Aleksiejuk, 2008.

ALMEIDA, R.T. **Laudo antropológico sobre a comunidade Guarani – Ñandeva do Oco'y/Jacutinga – PR**. Rio de Janeiro, 1995.

BANDECCHI, B. **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Ed Didática, 1996. P. 80

BARROS, R.P. **Desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

BERALDO, Lílian. **Brasil tem cinco línguas indígenas com mais de 10 mil falantes**. 11 dez. 2014. Disponível em:
<<http://www.ebc.com.br/cultura/2014/12/brasil-tem-cinco-linguas-indigenas-com-mais-de-10-mil-falantes>>.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOFF, L. **Sustentabilidade: tentativa de definição**. 2012. Disponível em:
<<http://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>>. Acesso em: jun. 2013.

BORGES, P. H. P. Uma visão indígena da história. **Cadernos Cedes**, ano 19, n. 49, p. 92-106, dez. 1999. Disponível em:
<<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/visaoindigenadahistoria-1.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

BRANT, M. L. C. **Das terras dos índios a índio sem terra**. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: ago. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 15 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.656 de 17 de outubro de 2007**. Dispõe sobre as responsabilidades na prestação da atenção à saúde dos povos indígenas, no Ministério da Saúde e regulamentação dos Incentivos de Atenção Básica e Especializada aos Povos Indígenas. Disponível em:
<<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2007/GM/GM-2656.htm>>. Acesso em: 15 out. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br>>.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República. **Relatório de visita técnica a aldeias**: Guaira. 2013. Disponível em: <www.mpf.gov.br/pdfs/2013>.

CARDOZO, J.A.; WESTPHALEN, C.M. **Atlas histórico do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Chain. Ed., 1986.

CARVALHO, M. L. B. Antropóloga/CLTS /FUNAI SP. 2012

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHANGARAY, W. **Povo guarani, um grande povo**. 2006. Disponível em: <<http://www.guarani-campaign.eu/landen/portugal/pggp.htm>>.

CHMYZ, I. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá. **Cadernos de Arqueologia**, Curitiba, ano 1, n. 1, p. 56, 1976.

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. **Minuta de Projeto Levantamento preliminar de dados**: Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil: localização, georreferenciamento. Brasília, 2008.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: a Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/7706>>. Acesso em: out. 2013.

DOCUMENTO Final - 9º Encontro em Memória de Sepé Tiaraju. 08 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6715>>.

FILETTO, F. **Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação**. 2007. 143p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

GRANDES personagens da historia. São Paulo: Abril Cultural, 1969. v. 1, p. 166.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: Edunioeste, Cascavel. 2002.

GREGORY, V.; SCHALLEBERGER, E. **Guaira**: um mundo de águas e historia. Marechal Candido Rondon: Editora Germânica, 2008.

GUAÍRA e Terra Roxa: Ministério Público Federal verifica as péssimas condições de vida de indígenas na região. 15 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.portalguaira.com/guaira-e-terra-roxa-ministerio-publico-federal-verifica-as-pessimas-condicoes-de-vida-de-indigenas-na-regiao/>>.

GUIMARÃES, M.D.A. **Desenvolvimento rural**: territórios e redes. 2013. 260 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

INDÍGENAS fazem protesto em Guaíra: grupo paranaense se solidariza com sulmatogrossenses atacados. **O Paraná**, 12 fev. 2012.

ÍNDIOS fazem protesto em Guaíra. **CGN**, 12 fev. 2013. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/44565/indios-fazem-protesto-em-guaira>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOREFERENCIAMENTO E ESTATÍSTICA (IBGE) Censo geográfico. 2014. Disponível em: <cidade.ibge.gov.br/extras/perfil.php?codmun410880>. Acesso em: maio 2015.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Apoio aos indígenas de Guaíra e Terra Roxa – PR. 11 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519230-apoio-aos-indigenas-de-guaira-e-terra-roxa-pr>>.

ITAIPU recorrerá ao STF sobre disputa com índios guaranis. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 out. 2008. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/itaipu-recorrera-ao-stf-sobre-disputa-com-indios-guaranis-b91w3er15rb2d1dh5qmzsmjbi>>.

LEFF, H. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEITE, S. **Historia da companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

LEITE, Serafim. **Nova cartas jesuíticas de Nobrega a Vieira**. São Paulo: Nacional, 1940.

MELIÁ, B. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia. **Revista de Antropologia**, n. 33, p. 33-46, 1990.

MELLO, P. H. O reconhecimento das comunidades tradicionais. **Correio do Litoral**, 15 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.correiodolitoral.com/component/k2/1300-o-reconhecimento-das-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: 15 out. 2013.

MIMAYO, M.C. S. **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Abrasco, 1994.

MOTA, L.T. **As guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos Índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: EDUCEM, 1994.

MOTTA, L.T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: EDUCEM, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre direitos dos povos indígenas**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <www.un.org/esa/soed/>. Acesso em: mar.2015.

NASCIMENTO, M.C. **Relação entre Tekoha, sustentabilidade e território: estudo de caso do Tekoha Carumbé na perspectiva do Desenvolvimento Local**. 2008. 109p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 83-100, 2001.

NOVAK, E.S.; MOTA, T.; PEREIRA, J. L. L. **Reduções jesuíticas e cidades espanholas no Guaira**. Maringá, 2007.

OIT Convenção nº 169: sobre povos indígenas e tribais e resolução referente a ação da organização internacional do trabalho Brasília, 2011.

OLIVEIRA, M. C. R. **O conceito jurídico da expressão “Povos e Comunidades Tradicionais” e as inovações do Decreto 6.040/2007**. s.d. Disponível em: <<http://ocarete.org.br/wp-content/uploads/2009/02/conceitojuridico-pect.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

OLIVEIRA, V.L. Liberdade e poder em Amarth Sen: uma leitura critica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 5, n. 9, p. 9-31, jan./jun. 2007.

PARANÁ. **Atlas do Estado do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, 1987.

PARO, D. Por demarcação, índios ocupam. **Gazeta do Povo**, 20 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/por-demarcacao-indios-ocupam-terras-1d4lnm62jbrm0sarmev186ssu>>.

PORTAL KUAIRA. Aldeias do Oeste do Paraná. Disponível em:<www.coletivokuaira.com.br>.

PRUDENTE, L.T. **Arquitetura Mbyá Guarani na Mata Atlântica do Rio Grande do Sul**: estudo de casos do Tekoá Nhũu Porã. 2008. 164p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre ,2007.

REOLON, C.A. Colonização e reurbanização da mesorregião oeste do Paraná (1940-2000). **RA'E GA**, Curitiba, n. 13, p. 49-57, 2007.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 1995.

RIBEIRO, S.I.G.T. **O indígena e a colonização do oeste do Paraná**. Relatório anual/final de Projeto de Pesquisa vinculado ao TIDE. Marechal Cândido Rondon, 1997.

RIBEIRO, S.I.G.T. Os guarani do Oeste do Paraná: espacialidade e resistência. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, ano 6, n. 13, 2005.

RICHARDISON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIO Paraná. 15 jun. 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Paran%C3%A1>. Acesso em: jul. 2016

ROSA, M.C.C. Notas sobre a presença Guarani no estado do Paraná. Elementos de cosmologia e história. **Revista Mediações**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 33-46, jan./jun. 1999.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

SCHALLENBERGER, E. **A integração do Prata no sistema colonial**: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá. Toledo, PR: Ed. Toledo, 1997. p. 168.

SEN, A. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

SHADEN, E. **Aspectos fundamentais cultura guarani**. São Paulo: EPU, 1974.

SHIAVETTO, S.N.O. **A arqueologia guarani**: construção e desconstrução da identidade indígena. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.

SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SILVA, J. T.; SILVA, A. L. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In: SILVA, A. L.; GRUPION, L.D.B. (Orgs.) **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º grau. 3. ed. São Paulo: Global, 2000. p. 369-409.

SILVA, N.L.S. **Estudo da sustentabilidade e de indicadores de desenvolvimento rural**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

SIMONETTI, E. Gestão pública: na conta certa. **Revista Desafio do Desenvolvimento**, São Paulo, ano 3, n. 28, 8 nov. 2006.

SOUZA FILHO, C. F. M.; BERGOLD, R. C. **Os direitos dos povos indígenas no Brasil**: desafios no século XXI. Curitiba: Letra da Lei, 2013. 354 p.

SOUZA FILHO, C. F. M.; BERGOLD, R. C. **Os direitos dos povos indígenas no Brasil**: desafios no século XXI. Curitiba: Letra da Lei, 2013

TOMMASINO, H. Sustentabilidad rural desacuerdo y controversias. In: TOMMASINO, H.; HEGEDEUS, P. (Orgs). **Extension**: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural. Motenvideo: Departamento de Publicaciones de La Facultad de Agronomía, 2006. p. 79-98.

UNKEL, C. N. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos apapocuas – Guarani**. São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1987.

VEIGA, L.E. Perspectivas nacionais do desenvolvimento rural. In: SHIKI, S.; SILVA, J.G.; ORTEGA, A.C. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU/ CNPQ/FAPEMIG, 1997. p. 101-118.

www.coletivokuaira.com.br

ZIOBER, B.R. As políticas de conservação do meio ambiente da usina hidrelétrica Itaipu Binacional no período de sua construção. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro da Pesquisa

UNIOESTE-MARECHAL CANDIDO RONDON
COMUNIDADE TRACIONAIS INDIGENAS FRENTE AS POLITICA PÚBLICAS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL.
CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA
(PESQUISADORA)

COMEÇAR NO DIA 09/10/2015 a 24/10/2015

Conversar com as lideranças no dia 09/10/2015

Aplicar questionário e entrevistas na Aldeia Tekoha Marangatu.

Tempo na parte matutina

25/10/2015 a 05/11/2015 Término.

Conversar com as lideranças no dia 25/10/2015

Aplicar questionário e entrevista Tekoha Porã

Tempo na parte da Tarde.

Claudia Regina de Oliveira

Guaira 01 de outubro de 2015

APÊNDICE B – Questionário– Entrevista Semi-Estrutural



Entrevista Semi-Estrutural
Mestrado Desenvolvimento Rural Sustentável
Mestranda Claudia Regina de Oliveira

1)Dados Pessoais:

Nome.....
RG nº.....CPF nº.....
Escolaridade:.....
Sem Documentação ()

DADOS DA FAMILIA.

2) Composição Familiar:

Nome	Relação com titular	Idade	Escolaridade
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
6º			
7º			
8º			
9º			

3)Profissão:

4) Renda Mensal:

5) Acesso aos Programas Sociais e Políticas Públicas:

- () Nenhuma
 () Aposentadoria
 () ATER para mulheres
 () Bolsa Família
 () Carteira Indígena de Projetos SAN e desenvolvimento Sustentável (MMA)
 () Fomento de atividades Produtivas (FUNAI).
 () Programa de Aquisição de alimentos
 () Projetos Demonstrativo de Povos Indígenas.
 () PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar.
 () PROINF –Apoio e ações de infraestrutura e serviço.

6) Recebe cesta básica:

sim não.

7) Como estes programas auxiliam a sua família?

.....

8) Itens adquiridos através do programa?

Roupas alimento medicamentos Material escolar outros

9) Causaria impacto a retirada do programa para sua família?

Sim Não.

10) Porque?

.....

11) Cite algo que sempre sonhou em comprar e comprou com este recurso?

.....

12) O que você acha que falta para sua aldeia indígena?

.....

13) Sua família já passou fome?

Sim. Não.

14) Acesso a serviço público:

Luz fraterna

Educação

Tem acesso a ônibus escolar? Sim Não.

Saúde

Moradia.

Rede esgoto.

Coleta de lixo.

Minha casa minha vida.

Água tratada

15) Na sua casa tem?

TV

Dvd

Geladeira

Fogão.

TV led

Ferro de passar roupa

Computador.

Máquina de lavar roupa

Antena parabólica

Rádio

16) Você tem celular?

Sim Não.

17) Qual seu meio de condução?

Carro.
 Moto
 Carroça.
 Ônibus
 Bicicleta.
 Outro.

18) Você tem água tratada dentro da sua casa?

Sim Não.

19) Você tem banheiro na sua casa?

Sim Não.

20) Tem alguma pessoa com deficiência na sua família?

Sim Não

Quem?.....

21) Acesso ao serviço publico qual o principal desafio nesta área?

.....
.....

APÊNDICE C – Questionário Entidades – Entrevista Semi-Estrutural



Questionário Entidades
Entrevista Semi-Estrutural
Mestrado: Desenvolvimento Rural Sustentável
Unioeste-Marechal Candido Rondon
Mestranda Claudia Regina de Oliveira.

Nome da Entidade:
Endereço:
Cidade: Estado:
Telefone: Data:
CNPJ:
Responsável pelas informações:

1) Desde quando esta entidade presta serviços no Município?
.....

2) A partir de quando a entidade passou a prestar serviço para as comunidades indígenas?
.....
.....

3) Quais são os programas de política pública que esta entidade desenvolve para este setor?
.....
.....

4) Qual o montante de recursos ou serviços destinados a este setor?
.....
.....

5) Alguma vez o Ministério Público solicitou relatório?
() Sim () Não.

6) Quantos indígenas de nossa cidade são cadastrado na Bolsa Família?
.....
.....

7) Existe CRAS Indígena em nossa cidade?

() Sim () Não

8) Seria importante CRAS indígena?

() Sim () Não

Por quê?.....
.....

9) Qual o número de indígena em Guaira?

10) Quantas comunidades indígenas existem em nossa cidade?.....

11) Qual o principal problema que esta entidade enfrenta em relação a este seguimento?.....
.....

12) Quantas cestas básicas são fornecidas mensalmente indígenas por esta entidade?

13) As políticas públicas ou programas sociais chegam até estas populações?

() Sim () Não.

Quais?.....

14) Tem conhecimento se esta população é considerada como vulnerável?

() Sim () Não.

15) O que isto implica nesta entidade?.....
.....

16) Existe algum indígena trabalhando em sua entidade?

() Sim () Não

17) Existem pessoas qualificadas neste segmento em sua entidade?

() Sim () Não.

18) Tem algum funcionário público que fala a língua guarani?

() Médico

() Enfermeiro

() Conselho Tutelar

() Ação Social (assistente social, psicólogo etc.).

() FUNAI (Local).

19) Sabendo que 5% da população de nossa cidade composta por indígenas, é ofertado algum curso para este segmento atualmente?

() Sim. () Não.

20) Qual?

() Profissionalizante. () Corte e costura.

() Artesanato. () Língua guarani

() Cerâmica. () Outro.

21) O trabalho da FUNAI neste segmento é ?

() Satisfatório. () Insatisfatório

22) Por quê?.....
.....

23) O trabalho do MPF neste segmento é?

() Satisfatório. () Insatisfatório.

Por quê?.....
.....

24) O trabalho da Ação Social neste segmento é?

() Satisfatório. () insatisfatório.

Por quê?.....
.....

25) O trabalho do SESAI neste segmento é?

() Satisfatório. () Insatisfatório.

Por quê?.....
.....

Assinatura:

Carimbo da entidade:

Data:

ANEXOS

ANEXO A - Fotografias

Estrada de acesso a Aldeia Tekoha Marangatu



Fotos: Autora, 2015/2016

Escola Estadual Indígena Mbyja Porã Educação Infantil e Anos Iniciais.



Fotos: Autora, 2015/2016

Alunos na escola.



Fotos: Autora, 2015/2016

Casa da Aldeia Tekoha Marangatu Casebre



Fotos: Autora, 2015/2016

Quati



Fotos: Autora, 2015/2016

Casa Banheiro



Fotos: Autora, 2015/2016

Senhora mais de 60 anos sem renda alguma



Fotos: Autora, 2015/2016

Acesso a água na aldeia. Pontilhão de Energia Itaipu Binacional



Fotos: Autora, 2015/2016

Casebre



Banheiro



Fotos: Autora, 2015/2016

Casa



Banheiro



Banheiro.



Fotos: Autora, 2015/2016

Mulheres indígenas lavando roupa.



Fogão.



Fotos: Autora, 2015/2016

Meio de Transporte



Fotos: Autora, 2015/2016

Animais da Aldeia Marangatu



Macaco



Ganso



Quati

Crianças brincando



Fotos: Autora, 2015/2016

Geladeira Velha.



Fotos: Autora, 2015/2016

Caixa de água



Mata



Foto: Autora, 2015/2016

Cemitério indígena (2008). Cemitério Indígena (oito Pessoas jovens).



Fotos: Autora, 2015/2016

Horta Orgânica.



Fotos: Autora, 2015/2016

Horta cercada



Horta Orgânica aberta



Plantio de batata e mandioca



Foto: Autora, 2015/2016

Casa de Reza Aldeia Tekoha Marangatu



Foto: Autora, 2015/2016

Fotos Aldeia Tekoha Porã



Vitoria Nunes

Claudio Barros e esposa (Cacique 99 anos).



Fotos: Autora, 2015/2016



Banheiro

Fotos: Autora, 2015/2016



Fogão.



Banheiro coletivo.



Fotos: Autora, 2015/2016

ANEXO B – Termo de Ciência do Responsável pelo Campo de Estudo



Universidade Estadual do Oeste do Paraná Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

Título do projeto: Comunidades Tradicionais Indígenas Frente as Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável

Pesquisadore(s): Claudia Regina de Oliveira

Local da pesquisa: Aldeia Indígena Tekohá Porã

Responsável pelo local de realização da pesquisa: Cacique Claudio Barros.

O pesquisador Claudia Regina de Oliveira acima identificado(s) está(estão) autorizado(s) a realizar a pesquisa e a coleta dados, os quais serão utilizados exclusivamente para fins científicos, assegurando sua confidencialidade e o anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa segundo as normas da Resolução 466/2012 CNS/MS e suas complementares.

Guaira 17 novembro de 2015


**(Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável pelo campo da pesquisa)
Claudio Barros Cacique.**

ANEXO C – Parecer de Análise de Mérito Científico da Pesquisa –CNPq

**UNIOESTE-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS MARECHAL RONDON-PR
CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS-CCA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTAVEL.**

CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA

**COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS FRENTE ÀS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL; CASOS GUAIRA
PR**

MARECHAL CANDIDO RONDON

2015.

PARECER DE ANÁLISE DE MERITO CIENTIFICO DA PESQUISA

CNPQ

JUSTIFICATIVA:

Este trabalho propõe uma análise dos desafios do desenvolvimento das comunidades tradicionais indígenas do município de Guaíra e as diferentes formas de organização dos grupos no enfrentamento das suas dificuldades.

Faltam informações e conhecimento destes povos, fazendo-se necessário o levantamento do perfil destes núcleos e suas particularidades. A visibilidade destas comunidades depende do conhecimento das mesmas e divulgação dos resultados obtidos na sociedade local, subsidiando os órgãos competentes com informações que possam resultar em ações concretas de apoio.

Segundo a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável o reconhecimento jurídico-formal das denominadas “comunidades tradicionais”, reivindicado por diferentes movimentos sociais e afirmado no texto constitucional de outubro de 1988, conheceu um incremento a partir de 2002 através de uma série de medidas governamentais que tem intensificado sua efetivação.

As populações a serem estudadas são: Tekoa Porã e Tekoha Marangatu, localizadas no município de Guaíra, extremo Oeste do Paraná.

Conforme página eletrônica do IBGE, até meados do século XVI, a região compreendida na margem esquerda do rio Paraná, apesar de pertencer ao Governo do Paraguai, como de resto toda a área que constitui o território do Estado do Paraná, era habitada exclusivamente por selvagens, distribuídos em numerosas tribos, que foram, até aquela época, os únicos e verdadeiros senhores da terra, cujo domínio incontestável perdurou ainda pelo espaço de longos anos.

Na relação da População Indígena Cadastrada no Siasi/Funasa – 2007, que a População Indígena de Guaíra é 38, resultando em um ICMS Ecológico de R\$ 38.000,00 (BRASIL, Ministério da Saúde, 2007). Não dispomos de dados, o que requer uma investigação minuciosa e levantamento de dados, mas acreditamos que este número ultrapasse 900 pessoas.

As pesquisas de campo, entrevistas e acompanhamento destas populações, serão algumas das metodologias empregadas, para traçar um perfil destas comunidades.

ANEXO D – Parecer Consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ/**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM

Pesquisador: Marli Renate von Borstel Roesler

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 1

CAAE: 48182115.4.0000.0107

Instituição Proponente: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde CCBS - UNIOESTE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.221.179

Apresentação do Projeto:

Este trabalho propõe uma análise dos desafios do desenvolvimento das comunidades tradicionais indígenas do município de Guaíra e as diferentes formas de

organização dos grupos no enfrentamento das suas dificuldades. As populações a serem estudadas são: Tekoá Porã e Tekohá Marangatu, localizadas no município de Guaíra, extremo Oeste do Paraná. O estudo prevê: Elaboração de Questionários e estruturação de entrevistas que subsidiarão as pesquisas; • Aplicação dos questionários em 20% dos domicílios familiares das Aldeias Tekoá Porã e Marangatu; • Tabulação dos Dados; • Análise dos Dados Alcançados.

Objetivo da Pesquisa:

Realizar o levantamento do perfil das comunidades indígenas de Guaíra, onde serão analisados aspectos culturais, formas de organização das aldeias, bem como seus principais desafios, objetivando a produção de conhecimento e subsidiar estratégias locais de desenvolvimento.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos Riscos, os pesquisadores indicam que "Tratando-se de uma análise social, nas

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3272

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ/



Continuação do Parecer: 1.221.179

comunidades indígenas guarani de Guaira Pr, os riscos quase são inexistentes, no entanto, os pesquisadores se responsabilizam caso ocorra algum eventual dano. Ressaltamos que antes de iniciar as entrevistas será exposto o objetivo da pesquisa e após o aceite do pesquisado, este assinará o Termo de Consentimento livre e esclarecido sendo informado sobre o sigilo da identidade dos sujeitos. Sem dizer que terei o acompanhamento do cacique no desenrolar da pesquisa."

Quanto aos Benefícios, os pesquisadores indicam que "Ajudar a comunidade indígena de Guaira a ter acesso e permanencia as politicas pulicas sociais, Tirar as comunidades indígenas da visão de não existir perante as politicas e as órgão publico de nossa cidade E Tentar garantir os direitos básicos da constituição 88"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa indica que seus resultados poderão ter uma significativa contribuição para a área de pesquisa em questão, assim como para as comunidades pesquisadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Há a necessidade de que alguns termos sejam apresentados ou ajustados, como mencionado logo abaixo.

Recomendações:

Fazer os ajustes aos termos, como mencionado abaixo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- O termo de pesquisa não iniciada deverá ser assinado por ambos os pesquisadores;
- A folha de rosto apresentada está incompleta, pois falta a assinatura do coordenador do Mestrado em questão;
- O TCLE apresentado não prevê o procedimento a ser adotado em caso de algum dos entrevistados se manifestar desconfortável, constrangido etc. durante a coleta de dados;
- O TCLE apresentado deve prever local para ambos os pesquisadores assinarem;
- É preciso apresentar o roteiro de entrevistas que será aplicado aos envolvidos;
- É preciso esclarecer se, como indica o projeto, são duas as aldeias objeto da pesquisa, porque apenas um dos caciques assina o Termo de ciência do campo de estudo.
- Ajustadas as pendências acima, o projeto, por estar direcionado a comunidades indígenas, deverá ser enviado a CONEP.

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3272

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ/



Continuação do Parecer: 1.221.179

Considerações Finais a critério do CEP:

Há a necessidade da pesquisadora realizar as adequações, no que se refere à ética em pesquisa com seres humanos, apontadas pelo relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Digitalizado em 25-06-2015 15-13 (6).pdf	29/06/2015 14:08:49		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA DE ROSTO.odt	30/06/2015 09:36:31		Aceito
Outros	TERMO DE CIENCIA RESP .pdf	30/06/2015 10:18:34		Aceito
Outros	FOTO CLAUDIA1 .jpg	30/06/2015 10:21:06		Aceito
Outros	DECLARAÇÃO MESTRADO CLAUDIA.pdf	30/06/2015 10:22:58		Aceito
Outros	CAPA PROJETO.pdf	30/06/2015 10:25:08		Aceito
Outros	claudia 1.jpg	30/06/2015 10:54:33		Aceito
Outros	claudia 2.jpg	30/06/2015 10:55:07		Aceito
Outros	Sem título 1.doc	30/06/2015 10:58:24		Aceito
Outros	Digitalizado em 25-06-2015 15-13 (5).pdf	30/06/2015 11:02:51		Aceito
Outros	LATTES.odt	30/06/2015 11:03:22		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SCANER FUNAI .pdf	03/07/2015 16:45:41		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SCANER AÇÃO SOCIAL .pdf	03/07/2015 16:47:06		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Scanner Cristiane .pdf	03/07/2015 16:47:38		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SCANER MPF .pdf	03/07/2015 16:49:23		Aceito
Declaração de	Scanner SESAI .pdf	03/07/2015		Aceito

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3272

E-mail: cep.prrpg@unioeste.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ/



Continuação do Parecer: 1.221.179

Instituição e Infraestrutura	Scanner SESAI.pdf	16:50:05		Aceito
Outros	CURRICULO LATTES CLAUDIA.pdf	06/07/2015 14:52:26		Aceito
Outros	ORÇAMENTO CLAUDIA MESTRADO.pdf	06/07/2015 14:53:27		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Claudia_Regina_Projeto_MestradoDRS.pdf	06/07/2015 15:07:23		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO 482545.pdf	06/07/2015 15:09:30		Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Sim

CASCABEL, 10 de Setembro de 2015

Assinado por:

João Fernando Christofolletti
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

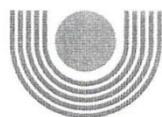
CEP: 85.819-110

UF: PR Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3272

E-mail: cep.prrpg@unioeste.br

ANEXO E –Ofício nº 06/2015 - PPGDRS

**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Ofício nº 06/2015 – PPGDRS

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Marechal Cândido Rondon, PR, 26 de fevereiro de 2015.

Prezado Senhor:

Solicitamos desse órgão a colaboração na pesquisa de dissertação do Programa de mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGDRS, da Unioeste – *Campus* de Marechal Cândido Rondon, da mestrandia Cláudia Regina de Oliveira, com informações de políticas públicas e sociais das comunidades indígenas do município de Guaíra – PR.

Contando com vossa colaboração e apoio, antecipadamente agradecemos.

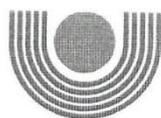
Atenciosamente.

[Handwritten Signature]
NARDEL LUIZ SOARES DA SILVA
Coordenador do PPGDRS
Portaria nº 3711/2012 – GRE

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Guaíra – PR.

[Handwritten Signature]
Mat. 23604-7
27/02/14

ANEXO F – Ofício nº 07/2015 - PPGDRS

**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Ofício nº 07/2015 – PPGDRS

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

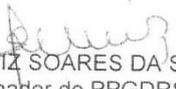
Marechal Cândido Rondon, PR, 26 de fevereiro de 2015.

Prezado Senhor:

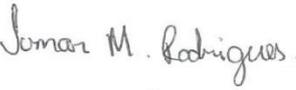
Solicitamos desse órgão a colaboração na pesquisa de dissertação do Programa de mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGDRS, da Unioeste – *Campus* de Marechal Cândido Rondon, da mestrandia Cláudia Regina de Oliveira, com informações de políticas públicas e sociais das comunidades indígenas do município de Guaíra – PR.

Contando com vossa colaboração e apoio, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente.


NARDEL LUTZ SOARES DA SILVA
Coordenador do PPGDRS
Portaria nº 3711/2012 – GRE

Ao
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS ÍNDIOS
Guaíra – PR.



02/03/2015

RECEBIDO EM: 02/03/15


ANEXO G – Ofício nº 09/2015 – PPGDRS



Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
 Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
 Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
 Marechal Cândido Rondon - PR.



Ofício nº 09/2015 – PPGDRS

Marechal Cândido Rondon, PR, 26 de fevereiro de 2015.

Prezado Senhor:

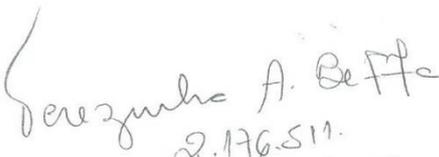
Solicitamos desse órgão a colaboração na pesquisa de dissertação do Programa de mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGDRS, da Unioeste – *Campus* de Marechal Cândido Rondon, da mestranda Cláudia Regina de Oliveira, com informações de políticas públicas e sociais das comunidades indígenas do município de Guaira – PR.

Contando com voçsa colaboração e apoio, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,


 NARDEL LUIZ SOARES DA SILVA
 Coordenador do PPGDRS
 Portaria nº 3711/2012 – GRE

A
 AÇÃO SOCIAL
 Guaira – PR.


 Veronique A. Bette
 2.176.511.
 27/2/2015

ANEXO H – Documentos

Designo os seguintes docentes do PPGDRS/Unioeste para compor a comissão examinadora do Exame de Qualificação acima mencionado:

- 1 Dra: Marli Renate Von Boetel Roesler (Orientador)
2. Dr: Paulo Humberto Porto Borges (Membro)
3. Alvorí Allert (Membro)
4. Ireni Carniatto (Suplente)

ORIENTADOR(A): Marli Renate Von Boetel Roeler.



unioeste
 Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Campus de Marechal Cândido Rondon
 Centro de Ciências Agrárias - CCA

**Solicitação de Exame de Qualificação do
 Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural
 Sustentável,
 Nível: Mestrado
 Área de Concentração: Desenvolvimento Rural Sustentável**

Sr. Coordenador do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável:

Eu, Claudia Regina de Oliveira aluno(a) regularmente matriculado(a) no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, em nível de Mestrado, com área de concentração em Desenvolvimento Rural Sustentável, Linha de Pesquisa:

(x) Sustentabilidade Rural () Inovações Sócio-tecnológicas e Ação Extensionista

SOLICITO a constituição de banca examinadora para que eu seja submetido ao Exame de Qualificação do trabalho* intitulado Comunidades Tradicionais Indígenas Frente às Políticas Pública de Desenvolvimento Rural Sustentável: Casos GuairaP PR

no dia 18/12/2015, às 14 horas,

Local: UNIOESTE Marechal Candido Rondon

Marechal Cândido Rondon, 02 de dezembro de 2015

Mestrando(a)

* Anexar 3 cópias do trabalho junto a esta solicitação.

Senhor Coordenador,

REQUERIMENTO

PRIM-GUA-PR _____/20

06/07/2015.

S-681

Sidnei da Cruz Bonfim
Matrícula 10.015-3

Excelentíssima Senhora Procuradora da República no Município de

Eu, Claudia Regina de Oliveira, portadora do RG: 6.359.615-9 SSP-PR e CPF nº 029.287.429-48, venho requerer, com base na C.F., acesso e extração de cópia dos procedimentos abaixo, para realização de trabalho de mestrado.

1.25.012.000029/2012-70
1.25.012.000030/2012-02
1.25.012.000692/2012-74
1.25.012.000693/2012-19
1.25.012.000126/2013-43
1.25.012.000127/2013-98
1.25.012.000129/2013-87
1.25.012.000135/2013-34
1.25.012.000136/2013-89
1.25.012.000137/2013-23
1.25.012.000138/2013-78
1.25.012.000139/2013-12
1.25.012.000141/2013-91
1.25.012.000333/2013-06
1.25.012.000396/2013-54
1.25.012.000028/2014-97
1.25.012.000097/2014-09
1.25.012.000277/2014-82

Aguarda deferimento.

Guaíra, 03 de julho de 2015.

Claudia Regina de Oliveira

06/07/2015

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, **Claudia Regina de Oliveira**, aluna do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS, nível mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, portadora do RG nº 6.359.615-9, SESP/PR e CPF nº 029287.429 – 48, desenvolverei a pesquisa intitulada “Comunidades Tradicionais Indígenas Frente às Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável: um Estudo de Caso em Guaíra – PR”, na Terra Indígena Marangatu e Terra Indígena Porã (atualmente denominada Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, em processo de identificação e delimitação), povos indígenas Guarani Nhandeva e Guarani Kaiowá, conforme Proc. Funai nº 08620.021130/2015-85 no período de 30 / 06 / 20 15 a 30 / 02 / 20 16, com a finalidade de realizar registros

fotográficos, sonoros e audiovisuais, para fins da referida pesquisa. **COMPROMETO – ME A:**
 1. respeitar os usos e tradições indígenas e abster-me de proceder a exigências constrangedoras excessivas ou abusivas para com os indígenas, submetendo-me às disposições da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 6.001 de 1973 - Estatuto do Índio, da Portaria nº 177/PRES/FUNAI de 2006 e da Lei nº 9.610 de 1998;

2. não veicular qualquer informação ou adotar procedimento que atente contra a autonomia, a honra e a dignidade individual ou coletiva dos povos indígenas envolvidos, que promova visões preconceituosas ou estereotipadas sobre esses povos ou que estimule o ódio, a intolerância ou o etnocentrismo;

3. utilizar os registros fotográficos, sonoros e audiovisuais exclusivamente para fins do projeto de pesquisa intitulado “Comunidades Tradicionais Indígenas frente às Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável: um Estudo de Caso em Guaíra – PR”;

4. não fazer nenhum uso do material coletado para além dos objetivos anuídos pelos indígenas retratados e em conformidade com o Proc. Funai nº 08620.021130/2015-85;

5. remeter à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas - AAEP/FUNAI, em duas vias, monografia, relatórios, artigos, livros, gravações, imagens e outras produções oriundas da pesquisa ou do projeto;

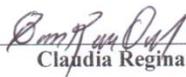
6. remeter à FUNAI documento original de Termo de Licença de Uso de Imagem firmado com os indígenas retratados ou seus representantes, durante o período autorizado pela Funai para o ingresso em terra indígena.

7. submeter os dados e resultados da pesquisa aos indígenas envolvidos, previamente a sua publicação, para a anuência dos indígenas quanto à divulgação desses dados e resultados.

O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Compromisso, em conformidade com a CF/88, Art. 5º, e com a Portaria nº 177/PRES/FUNAI/2006, sujeita o infrator às sanções previstas na legislação vigente, bem como ao cancelamento da Autorização de Ingresso em Terra Indígena por parte da FUNAI-MJ.

Qualquer outra utilização do material coletado, para além do objeto deste Termo de Compromisso, inclusive para exploração econômica, deverá ser objeto de novo processo de autorização junto ao indígena ou ao povo indígena retratados e à Fundação Nacional do Índio. Declaro verdadeiras todas as informações prestadas neste Termo de Compromisso.

Guaíra – PR, 14 de setembro de 2015.



Claudia Regina de Oliveira



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
PRESIDÊNCIA

Setor Bancário Sul, quadra 02, lote 14 – Edifício Cleto Meireles, 13º andar
70070-120 Brasília/DF

Telefone: (61) 3247.6013/6014 – E-mail: presidencia@funai.gov.br

- Termo de Compromisso original de uso de imagem, de som e de som de voz dos indígenas para fins de pesquisa (conforme modelo anexo, preencher, assinar e encaminhá-lo em original).
5. Eventuais esclarecimentos poderão ser feitos pelo telefone (61) 3247-6039 e e-mail aaep@funai.gov.br.

Atenciosamente,


CRISTINE MENEZES

Chefe de Gabinete – Substituta
Portaria nº 342 de 05/05/2015



Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Titulo do Projeto: Comunidades Tradicional Indígena Frente às Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável; Casos Guaira PR.
(Claudia Regina de Oliveira (44 91364155) pesquisadora, Dra Marli Renate Von Moesler 45 99721937 colaboradora)

(Convidamos Aldeia Indígena Tekohá Marangatu e a Tekoha Porã na pessoa dos caciques e lideranças indígenas e comunidade) a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de analisar informações pertinente a comunidade indígenas citadas frente às políticas públicas que essas comunidades fazem parte ou seja quais políticas eles tem acesso. Esperamos, com este estudo, quero entender e descobrir quais as políticas públicas existente para os indígenas em Guaira e quais poderiam ter e não tem e o porquê perante alguns órgão os indígenas de nossa cidade não existe. Para tanto, formularei um questionário de fácil compreensão e entrevista que será gravado para análise de informações e tabulação de dados.

Durante a execução do projeto tentarei não causar danos ou constrangimentos aos participantes, mas sempre há risco, pesquisa é com seres humanos. Como não entendimento das perguntas ou sua finalidade. No caso de ocorrer neste caso como trabalho dentro das aldeias indígenas há algum tempo tenho bom dialogo com os caciques e lideranças indígenas, o pesquisador se compromete a trabalhar neste projeto de acordo com a cultura guarani e ainda respeitando todo o costume e tradição e ainda juntamente com a FUNAI.

Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas fins científicos. Você também não pagará nem receberá para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados acima ou o Comitê de Ética pelo número 3220-3272.

Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregue ao sujeito da pesquisa.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto ou (autorizo Aldeias Tekoha Marangatu e Tekoha Porã) a participar da pesquisa.

INACIO MARTINS
Inácio Martins
(Cacique)

Seppelino Martins

Eu, Claudia Regina de Oliveira, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Claudia Regina de Oliveira

Guairá 10 de junho de 2015

Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa - CER

Aprovado na
CONEP em
04/08/2009

ANEXO III
TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS EM ARQUIVO

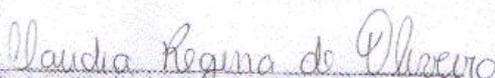
Título do projeto: Comunidades Tradicionais Indígenas Frente as Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável - Casos Guaira PR.

Pesquisadora(s): Claudia Regina de Oliveira.
Colaboradora: Marij Renate Von Boetel Roeler

A Pesquisadora Claudia Regina de Oliveira do projeto acima identificado(s) assume(m) o compromisso de:

1. preservar a privacidade dos sujeitos de pesquisa e dados coletados;
2. preservar as informações que serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
3. divulgar as informações somente de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa;
4. respeitar todas as normas da Resolução 486/2012 CNS/MS e suas complementares na execução deste projeto.

Guaira 23 de Junho de 2015.


(Nome e assinatura do pesquisador responsável)
Claudia Regina de Oliveira

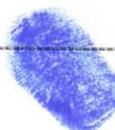

(Nome(s) e assinatura(s) do(s) pesquisador(es) colaborador(es))
Marij Renate Von Boetel Roeler

receberá para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados acima ou o Comitê de Ética pelo número 3220-3272. Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregue ao sujeito da pesquisa.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto ou autorizo Aldeias Indígenas Tekohá Porã e Tekohá Marangatu a participar da pesquisa.

Inacio Martins
Claudio Barros
assinatura

INACIO MARTINS



Eu Claudia Regina de Oliveira declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Guaira, 07 de dezembro de 2015.